



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 4 de outubro de 2012 (09.10)
(OR. en)**

14605/12

**PESC 1195
FIN 724**

RESULTADO DOS TRABALHOS

de: Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores)

data: 4 de outubro de 2012

Assunto: Principais aspetos e opções fundamentais da PESC (Parte G, ponto 43, do Acordo Interinstitucional de 17 de maio de 2006) – 2011

– Relatório anual ao Parlamento Europeu, apresentado pela Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

Junto se envia, à atenção das delegações, o documento "Principais aspetos e opções fundamentais da PESC (Parte G, ponto 43, do Acordo Interinstitucional de 17 de maio de 2006) – 2011 – Relatório anual ao Parlamento Europeu, apresentado pela Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança", na versão homologada pelo Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) em 4 de outubro de 2012.

**PRINCIPAIS ASPETOS E OPÇÕES FUNDAMENTAIS DA PESC
(PARTE G, PONTO 43 DO ACORDO INTERINSTITUCIONAL
DE 17 DE MAIO DE 2006) – 2011**

INTRODUÇÃO	4
PARTE I: 2011 EM RETROSPETIVA	7
A. Panorâmica das atividades por região.....	7
Médio Oriente e Vizinhança Meridional.....	7
Norte de África	10
Médio Oriente	13
Península Árabe, Irão e Iraque.....	18
Cooperação regional	21
Rússia, Vizinhança Oriental e Ásia Central	22
Federação da Rússia	22
Parceria Oriental – Vertente bilateral	24
Parceria Oriental – Vertente multilateral	28
Ásia Central	29
Balcãs Ocidentais	31
Turquia e Vizinhos da Europa Ocidental	38
Turquia.....	38
Europa Ocidental	40
Ásia	41
Ásia Meridional	42
Sudeste Asiático.....	45
Ásia Oriental.....	46
Pacífico	50
África.....	51
África Ocidental.....	52
África Oriental	54
África Central	58
África Austral	60
Américas	61
América do Norte	61
América do Sul	64

B. Enfrentar ameaças e desafios globais	68
Não proliferação de ADM e armas convencionais	68
Terrorismo e criminalidade organizada	73
Prevenção de conflitos e mediação	75
Segurança energética.....	76
Alterações climáticas e segurança.....	78
C. Contributo para uma ordem multilateral mais efetiva	79
Nações Unidas.....	79
OSCE.....	80
Conselho da Europa	81
D. Promoção dos direitos humanos, democracia e Estado de direito.....	82
E. Resposta a situações de crise.....	91
F. Mais capacidade, eficácia e coerência na gestão de crises com a PCSD	95
Mais Capacidade	97
Capacidades civis e militares.....	97
Mutualização e partilha de capacidades militares	98
Ensinamentos colhidos e boas práticas no domínio da PCSD.....	99
Formação e exercícios	100
Mais eficácia	100
Cooperação com os parceiros	100
Cooperação UE-ONU.....	101
UE-OTAN.....	101
UE-UA.....	103
Cooperação com países terceiros.....	104
Centro de Satélites da UE.....	105
Mais coerência	106
PARTE II: NA PERSPETIVA DE 2012	107
ANEXO I: ORÇAMENTO DA PESC – AUTORIZAÇÕES EM 2011	115
ANEXO II: PANORAMA DAS DECISÕES SANCIONATÓRIAS TOMADAS EM 2011	117
ANEXO III: PANORAMA DAS DECLARAÇÕES EM 2011.....	123
ANEXO IV: PRESENÇA DA AR/VP CATHERINE ASHTON NO PE.....	126
ANEXO V: PRESENÇA DE ALTOS FUNCIONÁRIOS DO SEAE NO PE.....	130

RELATÓRIO DA ALTA REPRESENTANTE PARA O PARLAMENTO EUROPEU SOBRE AS ATIVIDADES PESC EM 2011

Introdução

O presente relatório diz respeito às atividades da UE no domínio da PESC em 2011, ano em que o Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) começou a funcionar e em que representantes da Alta Representante (que já eram ou se tornaram membros do pessoal do SEAE) assumiram a presidência de quase todas as instâncias preparatórias do Conselho para a PESC, papel que anteriormente cabia à Presidência rotativa.

A principal missão do SEAE é apoiar a Alta Representante na execução do seu mandato, utilizando plenamente o potencial do Tratado de Lisboa para melhorar a coerência da ação externa da UE. Isso representa dar conteúdo e peso a todos os aspetos da agenda de política externa, recorrendo a toda a gama de recursos e instrumentos políticos. A rede de 140 Delegações da UE constitui um importante instrumento, pois elas estão cada vez mais no cerne da Ação do SEAE, não só pelo crescente contributo que dão à ação política e diplomática, como também pelo apoio que prestam aos Estados-Membros.

Registou-se uma melhoria significativa nas capacidades de resposta a situações de crise, nomeadamente com a criação de um Conselho de Gestão de Crises para coordenar as medidas relacionadas com a prevenção de crises, o estado de preparação e a capacidade de resposta a situações de crise de todos os tipos.

No início do seu mandato, a Alta Representante fixou três prioridades para as relações externas da UE no período de 2011-2012: a primeira, criar um SEAE operacional; a segunda, promover relações mais profundas com os vizinhos da UE, na perspetiva de promover a democracia, a estabilidade e a prosperidade; e a terceira, criar fortes parcerias estratégicas com os protagonistas mundiais, quer estabelecidos quer emergentes.

Os acontecimentos de 2011 vieram confirmar que estavam certas estas prioridades, definidoras do papel que a UE tem a desempenhar como interveniente político a nível mundial e regional. A realização de tais prioridades assenta nos valores fundamentais da UE: democracia, respeito dos direitos humanos e consolidação do Estado de Direito.

Face à Primavera Árabe, que veio modificar radicalmente o panorama político na vizinhança meridional da UE, esta atuou de forma decidida em apoio das mudanças. A comunicação conjunta de março de 2011, "Uma Parceria para a Democracia e a Prosperidade Partilhada com o Sul do Mediterrâneo" e comunicação conjunta de maio de 2011 sobre "Uma nova estratégia para uma vizinhança em mutação" (versão revista da Estratégia Europeia de Vizinhança) definem o quadro estratégico para a reação da UE, centrada no fomento de uma "democracia sólida" e na conjugação dos vários instrumentos disponíveis.

A Alta Representante, assistida pelo SEAE, assumiu um papel de liderança nos esforços internacionais de coordenação, procurando alcançar a convergência de posições na comunidade internacional mesmo nas questões mais polémicas (como a crise da Líbia).

Em 2011, a UE desempenhou um papel essencial nalgumas das questões políticas mais prementes: intensificou os seus esforços no sentido de fazer avançar o Processo de Paz no Médio Oriente, insistindo num papel mais ativo para o Quarteto. Liderou também os esforços internacionais para alcançar uma solução global e duradoura para a questão nuclear iraniana.

Procurando seguir uma política mais focalizada e eficaz para com os seus principais parceiros estratégicos, a UE aumentou sensivelmente a cooperação com os EUA em política externa, alargou o diálogo estratégico com a China bem como o diálogo político e de segurança com a Índia e o Brasil, e contribuiu ativamente para facilitar a adesão da Rússia à OMC.

Nos Balcãs Ocidentais, a UE assumiu uma forte liderança na promoção do diálogo entre Belgrado e Pristina e na quebra do impasse político na Bósnia-Herzegovina. A leste das suas fronteiras, a UE tem continuado a envidar esforços para resolver conflitos que se arrastam, tendo conseguido relançar negociações formais "5+2" sobre a Transnístria e prosseguido esforços para encontrar uma solução pacífica para a crise na Geórgia. A Cimeira da Parceria Oriental, realizada em Varsóvia em setembro de 2011, permitiu preparar o terreno para o aprofundamento das relações, nomeadamente no que respeita às questões do âmbito da PCSD. Foi também intensificado o diálogo de política externa com a Turquia, especialmente sobre a questão da Síria.

Noutros pontos do globo, a UE continuou empenhada em reforçar a sua parceria com a África, tendo lançado várias iniciativas para fortalecer a coerência e a eficácia dos seus múltiplos compromissos com a região do Sael, o Sudão e o Sudão do Sul e, em especial, o Corno de África.

No Afeganistão, a UE renovou o seu compromisso de atuar como parceiro tanto em matéria de segurança como de desenvolvimento, tendo lançado negociações com vista a um acordo de cooperação. Com o Paquistão foi negociado e aprovado um plano quinquenal destinado a reforçar as relações entre as duas partes. As relações da UE com a Birmânia/Mianmar também se intensificaram nitidamente durante o ano, tendo-se verificado uma primeira atenuação de algumas medidas restritivas em resposta à evolução no sentido de instaurar mais democracia no país; no entanto, permanecem muitos desafios.

Por último, mas não de somenos importância, a UE reafirmou o seu apoio a um efetivo sistema multilateral centrado nas Nações Unidas, aumentou a sua participação nos trabalhos da ONU, intensificou os esforços com vista a tornar a política de não proliferação numa prioridade transversal, reiterou o seu empenhamento no valor universal dos direitos humanos e apresentou uma comunicação conjunta ("Os direitos humanos e a democracia no centro da ação externa da UE – Rumo a uma abordagem mais eficaz") que expõe ideias novas para fazer avançar as ações da UE neste domínio.

As atividades do SEAE vão bastante além dos limites da diplomacia tradicional, baseando-se cada vez mais nas políticas que são geridas ou têm uma importante dimensão a nível da UE. Tais políticas incluem nomeadamente a luta contra o terrorismo, a promoção dos direitos humanos e da democracia, a não proliferação e o desarmamento, bem como os aspetos PESC da migração e da redução da pobreza, das alterações climáticas, da segurança energética e da regulamentação financeira global.

Transformar uma abordagem global – que mobiliza cada vez mais os vários instrumentos ao dispor da UE como parte integrante de uma estratégia coerente e eficaz – numa ação de facto global continua a ser uma das primeiras prioridades da UE. Os instrumentos da PCSD fazem parte integrante das ferramentas de que a UE se serve para apoiar os seus objetivos políticos gerais, que incluem também a necessidade de combater as causas profundas de um dado conflito.

O presente relatório divide-se em duas partes: uma panorâmica do que sucedeu em 2011 e uma previsão sucinta das principais questões e desafios no domínio da PESC em 2012.

PARTE I: 2011 EM RETROSPETIVA

A. PANORÂMICA DAS ATIVIDADES POR REGIÃO

1. MÉDIO ORIENTE E VIZINHANÇA MERIDIONAL

INTRODUÇÃO

A Primavera Árabe mudou radicalmente o panorama político da vizinhança meridional da UE¹, quando a região foi inundada de manifestações que exprimiam a ânsia popular por dignidade, democracia e justiça social. Perante estes acontecimentos cruciais, a UE reforçou as relações bilaterais e a sua política para com a região. A UE assumiu compromissos políticos e financeiros com uma larga gama de interlocutores governamentais, parlamentares, da oposição e da sociedade civil.

A Alta Representante, apoiada pelo SEAE e em estreita cooperação com a Comissão, elaborou uma estratégia abrangente da UE para a Primavera Árabe na comunicação conjunta de março de 2011 "*Uma parceria para a democracia e a prosperidade partilhada com o sul do mediterrâneo*". Esta comunicação salienta que a UE tem de apoiar sem reservas a exigência de participação política, dignidade, liberdade e oportunidades de emprego, e estabelece uma abordagem baseada no respeito pelos valores universais e nos interesses comuns.

¹ O Parlamento Europeu adotou em 7 de abril de 2011 uma resolução sobre a revisão da Política Europeia de Vizinhança – Dimensão Meridional (P7_TA-PROV(2011)0154).

A Primavera Árabe foi um importante desafio de política externa para a UE. Para as instituições da UE, representou a conjugação dos diversos instrumentos disponíveis – precisamente a razão pela qual foram criados o SEAE e o cargo de Alto Representante. Foram criadas plataformas conjuntas de crise que reuniram o SEAE e a Comissão na coordenação da resposta imediata a dar às crises na Tunísia, na Líbia e também na Síria. A nomeação de um Representante Especial da UE (REUE) para o Sul do Mediterrâneo, Bernardino Leon², foi mais um passo para fortalecer a reação coordenada da União Europeia à Primavera Árabe.

A política da UE tem por objetivo ajudar os seus parceiros no processo de transição para fazer sobretudo face a dois desafios principais:

– Primeiro, construir uma "democracia sólida", isto é, não só adotar constituições democráticas e realizar eleições livres e justas, mas também criar e manter um poder judicial independente, uma comunicação social livre e florescente, uma sociedade civil dinâmica e todas as outras características de uma democracia madura e operante. O apoio à sociedade civil foi intensificado na Tunísia, na Líbia e no Egito³.

– Segundo, assegurar um processo inclusivo e sustentável de desenvolvimento e crescimento económico, sem o qual a democracia não criará raízes. Constitui particular desafio assegurar uma forte criação de emprego. A este respeito, o Conselho congratulou-se com as propostas da Comissão de diretrizes de negociação com vista a Zonas de Comércio Livre Abrangentes e Aprofundadas com o Egito, a Jordânia, Marrocos e a Tunísia, que melhorarão o acesso ao mercado logo que estejam reunidas as necessárias condições. Além disso, pretende-se promover uma bem gerida mobilidade populacional com o lançamento dos diálogos sobre migração⁴, mobilidade e segurança com a Tunísia e Marrocos. Estes diálogos deverão conduzir à celebração de parcerias de mobilidade.

² Desde que foi nomeado em julho de 2011, Bernardino Leon dedicou-se a alcançar três objetivos políticos: reforçar o diálogo político da UE com o Sul do Mediterrâneo; contribuir para a resposta da UE com vista ao desenvolvimento da região; aumentar a eficácia, a presença e a visibilidade da UE na região e nas instâncias internacionais pertinentes.

³ O Fundo de Apoio à Sociedade Civil no âmbito da Política de Vizinhança, que começa a funcionar em 2012, servirá para intensificar esse apoio.

⁴ O Parlamento Europeu adotou em 5 de abril de 2011 uma resolução sobre fluxos migratórios decorrentes da instabilidade: âmbito e papel da política externa da UE (P7_TA-PROV(2011)0121)

A UE está determinada a modular o apoio em função do nível de reforma democrática, oferecendo um maior apoio aos parceiros que realizem progressos na concretização de sistemas democráticos inclusivos.

A Alta Representante, assistida pelo SEAE, assumiu um papel pró-ativo nos esforços de coordenação internacional, juntamente com a ONU, a Liga dos Estados Árabes e outros intervenientes a nível internacional como a Turquia. Nomeadamente, a Alta Representante criou, juntamente com o REUE para o Sul do Mediterrâneo, os Grupos de Missão, que reúnem num único instrumento as instituições da UE, os Estados-Membros, as instituições financeiras internacionais e o setor privado para assistir os países parceiros na realização dos seus programas de reforma. Até ao final de 2011, os Grupos de Missão conseguiram mobilizar cerca de 7 mil milhões de euros em apoio da Tunísia e da Jordânia durante três anos. Estão programados outros Grupos de Missão, nomeadamente para o Egito.

A transição para a democracia tomará o seu tempo e continuará a levantar grandes desafios. Neste contexto, a UE continua empenhada em trabalhar com os países da região, as instituições financeiras internacionais, o setor privado e as organizações da sociedade civil de forma a assegurar com rapidez e eficácia uma resposta coordenada e efetiva. A UE está pronta a apoiar a reforma do setor da segurança nos países da região.

RELAÇÕES BILATERAIS

1.1. NORTE DE ÁFRICA

1.1.1. LÍBIA Durante a crise na Líbia, a Alta Representante associou-se à ONU e às organizações regionais (UE, Liga dos Estados Árabes, União Africana e Organização da Cooperação Islâmica) no *Grupo do Cairo* e participou ativamente no *Grupo de Contacto para a Líbia*. Estes esforços contribuíram para uma convergência de posições na comunidade internacional quanto à resposta a dar à crise na Líbia. A UE adotou uma posição comum sobre a Líbia⁵ numa reunião extraordinária do Conselho Europeu que teve lugar em 11 de março, na qual a UE exigia a demissão de Gaddafi. Perante a evolução do conflito, a UE adotou uma série de medidas restritivas autónomas adicionais. Além do previsto nas Resoluções do Conselho de Segurança da ONU n.º 1970 e 1973 (embargo de armamento, proibição de vistos, congelamento de bens de Gaddafi e membros do seu círculo restrito), estas medidas incluíam medidas restritivas autónomas adicionais como o embargo de equipamentos utilizáveis na repressão interna e a designação de pessoas e entidades abrangidas pelas restrições de viagem e o congelamento de bens. Ao mesmo tempo, a UE prestou uma substancial ajuda humanitária (155 milhões de euros no total).

A UE completou ainda a planificação de uma operação PCSD destinada a prestar apoio aos esforços humanitários na Líbia (EUFOR Líbia), incluindo o estabelecimento de um quartel-general de operações em Roma. Não tendo havido pedido de apoio a tais esforços humanitários, a operação não foi executada.

⁵ O Parlamento Europeu adotou em 15 de setembro de 2011 uma resolução sobre a situação na Líbia (P7_TA(2011)0386). O Parlamento Europeu adotou em 8 de março de 2011 uma resolução sobre a Vizinhança Meridional, em especial a Líbia (P7_TA(2011)0095). O Parlamento Europeu adotou em 20 de janeiro de 2011 uma recomendação ao Conselho referente às negociações sobre o acordo-quadro entre a UE e a Líbia (P7_TA(2011)0020).

Com o gradual alargamento do controlo do país pelas forças da oposição, a UE abriu gabinetes em Bengazi e Trípoli (o gabinete nesta última cidade passou a ser a Delegação da UE em 12 de novembro). A Alta Representante deslocou-se por duas vezes à Líbia. A UE continuou a apoiar a transição na Líbia ao longo de todo o ano, nomeadamente com o rápido levantamento das medidas restritivas em reação às mudanças no terreno, sublinhando ao mesmo tempo as suas preocupações com os desafios que as novas autoridades enfrentavam, sobretudo no domínio da proteção e respeito dos direitos humanos (quer em Conclusões do Conselho dos Negócios Estrangeiros, quer em Declarações da Alta Representante).

1.1.2. ARGÉLIA Os acontecimentos na Líbia têm um impacto significativo na segurança de toda a região. Em particular a Argélia tem uma situação vulnerável, dada a extensão da sua fronteira com a Líbia. Durante o ano, a UE apoiou o empenhamento da Argélia na segurança regional, nomeadamente no quadro da Estratégia da UE para a Região do Sael. A UE teve uma participação ativa nas iniciativas de coordenação diplomática tomadas pela Argélia. A Argélia assinalou também o seu renovado interesse pela Política Europeia de Vizinhança.

1.1.3. TUNÍSIA Uma vez que a sublevação na Tunísia⁶ rapidamente se transformou em revolução, a UE impôs sanções contra 48 personalidades estreitamente associadas ao regime do ex-Presidente Ben Ali. Nos meses que se seguiram à destituição de Ben Ali, a UE manifestou por repetidas vezes o seu apoio ao processo de transição democrática, incluindo nesse amplo apoio o envio de uma missão de observação eleitoral às eleições de outubro de 2011 para a Assembleia Constituinte.

⁶ O Parlamento Europeu adotou em 15 de dezembro de 2011 uma resolução sobre o caso de Zacharia Bouguira (P7_TA(2011)0592) e em 3 de fevereiro de 2011 uma resolução sobre a situação na Tunísia (P7_TA(2011)0038).

Essas eleições representaram um ponto de viragem não só para a Tunísia, mas para toda a região. No âmbito do apoio europeu, a UE reafirmou o seu empenhamento em colaborar com o novo Governo tunisino resultante das eleições, em que o partido Ennadhha foi o que recolheu mais votos. Em setembro de 2011, o grupo de missão internacional realizou uma reunião em Túnis, copresidida pela Alta Representante e pelo Primeiro Ministro tunisino Beji Caid Essebsi, com o objetivo de melhorar a coerência do apoio internacional. Dela resultou uma promessa de apoio financeiro global à Tunísia de cerca de 4 mil milhões de euros para o período 2011-2013. Posteriormente, foi atribuída à Alta Representante o prémio EuroMed Business por esta iniciativa.

1.1.4. MARROCOS Depois de Marrocos ter alterado a sua Constituição, realizaram-se eleições legislativas em novembro de 2011, que decorreram num clima de tranquilidade e tiveram por base um quadro eleitoral melhorado. A condução das eleições foi objeto de agrado geral. O moderado Partido Islâmico da Justiça e Desenvolvimento obteve o maior número de lugares na assembleia (27%).

1.2. MÉDIO ORIENTE

1.2.1. EGITO A transição do Egito para a democracia⁷, depois da destituição do Presidente Mubarak, tem enfrentado muitos desafios: os protestos foram alvo de uma violenta repressão pelas forças de segurança e o estado de emergência continuou em vigor até 31 de maio, apesar de o Supremo Conselho Militar ter prometido levantá-lo antes das eleições legislativas. Continuam a ser julgados civis em tribunais militares e as autoridades egípcias tomaram medidas repressivas contra as organizações da sociedade civil que recebem financiamento estrangeiro. Embora o Egito tenha suspenso o diálogo formal com a UE desde o início da sublevação (mas continuado o diálogo estrutural informal), a Alta Representante deslocou-se oito vezes ao Egito em 2011 para afirmar o apoio da UE ao processo democrático no Egito e exortar as autoridades provisórias a garantir uma rápida passagem para o poder civil, respeitar o Estado de direito e as liberdades fundamentais e proteger as aspirações democráticas da população. A UE impôs medidas restritivas contra 19 personalidades estreitamente associadas ao regime do ex-Presidente Mubarak. As primeiras eleições transparentes do Egito, lançadas no final de 2011, foram consideradas um passo concreto na boa direção. Nessas circunstâncias, a UE propôs o envio de uma missão de observação eleitoral para acompanhar as eleições presidenciais.

⁷ O Parlamento Europeu adotou em 17 de fevereiro de 2011 uma resolução sobre a situação no Egito (P7_TA(2011)0064), e em 27 de outubro de 2011 uma resolução do Parlamento Europeu sobre a situação no Egito e na Síria, em particular das comunidades cristãs (P7_TA(2011)0471), bem como, em 17 de novembro de 2011, uma resolução sobre o Egito, em particular o caso do bloguista Alaa Abd El-Fattah (P7_TA(2011)0518).

1.2.2. SÍRIA Na sequência da sublevação na Síria⁸, que teve início em março de 2011, e do uso da violência pelo Governo da Síria contra os próprios cidadãos, o Conselho dos Negócios Estrangeiros de maio de 2011 tomou a decisão de suspender os programas bilaterais de cooperação entre a UE e o Governo da Síria e de não tomar nenhuma disposição em relação ao Acordo de Associação ainda pendente. A UE suspendeu também parcialmente a aplicação do Acordo de Cooperação com a Síria. Perante a escalada da violência, a UE, juntamente com os Estados Unidos, exortou o Presidente Assad a deixar o poder. A UE colaborou estreitamente com os parceiros da comunidade internacional para pressionar o Governo da Síria a pôr fim a toda e qualquer violência. Em 16 de outubro, a Liga dos Estados Árabes aprovou um plano para a Síria cujos principais elementos eram cessar a violência, libertar os prisioneiros políticos, retirar as forças militares das cidades, permitir o acesso da comunicação social e lançar um diálogo nacional, plano esse que a UE apoiou num esforço para resolver a crise síria. A UE exortou os membros do Conselho de Segurança da ONU a decidir uma forte ação da ONU face à Síria e recomendou que o Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas adotasse fortes resoluções sobre a Síria.

As medidas restritivas da UE contra a Síria têm sido regularmente alargadas a fim de abranger pessoas e entidades responsáveis e/ou associadas com a repressão e o apoio ao regime, e visam as receitas que o regime possa utilizar para financiar a repressão, nomeadamente impondo a proibição de importar petróleo da Síria. A UE estabeleceu contactos com representantes da oposição síria e tem apelado de forma coerente à inclusão de todos os grupos oposicionistas no delinear de uma perspetiva para a transição na Síria. A UE também aumentou o seu apoio financeiro às organizações humanitárias que fazem frente às consequências dramáticas da crise. A UE tem repetidamente elogiado os Estados vizinhos da Síria por estes partilharem ativamente os encargos durante a crise.

⁸ O Parlamento Europeu adotou em 15 de dezembro de 2011 uma resolução sobre a situação na Síria (P7_TA(2011)0582). Em 27 de outubro de 2011, o Parlamento Europeu adotou uma resolução sobre o caso de Rafah Nashed na Síria (P7_TA(2011)0476) e uma resolução sobre a situação no Egito e na Síria, em particular das comunidades cristãs (P7_TA(2011)0471). O Parlamento Europeu adotou duas resoluções (7 de julho de 2011 e 7 de abril de 2011) sobre a situação na Síria, no Iémen e no Barém (P7_TA-PROV(2011)0333 e P7_TA-PROV(2011)0148).

1.2.3. LÍBANO No Líbano, o novo Governo formado em julho de 2011, após a queda do Governo de Unidade Nacional uns meses antes, afirmou o seu empenho em manter relações com a UE, o que conduziu a uma intensificação dos contactos bilaterais. Tendo o Líbano liquidado em novembro as quotizações devidas ao Tribunal Especial, ficou eliminado um importante obstáculo ao desenvolvimento das relações do Líbano com a UE, como confirmou o Comité de Associação em dezembro de 2011.

1.2.4. JORDÂNIA Em 2011, a Jordânia iniciou uma série de reformas políticas, em resposta à evolução da situação política interna e às legítimas expectativas da população. O rei Abdulá criou em março o Comité de Diálogo Nacional (encarregado de redigir uma nova lei eleitoral) e em abril o Comité Real para a Revisão Constitucional.

Em setembro, o Parlamento adotou finalmente 41 emendas constitucionais, algumas das quais com grande impacto e que incluem a criação de uma comissão eleitoral independente, a atribuição de maiores responsabilidades aos partidos políticos mediante revisão da legislação, a criação do Tribunal Constitucional, a proibição da tortura e regras mais restritivas para a dissolução do Parlamento⁹.

A nível bilateral, a parceria de "estatuto avançado", acordada em outubro de 2010, veio dar novo ímpeto ao desenvolvimento das relações entre a UE e a Jordânia, tendo revelado um leque mais vasto de domínios de cooperação e aberto, assim, novas oportunidades. Abarcando um número limitado de prioridades-chave, a assistência financeira da UE centrou-se, em particular, no apoio à boa governação, à independência do aparelho judiciário, à educação e ao desenvolvimento de fontes de energia renováveis¹⁰.

⁹ Em fevereiro de 2012, foi lançado com a Jordânia o segundo grupo de missão, que seguiu a via frutuosa aberta com o primeiro grupo de missão para a Tunísia.

¹⁰ A primeira reunião do grupo de missão UE-Jordânia realizou-se em fevereiro de 2012 e seguiu a via estabelecida pelo primeiro grupo de missão com a Tunísia.

1.2.5. PROCESSO DE PAZ NO MÉDIO ORIENTE (PPMO) A União Europeia apelou repetidas vezes ao urgente reatar das negociações relativas ao PPMO. Dentro de um calendário acordado, o objetivo deverá ser a existência de dois Estados, com o Estado de Israel e um Estado da Palestina, independente, democrático, sem descontinuidade e viável¹¹ vivendo lado a lado em paz e segurança. A Primavera Árabe tornou ainda mais urgente o Processo de Paz no Médio Oriente. A UE intensificou os seus esforços no sentido de fazer avançar este processo, insistindo num papel mais ativo para o Quarteto: foram realizadas três reuniões de Dirigentes em 2011 (Munique, Washington, Nova Iorque), e uma boa dúzia de reuniões de Enviados, quatro das quais com as partes em separado.

A UE estabeleceu parâmetros claros para as negociações, expressos na reunião do Conselho de Segurança da ONU em 21 de abril de 2011, e dá todo o seu apoio aos esforços da Alta Representante para criar uma perspetiva credível de relançamento do Processo de Paz. Para o efeito, a Alta Representante deslocou-se à região com frequência ao longo do ano e manteve-se em contacto com muitas das partes interessadas.

A UE continuou a prestar apoio financeiro direto à Autoridade Palestiniana e a contribuir para os êxitos dos seus esforços de construção do Estado, incluindo no âmbito do Plano de Ação PEV UE-AP. Os progressos na construção do Estado correm o risco de ficar minados por um processo de paz atolado e pela contínua divisão interna dos palestinianos. A UE exortou o futuro Governo da Palestina a continuar os seus esforços de desenvolvimento institucional e a preservar os atuais padrões em termos de gestão transparente e eficiente das finanças públicas, tal como foi sublinhado na reunião do Comité de Ligação Ad Hoc sob os auspícios da Alta Representante em 13 de abril em Bruxelas.

¹¹ O Parlamento Europeu adotou em 29 de setembro de 2011 uma resolução sobre a situação na Palestina (P7_TA(2011)0429).

A UE deplorou a expansão dos colonatos em Israel, em especial em Jerusalém Oriental. A UE congratulou-se com o acordo palestino de reconciliação assinado no Cairo em 4 de maio, reiterou que apoia a reconciliação em torno do Presidente Abbas, na linha dos princípios por este enunciados no seu discurso de 4 de maio de 2011, e encorajou novos esforços de apoio à plena aplicação desse acordo. Face ao pedido de adesão à ONU, apresentado pelo Presidente Abbas em setembro, a Alta Representante teve uma participação ativa na apresentação de uma declaração do Quarteto que estabelece calendários e apela às partes para que cheguem a acordo antes do final de 2012. Seguidamente, uma reunião dos Enviados do Quarteto em Bruxelas foi pessoalmente presidida pela Alta Representante. A Alta Representante recebeu o Presidente Abbas e a sua delegação em Bruxelas, em dezembro de 2011, tendo ambos reiterado as suas empenhadas diligências diplomáticas dos últimos meses com respeito ao Processo de Paz no Médio Oriente¹².

Desde 2005, já foram destacadas duas missões civis PCSD como parte de um mais amplo compromisso da UE no sentido de contribuir para a resolução do conflito israelo-palestino.

A EUPOL COPPS passou a ser o principal parceiro da Autoridade Palestiniana em termos de criação de capacidades da polícia civil e de desenvolvimento de atividades conexas na área do Estado de direito. Em 2011, o mandato da Missão foi prorrogado até 30 de junho de 2012.

A EUBAM Rafah manteve, conforme solicitado por ambas as partes, a capacidade de se reposicionar no terreno e desempenhar o seu papel de parte terceira no posto de passagem de Rafá, em conformidade com o Acordo de 2005 sobre a Circulação e o Acesso. Dada a situação em Gaza, a EUBAM Rafah não tem conseguido reposicionar-se no terreno desde 2007. Para manter essa capacidade, o mandato da Missão foi prorrogado até 30 de junho de 2012.

A UE continuará a envidar todos os esforços para dar forma a uma intervenção PCSD efetiva e eficaz. Isso incluirá uma maior integração da EUBAM Rafah e da EUPOL COPPS a fim de alcançar sinergias e redução de custos.

¹² Andreas Reinicke foi nomeado Representante Especial da UE para o Processo de Paz no Médio Oriente em 1 de fevereiro de 2012.

A UE e Israel mantiveram fortes relações bilaterais e um diálogo político aberto no âmbito do Acordo de Associação UE-Israel e do atual Plano de Ação PEV UE-Israel. Em 2011, foi reatado o diálogo sob todas as formas – tanto a nível político (reunião do Conselho de Associação de 24 de fevereiro) como entre serviços diplomáticos.

1.3. PENÍNSULA ÁRABE, IRÃO E IRAQUE

1.3.1. CONSELHO DE COOPERAÇÃO DO GOLFO E SEUS ESTADOS-MEMBROS O 21.º

Conselho Comum e reunião ministerial UE-Conselho de Cooperação do Golfo (CCG)¹³ teve lugar em Abu Dhabi nos **Emiratos Árabes Unidos (EAU)**, em abril de 2011. A reunião foi presidida conjuntamente pela Alta Representante e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros dos EAU, xeque Al Nahyan. A Alta Representante também se deslocou à **Arábia Saudita** e ao **Qatar**, onde teve encontros bilaterais com vários interlocutores de alto nível. Foi intensificado o diálogo com os Estados Membros do CCG e com o seu Secretariado-Geral, nomeadamente sobre as principais questões regionais que dominaram a agenda política em 2011. A situação no **Barém**¹⁴ foi acompanhada de perto em 2011. Desde o início das manifestações em Manama, em fevereiro, que a UE tem exortado, em várias conclusões do Conselho, todas as partes a absterem-se da violência e a encetarem um diálogo construtivo. Também refletem as preocupações da UE as muitas e sucessivas declarações da Alta Representante, bem como os contactos diplomáticos com as autoridades do Barém. A Alta Representante focou ainda a situação no Barém em várias reuniões com Ministros dos Negócios Estrangeiros e Chefes de Estado e de Governo da UE. Esta pressão por parte da UE e de muitas organizações da sociedade civil deu resultados concretos, nomeadamente a anulação de julgamentos pelo "tribunal especial" e a criação da Comissão Independente de Inquérito no Barém, em junho de 2011, que apresentou o seu relatório final em 23 de novembro.

¹³ O Parlamento Europeu adotou em 24 de março de 2011 uma resolução sobre as relações da União Europeia com o Conselho de Cooperação do Golfo (P7_TA-PROV(2011)0109).

¹⁴ O Parlamento Europeu adotou em 27 de outubro de 2011 uma resolução sobre o Barém (P7_TA-PROV(2011)0475). O Parlamento Europeu adotou duas resoluções (7 de julho de 2011 e 7 de abril de 2011) sobre a situação na Síria, no Iémen e no Barém (P7_TA-PROV(2011)0333 e P7_TA-PROV(2011)0148).

1.3.2. IÉMEN Desde que começaram os protestos no Iémen¹⁵ em fevereiro de 2011, a UE tem exercido uma pressão constante sobre todas as partes para que ponham termo à violência e permitam a transferência pacífica do poder, nomeadamente em várias conclusões do Conselho. A Alta Representante também emitiu várias declarações de condenação da violência e manteve contacto regular com figuras importantes do regime. A UE, nomeadamente através do Chefe da sua Delegação e em cooperação com os Chefes de Missão em Sana'a, empenhou-se fortemente em facilitar contactos entre o Governo, a oposição e importantes intervenientes regionais de forma a incentivar uma transição política tão pacífica e ordeira quanto possível. Em 23 de novembro, após meses de impasse político, a Alta Representante congratulou-se com a assinatura de um acordo de transição política pelo Presidente Saleh e os principais representantes dos partidos do poder e da oposição no Iémen, sob os auspícios da iniciativa do CCG. A UE trabalhou em conjugação com os parceiros regionais e outros parceiros internacionais tendo em vista a consecução destes objetivos.

1.3.3. IRÃO No que respeita a encontrar uma solução diplomática global e duradoura para a questão nuclear iraniana, a Alta Representante continuou a liderar os esforços internacionais em nome da UE, com base no mandato recebido do CSNU e do Grupo E3+3 (França, Alemanha e Reino Unido e EUA, Rússia e China). O objetivo é instar o Irão a enveredar seriamente por um processo de criação de confiança para dar resposta às preocupações internacionais em torno do seu programa nuclear. A persistente recusa do Irão em cumprir as suas obrigações internacionais e a crescente preocupação com as questões ainda não resolvidas quanto à natureza exclusivamente pacífica do programa nuclear iraniano conduziram à adoção de uma resolução do Conselho de Governadores da AIEA, em novembro de 2011, que exprime uma profunda e crescente preocupação. Na linha da abordagem em duas frentes, a UE decidiu posteriormente alargar a lista de pessoas e entidades sujeitas a medidas restritivas bem como as sanções em vigor¹⁶.

¹⁵ O Parlamento Europeu adotou duas resoluções (7 de julho de 2011 e 7 de abril de 2011) sobre a situação na Síria, no Iémen e no Barém (P7_TA-PROV(2011)0333 e P7_TA-PROV(2011)0148). O Parlamento Europeu adotou em 17.02.11 uma resolução sobre o Iémen: perseguição de jovens delinquentes, nomeadamente o caso de Muhammed Taher Thabet Samoum (P7_TA(2011)0073).

¹⁶ Conforme decidido pelo Conselho e pelo Conselho Europeu em dezembro de 2011, e formalizado em 23 de janeiro de 2012.

Ao mesmo tempo, a UE continuou extremamente preocupada com a deterioração da situação dos direitos humanos no Irão. A Alta Representante emitiu numerosas declarações nas quais condena o elevado número de execuções em 2011 e a repressão generalizada de cidadãos iranianos, nomeadamente de defensores dos direitos humanos, advogados e jornalistas, sujeitos a assédio e detenção pelo facto de exercerem os seus legítimos direitos e liberdades políticas. Em 2011, a UE tomou medidas restritivas contra 61 cidadãos iranianos autores ou cúmplices de graves violações dos direitos humanos. A UE continuou também a apoiar o mandato e a ação do Relator Especial da ONU para os Direitos Humanos no Irão, mandato esse atribuído pelo Conselho dos Direitos do Homem da ONU em março de 2011.

1.3.4. IRAQUE As relações da UE com o Iraque foram fortalecidas com três importantes medidas tomadas em 2011: primeiro, a aplicação prática do Memorando de Entendimento sobre a Cooperação Energética, segundo, a decisão do Conselho de autorizar a assinatura do Acordo de Parceria e Cooperação e, terceiro, a implementação do Documento de Estratégia plurianual para a assistência ao Iraque, que foi o primeiro jamais adotado. A UE reorientou o seu apoio, que passou da reconstrução de emergência para a normal cooperação em matéria de desenvolvimento e a criação de capacidades a longo prazo.

A UE continuou a acompanhar de perto a situação dos direitos humanos, nomeadamente exprimindo firme e repetidamente a sua preocupação com o uso da pena de morte e a situação das pessoas pertencentes a minorias. A Alta Representante manifestou ainda a sua preocupação com as importantes linhas de fratura no seio do Governo e o aumento das tensões entre os principais partidos, verificado no final do ano. Diligenciou ativamente na questão dos residentes do Campo de Ashraf, apoiando em pleno os esforços das Nações Unidas para alcançar uma solução pacífica, nomeadamente com a nomeação de um Representante Pessoal.

A **EUJUST LEX Iraque** foi plenamente mobilizada para o Iraque em 2011, pondo em prática a maior parte da sua atividade no país nos domínios penitenciário, policial e judicial; ao mesmo tempo foi prestada formação e dadas outras oportunidades de experiência operacional a funcionários iraquianos sobretudo em Estados-Membros da UE. Foram abertas delegações permanentes em Bagdad, com polos em Basra e Erbil, o que permite uma interação mais estreita com as autoridades locais e outros intervenientes internacionais, bem como uma maior visibilidade.

COOPERAÇÃO REGIONAL

As mudanças políticas na região tornaram necessária uma **maior cooperação regional**, dado que muitos dos desafios, sejam eles políticos, económicos ou sociais, só podem ser efetivamente tratados a nível regional. As organizações regionais como a **Liga dos Estados Árabes (LEA)** e a **Organização da Conferência Islâmica** têm vindo a adaptar-se ao novo contexto político, e a UE intensificou os seus contactos com as mesmas. Em particular, a UE intensificou as suas relações com a LEA mediante contactos regulares a nível ministerial e de altos funcionários, incluindo uma reunião informal do Conselho dos Negócios Estrangeiros com o Secretário-Geral da LEA, Nabil el-Araby, e mediante o apoio à criação de uma sala de crise para a LEA.

O novo contexto político oferece a oportunidade de dar um novo impulso à **União para o Mediterrâneo**, a fim de desenvolver uma vasta cooperação setorial entre a Europa e os parceiros meridionais, em complemento das ações da UE no âmbito da PEV.

2. RÚSSIA, VIZINHANÇA ORIENTAL E ÁSIA CENTRAL

2.1. FEDERAÇÃO DA RÚSSIA

Apesar de uma certa instabilidade na situação interna da Rússia no final de 2011, registaram-se novos resultados durante o ano. Entre estes contam-se a adesão da Rússia à OMC, a adoção e lançamento das "Medidas Comuns para um regime de isenção de vistos em viagens de curta duração de cidadãos da Rússia e da UE", o avanço na aplicação da Parceria para a Modernização e na criação do Fórum da Sociedade Civil, bem como o acordo para modernizar o sistema de direitos de sobrevoo da Sibéria a partir de janeiro de 2012 (embora infelizmente a Rússia não tenha dado ainda execução a este acordo). As relações entre Bruxelas e Moscovo continuam a ser estreitas, inclusive mediante o contacto regular entre a Alta Representante e o Ministro russo dos Negócios Estrangeiros, Sergei Lavrov.

Realizaram-se duas cimeiras UE-Rússia¹⁷ que decorreram num ambiente construtivo, embora tenham sido poucos os resultados concretos. A UE redobrará esforços para que, de futuro, estas reuniões se focalizem mais na obtenção de resultados. Em 2011, realizaram-se reuniões de diálogo político formal a diversos níveis, muitas das quais convocadas duas vezes. A UE continuou a ter em mira a integração da Rússia no sistema internacional regulamentado, ilustrada pela adesão da Rússia à OMC.

A UE continuou a dialogar com a Rússia sobre muitas das questões internacionais que estão no topo da agenda PESC da UE, tais como o Irão, a Síria, o Médio Oriente alargado, o Afeganistão e os conflitos prolongados nos países vizinhos que ambas têm em comum, reconhecendo o interesse que partilham em realizar progressos nesses domínios. A UE prosseguiu também a cooperação com a Rússia em questões de alcance mundial, tais como as alterações climáticas, o terrorismo, a proliferação de armas de destruição maciça, a criminalidade organizada, os vários tipos de tráfico, a cibersegurança e a segurança energética.

¹⁷ O Parlamento Europeu adotou em 9-10 de junho uma resolução sobre a cimeira UE-Rússia (P7_TA(2011)0268) e uma resolução sobre a cimeira de 15 de dezembro de 2011 e o resultado das eleições para a Duma em 4 de dezembro de 2011 (P7_TA(2011)0575).

Os trabalhos lançados em 2010 relativos à **Parceria UE-Rússia para a Modernização** avançaram em 2011, o que demonstra a forte interdependência da UE e da Rússia e o mútuo interesse em estreitarem a sua cooperação: foram apresentados dois relatórios conjuntos sobre a situação desta Parceria e prosseguida a execução do plano evolutivo de trabalho elaborado em conjunto. A Parceria UE-Rússia para a modernização foi complementada por parcerias bilaterais de modernização celebradas entre 23 Estados-Membros e a Rússia.

Em 2011, continuaram as negociações sobre um novo **Acordo UE-Rússia**, centradas exclusivamente nas disposições relativas a comércio e investimento. O objetivo comum é celebrar um acordo estratégico que proporcione um quadro global para as relações UE-Rússia num futuro previsível e contribuir para desenvolver o potencial das nossas relações.

No que respeita à **segurança externa**, a experiência positiva adquirida com o contributo da Rússia para a EUFOR TCHAD/República Centro-Africana e para a coordenação em curso da EUNAVFOR ATALANTA constitui base para continuar, em 2011, conversações exploratórias informais sobre um Acordo-Quadro para a participação da Rússia em operações da UE no domínio da gestão de crises.

As questões relacionadas com os **direitos humanos, a democracia, o Estado de direito e a evolução da situação interna** na Rússia continuaram a ser fonte de preocupação em 2011¹⁸. Suscitaram particular apreensão as violações processuais antes e durante as eleições para a Duma, a situação no Norte do Cáucaso e o tratamento de que são alvo os defensores dos direitos humanos. A UE continuou a levantar estas questões nas reuniões de diálogo político com a Rússia, inclusive nas cimeiras. Realizaram-se em 2011 duas rondas de consultas UE-Rússia sobre direitos humanos. Nessas ocasiões, a UE pôde manifestar a sua apreensão de forma mais detalhada, mencionando nomeadamente casos individuais e assassinatos de jornalistas e de defensores dos direitos humanos. Em sintonia com a sua Nova Estratégia para os Direitos Humanos, a UE intensificará a pressão sobre a Rússia para que esta observe os padrões internacionais em matéria de direitos humanos, inclusive nas cimeiras semestrais UE-Rússia.

¹⁸ O Parlamento Europeu adotou em 17 de fevereiro de 2011 uma resolução sobre o Estado de direito na Rússia (P7_TA-PROV(2011)0066).

2.2. PARCERIA ORIENTAL – VERTENTE BILATERAL

A Parceria Oriental foi lançada em maio de 2009 como dimensão oriental da Política Europeia de Vizinhança¹⁹. Compõe-se de relações bilaterais com os países parceiros e de uma vertente multilateral destinada a promover uma maior cooperação regional.

Em 2011, verificou-se uma aceleração da associação política e da integração económica entre a UE e os países parceiros graças à negociação, entre outros, de acordos de associação, de ZCLAA (zonas de comércio livre abrangentes e aprofundadas) e de facilitação de vistos, no âmbito da Parceria; os programas previstos no âmbito da vertente bilateral da Parceria continuaram a apoiar reformas essenciais e medidas geradoras de confiança, a fim de incentivar passos no sentido da resolução de conflitos.

2.2.1. UCRÂNIA O deterioramento da situação da democracia e dos direitos humanos na Ucrânia²⁰ é fonte de especial preocupação, e reduz as possibilidades de envolvimento da UE. Várias personalidades de relevo da oposição, entre as quais a antiga Primeira-Ministra, Yulia Tymoschenko²¹, foram vítimas de justiça seletiva e sujeitas a processos judiciais não transparentes e feridos de ilegalidade. Esta questão tem figurado em posição destacada no diálogo político UE-Ucrânia. O grau em que a Ucrânia cumpre os seus compromissos para com os valores universais e, especificamente, a forma como serão tratados os casos de justiça seletiva, deverão ter impacto significativo no futuro das relações UE-Ucrânia.

As negociações sobre um Acordo de Associação²², que inclui como parte integrante uma zona de comércio livre abrangente e aprofundada (ZCLAA), foram concluídas a nível de negociadores, abrindo assim caminho à rubrica do Acordo. A Comissão publicou em setembro de 2011 o primeiro relatório intercalar referente à aplicação do Plano de Ação sobre a Liberalização de Vistos. A cimeira anual UE-Ucrânia teve lugar em 19 de dezembro de 2011, em Kiev.

¹⁹ O Parlamento Europeu adotou em 7 de abril de 2011 uma resolução sobre a revisão da Política Europeia de Vizinhança – Dimensão Oriental (P7_TA-PROV(2011)0153).

²⁰ O Parlamento Europeu adotou em 25 de outubro de 2011 uma resolução sobre a situação na Ucrânia (P7_TA(2011)0472).

²¹ O Parlamento Europeu adotou em 8 de junho de 2011 uma resolução sobre a Ucrânia e os casos de Yulia Tymoschenko e de outros membros do anterior governo (P7_TA(2011)0272).

²² O Parlamento Europeu adotou em 1 de dezembro de 2011 uma resolução que contém as recomendações do Parlamento Europeu ao Conselho, à Comissão e ao SEAE sobre as negociações sobre o Acordo de Associação entre a UE e a Ucrânia (P7_TA-PROV(2011)0545).

2.2.2. REPÚBLICA DA MOLDÁVIA As negociações com a República da Moldávia sobre um novo Acordo de Associação²³ continuaram a avançar a muito bom ritmo ao longo do ano. A UE anunciou em 2011 que o país estava suficientemente preparado para encetar negociações sobre uma zona de comércio livre abrangente e aprofundada. O Plano de Ação sobre a Liberalização de Vistos foi apresentado à Moldávia em janeiro de 2011, tendo sido publicado pela Comissão em setembro de 2011 o primeiro relatório intercalar sobre a sua aplicação. A Missão de Assistência Fronteiriça da União Europeia na Moldávia e na Ucrânia (EUBAM) continuou a dar um contributo sustentável para o desenvolvimento de procedimentos de gestão fronteiriça que respeitam as normas da União Europeia e vão ao encontro das legítimas necessidades dos cidadãos, viajantes e empresas da Moldávia e da Ucrânia, o que por sua vez reforça a segurança regional e apoia o desenvolvimento económico. A UE continuou os seus esforços com vista à resolução do conflito relativo à **Transnístria**. Foram novamente lançadas em novembro de 2011 negociações formais "5+2" com a participação da UE. O Conselho dos Negócios Estrangeiros de setembro de 2011 adotou uma decisão que prorroga as medidas restritivas contra os dirigentes da Transnístria até 30 de setembro de 2012 mas que ao mesmo tempo prorroga a suspensão dessas medidas por mais um período de seis meses, até 30 de setembro de 2012, a fim de encorajar uma evolução positiva. Refletindo a evolução das relações UE-Moldávia, houve uma série de visitas bilaterais de alto nível, em que se inclui uma visita da Alta Representante a Chisinau em março de 2011 e a visita do CPS em dezembro de 2011.

²³ O Parlamento Europeu adotou em 15 de setembro de 2011 uma resolução que contém as recomendações do Parlamento Europeu ao Conselho, à Comissão e ao SEAE sobre as negociações sobre o Acordo de Associação entre a UE e a Moldávia (P7_TA-PROV(2011)0385).

2.2.3. BIELORRÚSSIA A UE reagiu com firmeza à repressão da sociedade civil, da oposição política e da comunicação social independente que se seguiu às violações das normas eleitorais nas eleições presidenciais de 19 de dezembro de 2010 na Bielorrússia²⁴. Sem abandonar o seu empenhamento numa política de relacionamento crítico, inclusive através do diálogo e da Parceria Oriental, o Conselho dos Negócios Estrangeiros de janeiro de 2011 decidiu alargar e repor na íntegra as medidas restritivas contra a Bielorrússia. Estas medidas foram reforçadas por várias vezes ao longo do ano, à medida que se ia deteriorando a situação no país. O Conselho dos Negócios Estrangeiros de junho de 2011 decidiu impor um embargo de armamento e de equipamentos utilizáveis na repressão interna e congelar os bens de um dos principais homens de negócios e de três empresas detidas ou controladas por ele. Ao mesmo tempo, a UE reforçou o seu empenhamento para com a população e a sociedade civil da Bielorrússia, dando maior apoio à sociedade civil e às vítimas da repressão²⁵, propondo o início de negociações sobre facilitação de vistos e intensificando o diálogo com a sociedade bielorrussa²⁶.

2.2.4. SUL DO CÁUCASO

O firme envolvimento da UE no Sul do Cáucaso foi intensificado em 2011, tendo a Alta Representante visitado todos os três países em novembro. Além disso, teve encontros bilaterais com os respetivos líderes em várias ocasiões.

²⁴ O Parlamento Europeu adotou em 18 de janeiro e 11 de maio de 2011 duas resoluções sobre a situação na Bielorrússia (P7_TA(2011)0022 e P7_TA(2011)0244).

²⁵ O Parlamento Europeu adotou em 14 de setembro de 2011 uma resolução sobre a Bielorrússia: prisão do defensor dos Direitos do Homem Ales Bialatski (P7_TA(2011)0392). Em 9 de março de 2011, o Parlamento Europeu adotou uma resolução sobre a Bielorrússia (e, em particular, os casos de Ales Mikhalevic e de Natalia Radina) (P7_TA(2011)0099).

²⁶ Reagindo à preocupante evolução da situação dos direitos humanos na Bielorrússia, no rescaldo das eleições presidenciais de dezembro de 2010, a UE mobilizou a comunidade internacional para que desse uma resposta enérgica às violações dos referidos direitos. Em junho de 2011, sob a liderança da União Europeia, o Conselho dos Direitos do Homem adotou uma resolução que incumbia a Alta Comissária para os Direitos do Homem de apresentar um relatório sobre a evolução da situação dos direitos humanos na Bielorrússia e de formular recomendações para as ações a empreender.

A UE manteve um firme envolvimento com a **Geórgia**, com o objetivo de promover reformas e relações mais estreitas e em consequência dos seus compromissos relativos ao conflito de 2008. A Alta Representante esteve pessoalmente empenhada em apoiar a bem sucedida mediação suíça entre a Geórgia e a Rússia, que abriu caminho à adesão da Rússia à OMC. Os acordos com a Geórgia sobre facilitação da emissão de vistos e sobre readmissão entraram em vigor em 1 de março de 2011. A UE anunciou em dezembro de 2011 que o país estava suficientemente preparado para encetar negociações sobre uma zona de comércio livre abrangente e aprofundada, parte integrante do Acordo de Associação.

Em 2011, a Missão de Observação da UE na Geórgia (EUMM) continuou a contribuir com êxito para o trabalho de estabilização, normalização e criação de confiança no terreno. A EUMM Geórgia foi prolongada até 14 de setembro de 2012. A Missão dá execução ao seu mandato com pelo menos 200 observadores, ativos em todas as quatro vertentes, nomeadamente a estabilização e a criação de confiança²⁷.

A UE continuou a assumir um papel de liderança nos Debates Internacionais de Genebra, o único fórum de diálogo entre as partes após o conflito de agosto de 2008. Isso foi alcançado graças nomeadamente ao Instrumento de Estabilidade, às ações de criação de confiança e de resposta rápida financiadas pela UE e aos contactos interpessoais. Em setembro, foi nomeado um novo REUE para o Sul do Cáucaso e a crise na Geórgia, Philippe Lefort, cujo mandato está centrado na resolução do conflito e nos aspetos regionais do Sul do Cáucaso.

A UE manteve um firme envolvimento com a **Arménia**, com o objetivo de apoiar os esforços de reforma. As negociações do acordo de associação avançaram de forma satisfatória e a Arménia progrediu no cumprimento das condições necessárias à abertura das negociações para um Acordo de Comércio Livre Abrangente e Aprofundado (as negociações tiveram início em junho de 2012). Em outubro, foi assinada uma parceria de mobilidade com a Arménia. Em 19 de dezembro, o Conselho adotou o mandato de negociação para um Acordo de Facilitação de Vistos e Readmissão (as negociações tiveram início em fevereiro de 2012).

²⁷ O Parlamento Europeu adotou em 17 de novembro de 2011 uma resolução sobre as negociações do Acordo de Associação entre a UE e a Geórgia (2011/2133(INI)), na qual apelava ao reconhecimento da Geórgia como estado europeu e a que as negociações tivessem por base a perspetiva europeia incluindo o artigo 49.º.

Progridiram também a bom ritmo as negociações com o **Azerbaijão** em matéria energética, nomeadamente sobre o gasoduto transcaspiano, bem como as negociações de acordos de facilitação de vistos e readmissão. Todavia, nas conversações sobre o Acordo de Associação registaram-se alguns atrasos, devido a expectativas divergentes e a preocupações quanto à situação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

A par dos Debates Internacionais de Genebra, o REUE também se empenhou em reforçar o apoio da UE ao processo de resolução do conflito no **Alto Carabaque**. A UE continuou a dar todo o seu apoio político ao Grupo de Minsk da OSCE, a fim de encontrar uma solução para o Alto Carabaque. A UE também financiou várias medidas de criação de confiança a fim de facilitar o avanço para uma solução.

2.3. PARCERIA ORIENTAL – VERTENTE MULTILATERAL

O ponto de destaque foi a **Cimeira da Parceria Oriental em Varsóvia**, em setembro de 2011. A Cimeira de Varsóvia consolidou a Parceria Oriental e deu orientações para o seu futuro desenvolvimento. A UE deixou claro que está determinada a acelerar a associação política e a integração económica. Ao mesmo tempo, a Cimeira manifestou claramente que as **reformas económicas** não serão sustentáveis sem **reformas políticas** – e daí que tenha destacado os valores comuns da democracia, direitos humanos e Estado de direito.

No domínio da **PESC/PCSD**, a Cimeira da Parceria Oriental apelou ao reforço do diálogo e da cooperação em questões de segurança internacional, nomeadamente com vista à eventual participação dos parceiros nas operações civis e militares lideradas pela UE. Por outro lado, a cooperação entre a UE e os países parceiros bem como os projetos de cooperação regional e os programas de ajuda da UE darão um maior destaque à resolução dos conflitos e às medidas de criação de confiança.

A Plataforma Multilateral da Parceria Oriental para a Democracia, Boa Governação e Estabilidade adotou o seu novo programa de trabalho 2011-2013, em cujo âmbito foram criados novos painéis de peritos sobre **Reforma da Administração Pública e Migração e Asilo**²⁸.

No domínio da **gestão integrada das fronteiras** (GIF), a execução de projetos relacionados com a Iniciativa Emblemática começou na área da vigilância da fronteira verde entre a Ucrânia e a Bielorrússia e reforço das infraestruturas na fronteira entre a Geórgia e a Arménia. Foi continuada a formação de peritos para o desenvolvimento de estratégias GIF dos países da Parceria Oriental.

2.4. ÁSIA CENTRAL²⁹

Foi intensificada ao longo de 2011 a implementação da Estratégia da UE para a Ásia Central³⁰, que inclui o diálogo político e a cooperação técnica.

²⁸ Esta Plataforma começou a desenvolver ideias sobre a forma de aperfeiçoar abordagens comuns entre os serviços de polícia, a fim de reduzir a criminalidade transfronteiras e lançar a cooperação no domínio da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD).

²⁹ Em 2 de julho de 2012, foi nomeada Representante Especial da UE para a Ásia Central Patricia Flor, que veio substituir o Embaixador Pierre Morel.

³⁰ O Parlamento Europeu adotou em 15 de dezembro de 2011 uma resolução sobre a situação da execução da estratégia da UE para a Ásia Central (P7_TA-PROV(2011)0588).

Em abril de 2011, realizou-se em Tachkent, no Usbequistão, uma reunião ministerial UE-Ásia Central que incidiu principalmente nas ameaças e desafios comuns, tais como o terrorismo, o tráfico de seres humanos e de droga, a não-proliferação e a segurança energética.

A UE também trabalhou ativamente na elaboração de um plano de ação comum para a execução da Estratégia Global Antiterrorista da ONU para a Ásia Central. Este documento foi adotado juntamente com a Declaração de Asgabade em novembro de 2011.

No âmbito do Plano de Ação UE-Ásia Central de combate à droga, o diálogo anual sobre a droga com os países da Ásia Central teve lugar em abril de 2011. Os países da Ásia Central informaram dos progressos que alcançaram nos seus esforços de lidar com a redução da procura e o combate ao tráfico de droga.

Na 9.ª reunião da Iniciativa sobre Segurança nas Fronteiras na Ásia Central, realizada em março de 2011, em Duchambé, no Tajiquistão, foram debatidas questões de segurança regional e a aplicação dos princípios da Gestão Integrada das Fronteiras. Os direitos humanos continuam a ser uma questão que preocupa os cinco países e foram focados nos diálogos anuais sobre direitos humanos.

Houve também contactos regulares entre o REUE para a Ásia Central e os países da Ásia Central.

O REUE para a Ásia Central dedicou uma atenção especial à reconciliação e a finalizar a legitimação das autoridades do Estado na fase pós-crise no Quirguistão. Contribuiu para a ação política da UE em resposta aos eventos de Janaozen em dezembro de 2011. Facilitou a comunicação entre a UE e o Presidente do Turquemenistão em conversações essenciais sobre energia (TCP). Quanto à segurança regional, promoveu a alto nível nos países da Ásia Central uma nova iniciativa regional UE-ONU de combate ao terrorismo, e representou a UE na cooperação política com parceiros internacionais sobre gestão das fronteiras na Ásia Central.

3. BALCÃS OCIDENTAIS

Os Balcãs Ocidentais continuaram a ser em 2011 uma das principais prioridades da UE, que se manteve decididamente empenhada em resolver as complexas tensões políticas na região, nomeadamente assumindo uma firme liderança no sentido de promover o diálogo entre Belgrado e Pristina e evitar uma grave crise institucional na Bósnia-Herzegovina. O SEAE está também a colaborar estreitamente com a Comissão no processo de pré-adesão para os países com perspetiva de adesão à UE. O **Processo de Estabilização e Associação (PEA)** continuou a constituir o quadro de ação global para as relações e negociações com os países dos Balcãs Ocidentais³¹. A UE reiterou a importância de que se revestem **a cooperação regional e as relações de boa vizinhança** no processo de aproximação à UE, como elementos essenciais deste processo. Embora tenha havido progressos significativos em 2011, ainda restam importantes desafios. Assim, há que estabelecer um diálogo político construtivo, consolidar o Estado de direito, nomeadamente garantindo a liberdade de expressão, a luta contra a corrupção e a criminalidade organizada, a eficácia e a independência do poder judicial e a melhoria da capacidade administrativa, bem como abordar e resolver as questões bilaterais em aberto³².

A Croácia³³ e os Estados-Membros da UE concluíram as negociações de adesão em 30 de junho de 2011 e assinaram o Tratado de Adesão em 9 de dezembro de 2011, em Bruxelas. Sob reserva de que sejam concluídas com êxito os procedimentos de ratificação, a Croácia será Estado-Membro da UE em 1 de julho de 2013. Desde a assinatura do Tratado de Adesão que a Croácia tem participado como observador ativo nas reuniões do Conselho e dos seus órgãos preparatórios.

³¹ Tal como foi reconfirmado no **Fórum sobre os Balcãs Ocidentais**, realizado a 20 de junho de 2011 no Luxemburgo, o Conselho reiterou em 2011 o seu empenhamento inequívoco na perspetiva europeia dos países dos Balcãs Ocidentais, que continua a ser essencial para a estabilidade, a reconciliação e o futuro da região. O Conselho de dezembro de 2011 reiterou igualmente a necessidade de respeitar condições equitativas e rigorosas, no quadro do Processo de Estabilização e Associação e nos termos do renovado consenso em torno do alargamento aprovado pelo Conselho Europeu de 14-15 de dezembro de 2006.

³² O Processo de Cooperação da Europa do Sudeste (PCESE) – sob presidência do Montenegro e em seguida da Sérvia – teve um papel positivo neste contexto, tendo nomeadamente adotado uma estratégia regional para as questões da justiça e dos assuntos internos. O Conselho de Cooperação Regional (CCR) continuou a reforçar a cooperação na região numa série de domínios essenciais.

³³ O Parlamento Europeu adotou em 1 de dezembro de 2011 uma resolução sobre o pedido de adesão da Croácia à União Europeia (P7_TA-PROV(2011)0539) e uma resolução legislativa sobre a adesão da República da Croácia à União Europeia (P7_TA-PROV(2011)0538).

Na sequência da adoção da Resolução A/RES/64/298 da AGNU, a UE tem propiciado um **processo de diálogo entre Belgrado e Pristina**. Em 2011 realizaram-se oito reuniões deste processo de diálogo, tendo sido alcançados seis acordos, a saber, sobre registo civil, cadastro, carimbos aduaneiros, liberdade de circulação, aceitação de diplomas universitários e gestão integrada de fronteiras. A Alta Representante exortou por várias vezes as partes a um diálogo construtivo. A aplicação prática destes acordos já começou, embora com algumas dificuldades.

A Alta Representante deslocou-se a Belgrado em maio de 2011 para passar em revista com o Presidente sérvio Boris Tadic as relações UE-Sérvia e o Processo de Estabilização e Associação³⁴. Nesse mesmo dia, congratulou-se com a detenção de Ratko Mladic. Em 8 de junho, o Chefe da Delegação da UE em Belgrado e o Ministro dos Negócios Estrangeiros Vuk Jeremic assinaram um Acordo-Quadro relativo à participação em missões PCSD. O Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, deslocou-se à Sérvia em setembro. O Acordo Provisório entre a UE e a Sérvia continua a ser aplicado enquanto se aguarda que estejam concluídos todos os procedimentos para que entre em vigor o Acordo de Estabilização e Associação. Na sequência do pedido de adesão à UE feito pela **Sérvia** em 2009, a Comissão apresentou o seu parecer em 12 de outubro de 2011. Em dezembro, o Conselho registou que a abertura de negociações de adesão será analisada pelo Conselho Europeu, de acordo com a prática estabelecida, logo que a Comissão tiver verificado que a Sérvia alcançou o necessário grau de conformidade com os critérios de adesão, especialmente a prioridade essencial, a saber, a tomada de medidas para melhorar de forma visível e sustentável as relações com o Kosovo, em conformidade com as condições do Processo de Estabilização e Associação, tal como referido no parecer da Comissão.

³⁴ O Parlamento Europeu adotou em 19 de janeiro de 2011 uma resolução legislativa referente a uma proposta de decisão do Conselho e da Comissão relativa à conclusão do Acordo de Estabilização e de Associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Sérvia, por outro (P7_TA(2011)0015).

Em 9 de dezembro, o Conselho Europeu adiou a decisão de conceder estatuto de candidato à Sérvia³⁵.

O Conselho de Estabilização e Associação UE-**Montenegro**³⁶ reuniu-se em 21 de junho no Luxemburgo. O Conselho Europeu de dezembro reconheceu os progressos alcançados na agenda de reformas e, com vista à abertura das negociações de adesão em junho de 2012, encarregou o Conselho dos Assuntos Gerais de examinar a execução das reformas, nomeadamente na área do Estado de direito, com base num relatório da Comissão.

O Conselho dos Negócios Estrangeiros adotou, em março, conclusões que determinam uma abordagem global da UE: estratégia reforçada em relação à **Bósnia-Herzegovina (BH)** e presença única da UE no terreno (Representante Especial/Delegação da UE), incluindo uma gama reforçada de instrumentos que vão desde os instrumentos e projetos normais de adesão até às medidas PCSD, p. ex. eventuais medidas restritivas.³⁷ A Alta Representante deslocou-se à Bósnia-Herzegovina em maio de 2011. Em seguida, foi revogada a decisão da Assembleia Nacional da República Sérvia da Bósnia de realizar um referendo sobre a independência do poder judicial. Esta visita deu azo à abertura de um diálogo estruturado com a UE sobre o poder judicial³⁸. Peter Sorensen foi nomeado Representante Especial para a Bósnia-Herzegovina em 18 de julho.

³⁵ O Conselho Europeu concedeu estatuto de candidato à Sérvia em 1 de março de 2012.

³⁶ O Parlamento Europeu adotou em 15 de setembro de 2011 uma resolução sobre o processo de integração europeia do Montenegro (P7_TA(2011)0091).

³⁷ Com base nas Conclusões do Conselho de março de 2011, a dupla função REUE/Chefe de Delegação ajudou a superar o impasse político local após as eleições legislativas de 2010. O REUE/CD propiciou uma dinâmica mais prospetiva, combinando o peso político do REUE com os instrumentos técnicos e financeiros da UE para propiciar avanços na via da integração europeia. A posição do REUE foi dissociada da de Alto Representante da Comunidade Internacional na BH a partir de 1 de setembro de 2011.

³⁸ O diálogo estabelecido no quadro do Processo de Estabilização e Associação visa consolidar o Estado de direito e estabelecer um sistema judicial independente, eficaz, imparcial e responsável em toda a Bósnia-Herzegovina.

Em 2011, os Estados-Membros decidiram prolongar a **Missão de Polícia da UE na Bósnia-Herzegovina (EUPM)** até 30 de junho de 2012 e encerrar a missão nessa altura. O futuro apoio às autoridades locais na BH será assegurado pelas atividades do REUE e instrumentos da Comissão.

Quanto à **Operação Althea**, o Conselho confirmou em outubro de 2011 que a UE está pronta a continuar nesta fase um papel militar executivo em apoio dos esforços da Bósnia-Herzegovina para manter um clima de segurança com um mandato prorrogado da ONU. A Operação Althea orientará principalmente a sua ação para a criação de capacidades e a formação, mantendo ao mesmo tempo o conhecimento da situação e uma reserva credível.

Tal como para a Sérvia, continuou a ser aplicado um Acordo Provisório enquanto se aguarda que estejam concluídos todos os procedimentos para que entre em vigor o Acordo de Estabilização e Associação. Em 28 de dezembro, mais de um ano após as eleições de outubro de 2010, os principais líderes políticos da Bósnia-Herzegovina chegaram a acordo sobre a formação do Conselho de Ministros e a adoção do orçamento de Estado para 2011, bem como em avançar com o recenseamento e a legislação sobre auxílios estatais e com a aplicação da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (acórdão Sejdic/Finci do TEDH), aspetos estes que as Conclusões do Conselho de março tinham designado como essenciais para o avanço na via europeia.

A Comissão Europeia adotou o Programa Nacional para a Bósnia-Herzegovina no âmbito da componente "assistência à transição e desenvolvimento institucional" do Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA) para o ano de 2011. O programa, num montante total de EUR 91 280 000, visa a prestação de assistência principalmente nos seguintes setores: reforma da administração pública, justiça e assuntos internos, desenvolvimento do setor privado, transportes, ambiente e alterações climáticas, e desenvolvimento social. Além disso, a BH recebe financiamento proveniente dos programas multibeneficiários ao abrigo do IPA.

Em dezembro de 2011, o Conselho dos Assuntos Gerais reafirmou que o **Kosovo**³⁹ poderia beneficiar de uma liberalização de vistos uma vez cumpridas todas as condições. Sem prejuízo das posições dos Estados-Membros sobre a questão do estatuto, o Conselho convidou a Comissão a fazer a avaliação dos progressos realizados pelo Kosovo nas questões relativas ao comércio e a propor a orientação a seguir para alcançar um acordo, logo que se tenham registado progressos suficientes. O Conselho reconheceu que o desenvolvimento socioeconómico do Kosovo sairia também reforçado com a adesão ao Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, e manifestou o seu empenho em chegar a um acordo quanto à participação do Kosovo nos programas da UE, sem prejuízo das posições dos Estados-Membros sobre a questão do estatuto. Por último, o Conselho saudou a intenção da Comissão de lançar um diálogo estruturado sobre o Estado de direito e de rever a sua Comunicação de 2009.

A **Missão da UE para o Estado de Direito no Kosovo (EULEX)** continua a desempenhar um importante papel de assistência e apoio às autoridades do Kosovo no domínio do Estado de direito, nomeadamente no que respeita à polícia, aparelho judicial e alfândegas. As suas atividades pautaram-se em 2011 pelo continuar das investigações de casos altamente sensíveis. Os esforços no domínio aduaneiro também tiveram como resultado uma redução do contrabando. Realizaram-se vários julgamentos ligados ao tráfico internacional de droga. Em matéria de pessoas desaparecidas, os peritos continuaram a conduzir operações no terreno.

Embora se defronte com o desafio da constituição de forças (insuficientes unidades constituídas de polícia), a EULEX Kosovo age também como garante da segurança, assistindo a Polícia do Kosovo quando necessário e em colaboração com a KFOR. A EULEX continuou a fortalecer o Estado de direito no norte do Kosovo, mantendo uma presença crescente até aos violentos acontecimentos de julho de 2011.

³⁹ Samuel Zbogar foi nomeado Representante Especial para o Kosovo em 1 de fevereiro de 2012.

O Grupo Especial de Investigação da UE iniciou a sua atividade em setembro de 2011, conduzindo uma investigação criminal justa e independente sobre as alegações de crimes de guerra e criminalidade organizada contidas no relatório do Conselho da Europa de dezembro de 2010. A criação do GEI reflete o empenho da UE em conduzir uma investigação imparcial e profissional sobre estas alegações, e a importância que a UE atribui ao correto tratamento deste caso. Trata-se de uma investigação complexa e plurinacional, que levará o seu tempo a estar concluída.

Em Setembro de 2011, o SEAE iniciou uma revisão da Missão EULEX Kosovo a nível estratégico, no contexto da intervenção global da UE no Kosovo. Os resultados desta revisão estratégica serão postos em prática em 2012.

Face à persistente crise entre o Governo e a oposição na **Albânia**, o Conselho dos Negócios Estrangeiros de junho de 2011 manifestou a sua preocupação e apelou ao reatar do diálogo político. Até ao final do ano, o Conselho registou com agrado alguns avanços positivos, nomeadamente a criação de uma Comissão Parlamentar de Reforma Eleitoral e de um grupo de trabalho sobre a reforma do regimento interno do Parlamento, bem como um calendário para a adoção de leis que exigem maioria de três quintos. As eleições municipais de 8 de maio, fortemente disputadas, foram em geral consideradas competitivas e transparentes. No entanto, ainda se registam deficiências. Em dezembro de 2011, o Conselho concluiu que a Albânia tinha feito apenas alguns progressos no sentido de cumprir os critérios políticos de adesão e as doze prioridades para a abertura das negociações de adesão, seguindo assim a recomendação da Comissão Europeia de não conceder estatuto de candidato a este país. A UE continua empenhada na perspetiva europeia da Albânia e continuará a apoiar os esforços do país neste processo. Em 2011, a Alta Representante salientou, juntamente com o Comissário Stefan Füle, a necessidade de progredir no que respeita ao diálogo político, reforma eleitoral e outras questões prioritárias da agenda da UE.

Na **antiga República jugoslava da Macedónia**, o início de 2011 foi dominado por um boicote parlamentar pelo maior partido da oposição⁴⁰. Porém, o país realizou eleições legislativas em junho, que o Conselho considerou, nas suas Conclusões de dezembro, como competitivas, transparentes e bem organizadas em todo o país. Todavia, o Conselho também registou que ainda eram necessários mais esforços para promover e garantir os direitos fundamentais no país. Não houve progressos na resolução da questão do nome.

O Diálogo de Alto Nível relativo à Adesão, iniciado pelo Presidente da Comissão, José Manuel Barroso, em 2011 e lançado pelo Comissário Stefan Füle e pelo Primeiro-Ministro Nikola Gruevski em março de 2012, conferiu novo dinamismo ao processo de integração da UE⁴¹. No seu relatório de situação, a Comissão reiterou a recomendação de encetar negociações de adesão com o país, tendo o Conselho afirmado que está pronto a retomar o assunto no primeiro semestre de 2012.

Afigura-se essencial manter boas relações de vizinhança e encontrar, sobre a égide das Nações Unidas, uma solução negociada e aceite mutuamente para o problema da denominação do país. O Conselho declarou aguardar com expectativa o diálogo de alto nível que decorre sobre a questão do nome.

⁴⁰ O Parlamento Europeu adotou em 7 de abril de 2011 uma resolução sobre o relatório de progresso de 2010 da antiga República jugoslava da Macedónia (P7_TA-PROV(2011)0151).

⁴¹ A sessão inaugural teve lugar em 15 de março de 2012.

4. TURQUIA E VIZINHOS DA EUROPA OCIDENTAL

4.1. TURQUIA

Quer como país candidato⁴², quer como um dos principais parceiros regionais, a Turquia continuou a ser um importante interlocutor da UE, que louvou este país por partilhar os encargos decorrentes da crise síria. A Turquia teve um papel ativo na sua vizinhança mais alargada e influente no apoio às reformas, inclusive no Norte de África. A Turquia também continuou a ter uma intervenção importante no Médio Oriente, Balcãs Ocidentais, Afeganistão/Paquistão, Sul do Cáucaso e Corno de África. Neste contexto, a Alta Representante manteve o seu empenho em reforçar o diálogo político da UE com a Turquia sobre questões de política externa de interesse comum e teve vários encontros com o Ministro turco dos Negócios Estrangeiros, Ahmet Davutoglu. Este foi também convidado a participar numa reunião informal do Conselho, tendo aceite prontamente o convite. Foi instituído um diálogo estratégico informal com a Turquia, a nível de diretores políticos.

A UE também apreciou grandemente o forte envolvimento turco em missões da PCSD, nomeadamente na EUFOR Althea e na EULEX Kosovo.

A Turquia continuou a estar empenhada no processo de negociações de adesão e na agenda de reformas políticas, mas é necessário que continue a desenvolver esforços com vista ao pleno cumprimento dos critérios de Copenhaga em vários domínios, em especial em matéria de liberdades fundamentais. Têm continuado os esforços no sentido de intensificar o diálogo e a cooperação com a Turquia, na luta contra o terrorismo e no lançamento de um diálogo sobre vistos, mobilidade e migração, em conformidade com a prática estabelecida.

⁴² O Parlamento Europeu adotou em 9 de março de 2011 uma resolução sobre o relatório de 2010 referente aos progressos realizados pela Turquia (P7_TA(2011)0090).

Nas suas conclusões de dezembro de 2011, o Conselho dos Assuntos Gerais salientou que a Turquia se devia empenhar inequivocamente na manutenção de boas relações de vizinhança e na resolução pacífica de conflitos, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, recorrendo, se necessário, ao Tribunal Internacional de Justiça. Manifestou grande preocupação e insistiu em que fosse evitado qualquer tipo de ameaça ou ação dirigida contra um Estado-Membro, ou qualquer fonte de fricção ou ação suscetível de afetar negativamente as relações de boa vizinhança e a resolução pacífica dos diferendos. Além disso, a UE salientou uma vez mais todos os direitos soberanos dos Estados-Membros da UE, que incluem, nomeadamente, a celebração de acordos bilaterais e a exploração e o aproveitamento dos seus recursos naturais nos termos do acervo da UE e do direito internacional, nomeadamente a Convenção da ONU sobre o Direito do Mar.

Tal como recordado nas conclusões de dezembro de 2011 do Conselho Europeu e do Conselho dos Assuntos Gerais, o Conselho lamentou as declarações da Turquia no sentido de congelar as suas relações com a Presidência da UE no segundo semestre de 2012, e salientou que o papel da Presidência do Conselho da UE está previsto no Tratado da União Europeia.

Nas suas conclusões de dezembro de 2011, o Conselho lamentou também profundamente que, apesar dos repetidos apelos nesse sentido, a Turquia continue a recusar-se a cumprir a sua obrigação de implementar na íntegra e de forma não discriminatória o Protocolo Adicional ao Acordo de Associação para com todos os Estados-Membros. Caso continue a verificar-se uma ausência de progressos nesta matéria, o Conselho irá manter as medidas que tem aplicado desde 2006, o que afetará de forma permanente os progressos globais das negociações. Além disso, a Turquia ainda não registou progressos no sentido da necessária normalização das suas relações com a República de Chipre.

O Conselho afirmou igualmente que se espera que a Turquia apoie ativamente as negociações em curso conducentes a uma resolução justa, abrangente e viável do problema de Chipre no âmbito das Nações Unidas, em conformidade com as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança da ONU e em consonância com os princípios em que se fundamenta a União. O empenhamento e o contributo concreto da Turquia para essa resolução abrangente são fundamentais.

4.2. EUROPA OCIDENTAL

No que respeita aos vizinhos da Europa Ocidental, as relações da UE com estes países assentam em acordos globais de cooperação como o Espaço Económico Europeu (**Noruega, Islândia e Liechtenstein**) ou Schengen (os mesmos três mais a **Suíça**).

No domínio da PESC, a cooperação da UE com os países do EEE/EFTA foi aprofundada em 2011 mediante o seu alinhamento com uma série de declarações PESC e a cooperação em certas ações comuns. A Noruega participou nas operações EULEX Kosovo e EUPOL Afeganistão. Quanto à Suíça, destacou 14 pessoas para duas missões (EULEX Kosovo 12 e EUPM BiH).

A UE conduziu também regularmente diálogos políticos a diferentes níveis e em diversos contextos, tendo-se registado um aumento dos diálogos mais informais à margem de importantes eventos internacionais.

4.2.1. NORUEGA Há uma cooperação muito boa e muito estreita entre a UE e a Noruega em matéria de política externa, nomeadamente para o Médio Oriente, a Primavera Árabe e as questões árticas. Dado que a Noruega preside ao Comité de Ligação Ad Hoc para a Palestina (grupo internacional dos doadores que apoiam a Palestina), o Ministro norueguês dos Negócios Estrangeiros, Jonas Gahr Støre, participou nos debates sobre o processo de paz no Médio Oriente na reunião informal dos Ministros dos Negócios Estrangeiros em Gymnich, em setembro de 2011. A Noruega, tal como a Islândia, apoia firmemente a candidatura da UE ao estatuto de observador permanente no Conselho do Ártico. A Noruega continua a ser um parceiro essencial no domínio da segurança energética (ver também a página XX).

4.2.2. SUÍÇA A cooperação com a Suíça prosseguiu em domínios como o Sul do Cáucaso, o processo democrático no Norte de África e o Processo de Paz no Médio Oriente.

4.2.3. ISLÂNDIA Iniciadas em julho de 2010, as negociações de adesão com a Islândia prosseguiram em 2011, nomeadamente no que respeita a um capítulo específico sobre *Política Externa, de Segurança e Defesa*. Até dezembro de 2011, tinham sido abertos onze capítulos das negociações com a Islândia, e encerrados seis. A Islândia continua a avançar a bom ritmo nas suas negociações de adesão.

5. ÁSIA

A Ásia concentra quatro dos parceiros estratégicos da UE e é a região com mais rápido crescimento no mundo. A UE procura reforçar os seus laços com esta região dinâmica, não só em termos de comércio e investimento, como também e cada vez mais no domínio político e da segurança. Para o efeito, a UE tem desenvolvido uma política de envolvimento regional, além de promover as relações bilaterais com os seus parceiros asiáticos.

A nível regional, a 10.^a reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da **ASEM** (Reunião Ásia-Europa) teve lugar em Budapeste, em junho de 2011, com a participação de 47 Ministros da Europa e da Ásia, tendo a Alta Representante focado a governação económica mundial, o desenvolvimento sustentável, outras questões de alcance mundial e regional, as relações entre os cidadãos da Ásia e da Europa e o futuro da ASEM. Houve, em particular, uma troca aprofundada de pontos de vista sobre questões de segurança não convencionais.

5.1. ÁSIA MERIDIONAL

5.1.1. ÍNDIA Em 2011, prosseguiram os esforços para reforçar a dimensão política e estratégica da parceria estratégica UE-Índia⁴³. A reunião ministerial e a cimeira tiveram lugar no início de 2012, coincidindo com uma visita da Alta Representante. Em novembro de 2011, realizaram-se em Nova Deli as primeiras consultas de política externa a nível de altos funcionários. Estas deverão passar a ser um evento anual com o objetivo de alargar e aprofundar o intercâmbio e as consultas sobre questões regionais e mundiais, bem como sobre cooperação para a segurança, e preparar a reunião ministerial. No domínio da cooperação para a segurança, continuaram a registar-se progressos, com um diálogo sobre segurança em maio de 2011, em Nova Deli, e posteriores reuniões de trabalho sobre combate à pirataria e ao terrorismo, bem como o lançamento de consultas sobre questões de cibersegurança; todas elas em conformidade com os acordos alcançados na 11.^a Cimeira, de dezembro de 2010. Por último, realizou-se em 2011 mais uma reunião do diálogo UE-Índia sobre direitos humanos⁴⁴.

⁴³ O Parlamento Europeu adotou em 11 de maio de 2011 uma resolução sobre o estado das negociações do Acordo de Comércio Livre UE-Índia (P7_TA-PROV(2011)0224).

⁴⁴ O Parlamento Europeu adotou em 7 de julho de 2011 uma sobre a Índia, especialmente a pena de morte contra Davinder Pal Singh (P7_TA-PROV(2011)0342).

5.1.2. AFEGANISTÃO A Conferência de Bona sobre o Afeganistão⁴⁵ em dezembro de 2011 confirmou o envolvimento internacional no Afeganistão a longo prazo, para além do final do período de transição em 2014. Neste contexto, a UE assumiu compromissos de continuar a agir como parceiro de segurança e de desenvolvimento do Afeganistão pós-transição, e anunciou o lançamento de negociações para um Acordo de Cooperação em matéria de Parceria e Desenvolvimento com o Afeganistão. O Chefe de Delegação Vygaudas Usackas, que acumula as funções de REUE, continuou a desempenhar um papel importante no reforço da presença da UE no terreno, tal como previsto no Plano de Ação da UE para o Afeganistão e o Paquistão.

Em 2011, a **EUPOL Afeganistão** consolidou as suas atividades no domínio do policiamento civil em torno de três vertentes programáticas: a reforma institucional do Ministério do Interior, a profissionalização da Polícia Nacional Afegã e a ligação da polícia com o setor da justiça.

Embora ainda subsistam importantes desafios, foi reconhecida a necessidade de passar gradualmente do combate à insurreição para uma capacidade de policiamento civil baseada no primado do direito. Teve bons resultados a maior ênfase dada à formação dos quadros dirigentes da Polícia Afegã e à criação de uma capacidade afegã de formação no âmbito da Academia de Polícia de Cabul.

Na Conferência de Bona de 2011, a Alta Representante declarou, em nome da UE, que a União está decidida a prolongar o mandato da missão até 2014; os parâmetros desse prolongamento serão decididos em 2012.

⁴⁵ O Parlamento Europeu adotou em 16 de dezembro de 2010 uma resolução sobre uma nova estratégia para o Afeganistão (P7_TA-PROV(2010)0490).

5.1.3. PAQUISTÃO A UE e o Paquistão⁴⁶ negociaram e concluíram um plano quinquenal de empenhamento com base nos princípios do respeito mútuo, confiança e interesse, e com o objetivo de construir uma relação estratégica. O plano de empenhamento aprovado por ocasião do diálogo político a nível de diretores políticos em novembro de 2011 representa um amplo quadro político em cujo âmbito se desenvolverá o diálogo político e setorial entre a UE e o Paquistão⁴⁷. Perante as inundações que devastaram o Paquistão em 2011 pelo segundo ano consecutivo e que afetaram cerca de 6 de milhões de pessoas, a UE mais uma vez reagiu rapidamente prestando assistência humanitária. O apoio total da UE e dos Estados-Membros chegou a cerca de 146 milhões de euros. Continuaram a registar-se progressos em termos de concessões comerciais da UE na OMC a favor do Paquistão a fim de auxiliar a recuperação económica na sequência das inundações. Na sequência das conclusões do Conselho dos Negócios Estrangeiros de julho de 2011 que salientavam a importância da cooperação no domínio da segurança e do combate ao terrorismo, foram iniciados os preparativos para um diálogo regular UE-Paquistão em matéria de luta contra o terrorismo e as futuras atividades neste domínio.

5.1.4. SRI LANCA A UE teve como objetivo desenvolver uma política de reatar um progressivo envolvimento no Sri Lanca, em setores de interesse mútuo, como sejam a aviação civil, o turismo e o ambiente, e envidar esforços com vista a reavivar de futuro o diálogo regular no âmbito da Comissão Mista. A UE continuou a prestar especial atenção à situação dos direitos humanos e à reconstrução pós-conflito. No seguimento do relatório do Painel de Peritos da ONU sobre as alegadas violações dos direitos humanos internacionais e do direito humanitário durante o conflito militar, bem como do relatório da Comissão do Sri Lanca para as Lições a Tirar e a Reconciliação⁴⁸, a UE incentivou as autoridades a darem os passos necessários para fomentar uma genuína reconciliação, tratarem a questão da responsabilização e dialogarem com as Nações Unidas a este respeito.

⁴⁶ O Parlamento Europeu adotou em 15 de dezembro de 2011 uma resolução sobre a situação das mulheres no Afeganistão e no Paquistão (P7_TA-PROV(2011)0591). O Parlamento Europeu adotou em 10 de março de 2011 uma resolução sobre o Paquistão, nomeadamente o assassinio de Shahbaz Bhatti (P7_TA(2011)0098) e em 20 de janeiro de 2011 uma resolução sobre o assassinio do Governador Salmaan Taseer (P7_TA(2011)0026).

⁴⁷ O diálogo engloba as seguintes áreas: segurança, democracia, governação, direitos humanos e desenvolvimento socioeconómico, comércio e investimento, energia, cooperação setorial em domínios como a migração, cooperação cultural, ensino profissional, agricultura, gestão da água, saúde e investigação.

⁴⁸ O Parlamento Europeu adotou em 12 de maio de 2011 uma resolução sobre a situação no Sri Lanca (P7_TA-PROV(2011)0242).

5.1.5. BANGLADECHE As principais prioridades da UE para o Bangladesh continuaram a ser o apoio às instituições democráticas, à redução da pobreza e à luta contra as alterações climáticas, através de programas de cooperação para o desenvolvimento, diálogo político, inclusive ao mais alto nível, e a procura de resultados ambiciosos nas negociações internacionais sobre alterações climáticas.

5.2. SUDESTE ASIÁTICO

5.2.1. ASEAN A UE continuou a sua política de diálogo com a ASEAN, nomeadamente na reunião de altos funcionários em Varsóvia, em outubro de 2011, centrada nos preparativos da próxima reunião ministerial UE/ASEAN no Brunei (abril de 2012); nessa reunião, os Ministros deverão reafirmar a importância estratégica das relações UE-ASEAN e fazê-las avançar mediante um novo plano de ação comum. Continuaram a registar-se progressos na ratificação do Terceiro Protocolo ao Tratado de Amizade e Cooperação da ASEAN pelas partes signatárias; quando este processo estiver terminado (muito provavelmente até julho de 2012), a UE poderá aderir a este tratado.

A UE obteve também progressos substanciais nas negociações de Acordos de Parceria e Cooperação com vários países da ASEAN, em particular a **Malásia** e **Singapura**. Os APC com o **Vietname** e as **Filipinas** já foram rubricados. Embora mantendo o objetivo estratégico de um acordo de comércio livre entre regiões, a UE continuou a ter como objetivo acordos bilaterais de comércio livre com países da ASEAN, avançou de forma significativa nas negociações com a Malásia e Singapura e abriu negociações com o Vietname.

5.2.2. BIRMÂNIA/MIANMAR O empenhamento da UE na Birmânia/Mianmar também aumentou nitidamente durante o ano, em resposta à evolução verificada no país no sentido de instaurar mais democracia, após a entrada do novo Governo em funções. Já em abril de 2011 a UE tinha assinalado, ao renovar a Decisão do Conselho que impunha medidas restritivas, que reagiria às medidas positivas do Governo com a suspensão das medidas de proibição de viajar e congelamento de bens para certos membros do Governo que não pertençam às forças armadas, incluindo o Ministro dos Negócios Estrangeiros. As visitas do Enviado Especial Piero Fassino e do Conselheiro Robert Cooper durante o ano ajudaram a melhorar a comunicação sobre as expectativas da UE e a sua vontade de colaborar com o novo Governo quando fossem lançadas reformas. No entanto, ainda subsistem vários problemas, nomeadamente um número significativo de prisioneiros políticos por libertar, persistência de combates em zonas étnicas e relatos de graves violações dos direitos humanos no Estado de Kachin entre governo e forças armadas étnicas.

5.3. ÁSIA ORIENTAL

5.3.1. CHINA A 2.^a reunião do Diálogo Estratégico UE-China teve lugar em Budapeste / Gödöllő em maio de 2011, entre a Alta Representante e o Conselheiro de Estado Dai Bingguo. A reunião confirmou a sólida base da vertente política da Parceria Estratégica UE-China e permitiu uma ampla troca de pontos de vista entre as duas partes sobre as principais questões internacionais, como o Irão, o Egito, a Líbia, a Tunísia, os direitos humanos⁴⁹, a missão EUNAVFOR ATALANTA e os projetos concretos em desenvolvimento, como a tecnologia verde.

⁴⁹ O Parlamento Europeu adotou em 7 de abril de 2011 uma resolução sobre o caso de Ai Weiwei (P7_TA-PROV(2011)0157) e em 10 de março de 2011 uma resolução sobre a situação e o património cultural em Kashgar (P7_TA-PROV(2011)0157).

O Presidente Herman Van Rompuy deslocou-se à China em 15-19 de maio, a convite do Presidente Hu Jintao. Esta visita refletiu a importância que a UE e a China atribuem à sua parceria estratégica, desde que foi criada em 2003. Van Rompuy encontrou-se com o Presidente Hu Jintao em 16 de maio, tendo ambos reconhecido a importância de uma forte cooperação face aos desafios de ordem mundial, como a governação global e a estabilidade financeira. A este respeito, ambas as partes salientaram o enorme valor do G20 e o seu papel de assegurar a cooperação económica e financeira a nível mundial. Também concordaram em que na próxima cimeira seria aditada à estrutura das relações UE-China uma terceira vertente destinada a reforçar os contactos interpessoais⁵⁰.

A Alta Representante deslocou-se à China em outubro de 2011. Encontrou-se com Dai Bingguo, com o Ministro dos Negócios estrangeiros Yang Jiechi e com o Ministro da Defesa Liang Guanglie, tendo nomeadamente debatido os desafios internacionais (Norte de África, Médio Oriente, Ásia-Pacífico), a crise económica, as relações bilaterais e os direitos humanos.

2011 foi designado Ano da Juventude UE-China. Este aspeto não só abriu muitas oportunidades de intensificar as nossas relações, pondo a tónica em eventos e intercâmbios de jovens, mas também salientou a importância de visar os contactos interpessoais a fim de promover a compreensão mútua.

⁵⁰ A 14.ª Cimeira UE-China, inicialmente prevista para 25 de outubro em Tianjin, foi adiada devido à realização de reuniões inesperadas do Conselho Europeu e dos Chefes de Estado e de Governo da área do euro. Realizou-se finalmente em Pequim, em 14 de fevereiro de 2012.

5.3.2. JAPÃO A 20.^a Cimeira UE-Japão teve lugar em maio de 2011, tendo por pano de fundo a tripla catástrofe (terramoto, tsunami, acidente nuclear) que atingiu o Japão em 11 de março⁵¹. Ainda em março, a UE ativou o seu sistema de resposta a situações de crise para ajudar a enfrentar as consequências humanitárias da catástrofe. A UE e o Japão confirmaram a sua vontade de reforçar todos os aspetos da relação bilateral, e lançaram o processo conducente a dois acordos paralelos e complementares: um acordo geral sobre cooperação política, global e setorial, e um ambicioso acordo de comércio livre⁵². A cimeira estabeleceu princípios de cooperação concreta no domínio da segurança nuclear, energia e gestão de catástrofes. Também permitiu uma discussão aprofundada com o Japão sobre a economia mundial, as alterações climáticas e a energia, bem como sobre questões regionais como a transição no Médio Oriente e no Norte de África. A UE apelou a uma parceria mais estreita em matéria de gestão de crises, aviação e navegação por satélite. Em 2011, prosseguiu a cooperação em matéria de segurança marítima e luta contra a pirataria ao largo da costa da Somália e no Golfo de Adem. O Japão contribuiu para o mecanismo PEGASE da UE de apoio aos esforços de criação do Estado palestiniano.

A Alta Representante deslocou-se ao Japão em novembro de 2011. Discutiu as relações bilaterais e os desafios internacionais em matéria de paz e segurança e visitou a Prefeitura de Miyagi a fim de manifestar a solidariedade da UE para com a população das zonas mais afetadas pelo terramoto e pelo tsunami, bem a sua confiança nos esforços de recuperação.

⁵¹ O Parlamento Europeu adotou em 24 de março de 2011 uma resolução sobre a situação no Japão, nomeadamente o estado de alerta das centrais nucleares (P7_TA-PROV(2011)0118).

⁵² O Parlamento Europeu adotou em 11 de maio de 2011 uma resolução sobre as relações comerciais UE-Japão (P7_TA-PROV(2011)0225).

5.3.3. REPÚBLICA DA COREIA A UE e a República da Coreia procuraram alargar e aprofundar as suas relações em todos os domínios, em conformidade com a decisão tomada na última Cimeira, em outubro de 2010, de estabelecer uma parceria estratégica. Ambas as partes intensificaram o diálogo político e, na primeira reunião de diálogo político a alto nível (diretores políticos) realizada em novembro de 2011, identificaram domínios em que pretendem aprofundar a cooperação em matéria de política externa e segurança, nomeadamente o combate à pirataria, o processo de transição na Líbia, a promoção dos direitos humanos e a cooperação para o desenvolvimento. Também foi intensificada a cooperação no que respeita às alterações climáticas, crescimento verde, ensino e inovação. A base institucional para a nova parceria ficou fortalecida com a aplicação provisória do Acordo de Comércio Livre⁵³ de 1 de julho e os avanços registados na ratificação do Acordo-Quadro melhorado, que fora assinado em maio de 2010.

5.3.4. REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA A UE continuou a sua política de relacionamento crítico com a República Popular Democrática da Coreia (RPDC), bem como o seu apoio aos esforços internacionais de paz e estabilidade numa Península da Coreia sem armas nucleares. A UE continuou gravemente preocupada com as atividades de proliferação no exterior levadas a cabo pela RPDC. Por conseguinte, reforçou em dezembro de 2011 as sanções contra a RPDC relacionadas com as armas de destruição maciça e que alargam o número de pessoas e entidades sujeitas a medidas restritivas. A UE aumentou as suas consultas com os parceiros internacionais sobre a questão mais lata da estabilidade na Península da Coreia. Por ocasião da morte de Kim Jong-il em dezembro de 2011, a Alta Representante emitiu uma declaração em que incentiva a nova liderança a desenvolver esforços para melhorar a situação do país e manifesta a disponibilidade da UE para colaborar com os seus parceiros internacionais e a RPDC para este efeito.

⁵³ O Parlamento Europeu adotou em 17 de fevereiro de 2011 uma resolução legislativa referente a uma proposta de decisão do Conselho relativa à conclusão do Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Coreia, por outro (P7_TA(2011)0063).

5.3.5. MONGÓLIA Em 2011, a UE e a Mongólia aproveitaram o 20.º aniversário das suas relações diplomáticas para aprofundar a sua cooperação. Embora ainda não tenha sido assinado o Acordo de Parceria e Cooperação rubricado em dezembro de 2010, ambas as partes continuaram a intensificar a cooperação em áreas como a criação de capacidades no setor público, a governação e o Estado de direito, a adoção das normas e padrões da UE, o ensino e a formação profissional e o desenvolvimento das pequenas e médias empresas. A UE também manifestou forte interesse em prestar assistência à Mongólia em questões de governação relacionadas com o seu setor mineiro em rápida expansão.

5.4. PACÍFICO

5.4.1. AUSTRÁLIA E NOVA ZELÂNDIA Registaram-se este ano passos importantes no sentido de desenvolver relações mais fortes e prospetivas com a Austrália e a Nova Zelândia. O Presidente Durão Barroso deslocou-se a ambos os países em setembro de 2011. Na sua visita à Nova Zelândia, participou ainda no Fórum das Ilhas do Pacífico.

A Alta Representante visitou a Austrália em fins de outubro de 2011. Nomeadamente, participou como Convidada Especial na reunião dos Chefes de Governo da Comunidade Britânica, realizada em Perth, na Austrália, onde teve numerosas reuniões bilaterais, inclusive consultas ministeriais com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nova Zelândia. Nessa ocasião, foi alcançado um acordo no sentido de procurar obter um mandato de negociação para um Acordo-Quadro destinado a intensificar as relações bilaterais. Em 31 de outubro, foram lançadas em Camberra as negociações para um Acordo-Quadro que constituirá a base para alargar a cooperação prática e a ação comum em domínios como as relações externas e a segurança, a ajuda ao desenvolvimento, a investigação e a inovação, a educação e as alterações climáticas. Ficou também decidido encetar negociações com vista a um acordo de gestão de crises.

5.4.2. FIJI A UE continuou a seguir de perto a situação política em Fiji e decidiu alterar e alargar as chamadas medidas apropriadas (ao abrigo do artigo 96.º do Acordo de Cotonu e o artigo 37.º do Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento) devido à falta de evolução positiva no que respeita ao cumprimento dos princípios democráticos, Estado de direito, direitos humanos e liberdades fundamentais (compromissos assumidos por Fiji em 2007). Se bem que a cooperação com Fiji para o desenvolvimento esteja suspensa por esse motivo, com poucas exceções, a Decisão do Conselho abriu a porta ao reatar de formas específicas de assistência às comunidades vulneráveis, a efetuar fora dos canais governamentais.

6. ÁFRICA

No ano de 2011 registou-se a criação de um novo Estado, o **Sudão do Sul**, a consolidação da democracia em vários países mediante eleições credíveis e uma resposta efetiva, tanto africana como internacional, à crise pós-eleitoral na Costa do Marfim. No entanto, os progressos não foram homogéneos e continua a haver enormes desafios. Para o efeito, a UE lançou várias iniciativas com vista a reforçar a coerência e a eficácia do envolvimento multifacetado da UE na região do Sael, no Sudão e no Sudão do Sul, e em especial no Corno de África.

Em 2011, a UE continuou empenhada em reforçar a sua parceria com a África e o papel da **União Africana** (UA) no fomento da paz e da segurança no continente. A coordenação com a UA ao longo da crise na Líbia, quer no Grupo do Cairo quer no Grupo de Contacto para a Líbia, demonstrou a mais-valia do nosso diálogo político. A quarta reunião consultiva conjunta entre a UE e o CPS da UA em maio de 2011, em Adis Abeba, representou também um passo positivo no sentido de desenvolver a nossa cooperação para paz e segurança. A Estratégia Conjunta UE-África continuou a ser o quadro orientador da nossa cooperação, em especial para a execução do segundo Plano de Ação (2011-2013), aprovado na última cimeira (novembro de 2010).

No domínio da paz e segurança, a operacionalização da Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA) avançou graças à adoção de um roteiro para 2011-2014. Foi iniciado um novo ciclo de exercícios, com o objetivo de avaliar a capacidade da UA e das Comunidades Económicas Regionais para conduzir operações de apoio à paz. No domínio da governação e direitos humanos, a UE e a UA criaram dois grupos de trabalho para reforçar o diálogo sobre questões relacionadas com a governação dos recursos naturais (incluindo em situações de conflito e pós-conflito) e a liberdade de expressão (incluindo a comunicação social como veículo de fomento da mudança democrática). Os esforços da UE para coordenar a sua posição com a UA em instâncias internacionais foram assinalados pela Declaração Conjunta emitida em 12 de fevereiro, Dia Internacional contra o Uso de Crianças-Soldados. Gary Quince foi nomeado Representante Especial da UE para a União Africana em 1 de novembro de 2011.

Em desenvolvimento do apoio à governação, a UE enviou **6 Missões de Observação Eleitoral** para a África Subsariana (Níger, Uganda, Nigéria, Zâmbia, Chade e República Democrática do Congo) e 4 Missões de Peritos (Benim, Libéria, Costa do Marfim e República Centro-Africana). A UE assegurará o acompanhamento ativo das recomendações das missões de observação eleitoral, em diálogo com os Governos concernidos.

6.1. ÁFRICA OCIDENTAL

6.1.1. SAEL Em março de 2011, foi apresentada ao Conselho dos Negócios Estrangeiros uma Estratégia da UE para a Segurança e o Desenvolvimento do Sael, uma das regiões mais pobres do mundo. A região do Sael enfrenta múltiplos desafios, estreitamente interligados: extrema pobreza, efeitos das alterações climáticas, frequentes crises alimentares, rápido crescimento da população, governação frágil, corrupção, tensões internas não resolvidas, risco de extremismo violento e radicalização, tráficos diversos e ameaças à segurança decorrentes do terrorismo. Não há muitas outras regiões em que seja tão óbvia a interdependência entre segurança e desenvolvimento.

Na sua fase inicial, a Estratégia centrou-se principalmente no Mali, na Mauritânia e no Níger, articulada em quatro vertentes: i) desenvolvimento, boa governação e resolução de conflitos internos; ii) vertente política e diplomática; iii) segurança e Estado de direito; iv) combate à violência extremista. Baseando-se nas iniciativas nacionais, bilaterais e multilaterais já existentes, a UE agiu em estreita cooperação com as autoridades dos países da região, com a sociedade civil e com organismos regionais e internacionais no sentido de combater as causas profundas da pobreza. A UE oferece apoio nas áreas do desenvolvimento económico, boa governação e melhoria do acesso das populações locais às infraestruturas e serviços básicos. Foi nomeado um Coordenador Principal para a Região do Sael, Manuel Lopez Blanco, e o Conselho reafirmou o seu empenho em fazer face aos desafios de segurança na região do Sael, inclusive através de intervenções PCSD, com vista a reforçar a capacidade regional em matéria de segurança.

6.1.2. COSTA DO MARFIM Quanto à Costa do Marfim⁵⁴, a UE tomou uma posição firme de apoio ao legítimo Presidente eleito, Alassane Ouattara, através da ação diplomática e da adoção de medidas restritivas próprias contra os apoiantes do regime ilegítimo do Presidente cessante, Laurent Gbagbo. Após a queda desse regime em abril de 2011, a UE tomou imediatamente medidas de apoio com vista à estabilização pós-crise. As medidas restritivas foram gradualmente levantadas e foi relançada a cooperação para o desenvolvimento. Em 23 de novembro, o Presidente Ouattara deslocou-se a Bruxelas em visita oficial, tendo-se encontrado com o Presidente Van Rompuy e o Presidente Durão Barroso. Esta visita foi aproveitada para reiterar o apoio da UE ao regresso da Costa do Marfim à democracia e para encorajar o Presidente a garantir uma justiça imparcial, a reconciliação e a reforma do setor da segurança, como condições prévias de paz sustentável e estabilidade.

⁵⁴ O Parlamento Europeu adotou em 7 de abril de 2011 uma resolução sobre a situação na Costa do Marfim (P7_TA-PROV(2011)0152).

6.1.3. NIGÉRIA A Nigéria prosseguiu a sua consolidação democrática com as eleições presidenciais de abril de 2011, que foram consideradas as mais equitativas desde o regresso do país à democracia e foram seguidas por uma Missão de Observação Eleitoral da UE. Porém, 2011 foi também o ano em que o movimento extremista violento Boko Haram voltou a emergir como grave problema de segurança, tendo perpetrado uma série de ataques terroristas contra as autoridades do Estado, a população cristã e muçulmanos moderados, ataques esses condenados pela Alta Representante.

6.1.4. NÍGER Em junho de 2011, no seguimento de uma exemplar transição democrática no Níger, foram concluídas as consultas segundo o artigo 96.º do Acordo de Cotonu e plenamente reatada a cooperação para o desenvolvimento.

6.1.5. GUINÉ-CONACRI No seguimento dos progressos registados na transição da Guiné-Conacri para a democracia, nomeadamente com a realização de eleições presidenciais em 2010, a UE aligeirou as condições para o reatar da cooperação e revogou sanções contra todos os presumíveis responsáveis pelos violentos acontecimentos de setembro de 2009, com exceção de cinco pessoas.

6.2. ÁFRICA ORIENTAL

6.2.1. CORNO DE ÁFRICA A UE adotou um Quadro Estratégico em novembro de 2011, sublinhando a importância que atribui às suas relações com o Corno de África e a amplitude do seu empenhamento político e humanitário, bem como de segurança e desenvolvimento⁵⁵, e desenvolvendo o trabalho feito pela Alta Representante em 2010, sobretudo a respeito da pirataria.

⁵⁵ O Parlamento Europeu adotou em 15 de setembro de 2011 uma resolução sobre a fome na África Oriental (P7_TA-PROV(2011)0389).

A estabilidade no Corno de África é de interesse estratégico para a UE. Um Corno de África descontrolado, politicamente descurado e economicamente marginalizado tem impacto não só nos países da região como também na estabilidade e segurança da UE. Por conseguinte, o Quadro Estratégico reconhece a necessidade de ter em conta os elos entre a insegurança, a pobreza e a governação e prevê uma abordagem holística que conjuga os vários eixos do envolvimento da UE na região.

Este quadro comporta cinco objetivos primordiais: contribuir para a paz e a segurança – a ação da UE na Somália, no Sudão e no Sudão do Sul está no cerne destes esforços – e evitar futuros conflitos na região; minorar os efeitos da insegurança na região, como a pirataria e o terrorismo; ajudar a construir a democracia e estruturas estatais responsáveis; apoiar o desenvolvimento e o crescimento económico; promover a cooperação regional, em especial através da Autoridade Interestatal para o Desenvolvimento, a que pertencem os oito países do Corno de África (Eritreia, Etiópia, Jibuti, Quênia, Somália, Sudão, Sudão do Sul e Uganda). A UE também utilizará todos os instrumentos de que dispõe para pôr em prática esta abordagem global, a fim de alcançar o máximo impacto. Para efeitos desta aplicação, a UE nomeou em dezembro de 2011 o primeiro REUE para o Corno de África, Alexander Rondos, que centrou inicialmente a sua ação na Somália, nas dimensões regionais do seu conflito e na pirataria.

Os Estados-Membros iniciaram no final de 2011 o debate sobre a prorrogação do mandato da **Operação antipirataria EUNAVFOR Atalanta** até dezembro de 2014. Esta operação tem permitido o livre fornecimento de ajuda alimentar por navios do Programa Alimentar Mundial, tendo sido escoltados mais de 120 navios comerciais até Mogadíscio, na Somália. Um número equivalente de navios vulneráveis tem recebido proteção para o abastecimento da Operação da UA de Apoio à Paz (AMISOM).

Embora continue a ser elevado o nível geral de pirataria na região, com impacto real no comércio internacional, a operação antipirataria EUNAVFOR demonstrou ter êxito na redução do número de atos de pirataria ao largo da costa da Somália. Em 2011, baixou o número de navios sequestrados e de ataques bem sucedidos, o que resulta em parte de táticas mais eficazes da EUNAVFOR, incluindo um total de 75 ataques impedidos, em 2011.

Com base nos acordos de transferência celebrados com as Seicheles e o Quênia, desde o início da operação já foram transferidas para as Seicheles 22 pessoas suspeitas de atos de pirataria, e 79 para o Quênia, para aí serem julgadas. Paralelamente, a UE colaborou com o Gabinete da ONU para a Droga e a Criminalidade (GDC) a fim de prestar apoio ao sistema judicial das Seicheles, ao abrigo do Instrumento de Estabilidade. A UE celebrou com a Maurícia um acordo de transferência e iniciou negociações com a Tanzânia para um acordo da mesma natureza.

No âmbito de uma abordagem global da pirataria, o Conselho decidiu em dezembro de 2011 lançar uma missão PCSD com vista a criar uma capacidade marítima na região (EUCAP Nestor). Serão reforçadas as capacidades marítimas de cinco países na região e será apoiada uma reação à pirataria na Somália baseada no Estado de direito.

Em julho de 2011, o Conselho decidiu alargar e reorientar o mandato da Missão de Formação da UE (EUTM Somália), apoiando a formação de forças de segurança somalis no Uganda. A missão militar da UE continuou a ser conduzida em estreita coordenação com os parceiros, nomeadamente o Governo Federal de Transição da Somália, o Uganda, a UA, a ONU e os EUA. A EUTM é um elemento importante do envolvimento geral da UE em apoio da Somália.

Neste segundo mandato, a EUTM concentrar-se-á no desenvolvimento da capacidade de comando, controlo e autoformação, prestando formação a oficiais subalternos, sargentos, especialistas e formadores. O novo mandato incluirá dois períodos de formação de seis meses, e deverá estar concluído até ao final de 2012. Em paralelo, o SEAE acompanhou a reintegração e a colocação dos militares formados durante o primeiro mandato, com resultados plenamente satisfatórios. Estes militares contribuíram para alargar a área sob controlo do Governo Federal de Transição e da AMISOM em Mogadíscio. A UE continuou a prestar apoio financeiro à AMISOM.

O Conselho decidiu em dezembro de 2011 acelerar o planeamento com vista a pôr em funcionamento o Centro de Operações para o Corno de África.

6.2.2. SUDÃO / SUDÃO DO SUL A independência do Sudão do Sul⁵⁶ em julho de 2011 foi um marco importante na aplicação do Acordo de Paz Global no Sudão. A UE abriu uma nova delegação em Juba e começou a desenvolver uma abordagem que abrange tanto o Sudão como o Sudão do Sul. No entanto, apesar do otimismo da cerimónia do dia da independência, em que esteve presente a Alta Representante, o segundo semestre do ano trouxe uma preocupante deterioração das relações entre os dois Estados. A UE continua preocupada com a falta de progressos na resolução das questões ainda pendentes entre o Sudão e o Sudão do Sul no que respeita ao Acordo de Paz Global e à fase pós-separação. A situação da segurança e as subseqüentes crises humanitárias nas regiões do Nilo Azul, do Cordofão Meridional⁵⁷ e de Abyei continua a merecer especial atenção da UE.

⁵⁶ O Parlamento Europeu adotou em 09.06.11 uma resolução sobre o Sudão e o Sudão do Sul: a situação após o referendo de 2011 (P7_TA-PROV(2011)0267).

⁵⁷ O Parlamento Europeu adotou em 15 de setembro de 2011 uma resolução sobre o Sudão: a situação no Sul do Cordofão e a eclosão de confrontos no Estado do Nilo Azul (P7_TA-PROV(2011)0393).

A REUE para o Sudão, Rosalind Marsden, teve um papel ativo, juntamente com outros parceiros internacionais, no apoio ao processo do Acordo de Paz Global, incluindo a realização de um referendo pacífico sobre a autodeterminação do Sudão do Sul. Também desenvolveu esforços na resolução dos conflitos no Darfur, no Cordofão Meridional e no Nilo Azul.

A fim de evitar um novo deterioramento do litígio do Nilo, a UE incentivou os países da **Bacia do Nilo** a prosseguirem a cooperação, com o objetivo de gerir as águas do Nilo de forma sustentável e mutuamente benéfica.

6.2.3. MADAGÁSCAR Madagáscar⁵⁸ continuou a ser um país do "artigo 96.º de Cotonou". No entanto, graças à evolução política positiva (roteiro assinado sob mediação da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral), as medidas apropriadas em vigor foram alteradas em dezembro de 2011, o que permitiu à UE dar apoio condicional ao processo de transição em curso.

6.3. ÁFRICA CENTRAL

6.3.1. REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO Na região dos **Grandes Lagos**, registou-se um marco importante em 2011 com a organização das eleições presidenciais e legislativas na República Democrática do Congo. A Alta Representante emitiu quatro declarações em novembro e dezembro de 2011, em que manifestava sérias preocupações com o processo e denunciava irregularidades, violências e violações dos direitos humanos⁵⁹. A UE criticou com clareza as graves deficiências e a falta de transparência na contagem dos votos e publicação dos resultados, que afetaram a confiança no processo eleitoral. Em outubro de 2011, a Alta Representante nomeou um Coordenador Principal para a Região dos Grandes Lagos, Koen Vervaeke.

⁵⁸ O Parlamento Europeu adotou em 9 de junho de 2011 uma resolução sobre a situação em Madagáscar (P7_TA-PROV(2011)0270).

⁵⁹ O Parlamento Europeu adotou em 7 de julho de 2011 uma resolução sobre a República Democrática Congo e as violações em massa na província do Sul do Kivu (P7_TA-PROV(2011)0340).

Na República Democrática do Congo, estão em curso duas missões PCSD no contexto da Reforma do Setor da Segurança: a EUSEC RD Congo e a EUPOL RD Congo.

Em 2010, o mandato da EUSEC RD Congo foi prorrogado até setembro de 2012. Esta missão assiste as autoridades congoleesas na reforma da defesa a nível estratégico, na administração e gestão dos recursos humanos, formação militar, logística, direitos humanos e cooperação civilo-militar. A EUSEC aconselha diretamente as autoridades congoleesas e contribui para a consecução destes objetivos através de projetos no terreno.

Em 2011, a EUSEC assistiu as autoridades congoleesas na distribuição de cartões de identidade militares em todo o país, e continua a prestar assistência na gestão de recursos humanos e em questões administrativas e financeiras. Uma das principais tarefas das autoridades congoleesas para o futuro imediato é a aplicação da lei de agosto de 2011 que reorganiza o exército congolês. A EUSEC presta diretamente assistência a este processo.

Em 2011, a EUPOL RD Congo continuou a apoiar a reforma do setor da segurança na área do policiamento e sua interface com o sistema de justiça, desenvolvendo ações de acompanhamento, enquadramento e aconselhamento, e assistindo as autoridades congoleesas na execução do Plano de Ação para a Polícia e quadro legislativo conexo. Contribuiu para os esforços locais e internacionais de reforço da capacidade da Polícia Nacional, bem como para a criação de capacidades e fortalecimento da interação entre a Polícia Nacional e o sistema de justiça penal. Em 2011, o mandato da EUPOL foi prorrogado até setembro de 2012.

6.3.2. REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA A República Centro-Africana continuou numa situação volátil após as eleições gerais de 2011, que resultaram numa redução do espaço político. Isso conduziu a um envolvimento ainda maior da UE, sob a forma de diálogo político reforçado com as autoridades da RCA. A UE manteve a sua atenção centrada no prosseguimento da reconciliação nacional e na consolidação da paz no país, apoiando igualmente a missão de paz liderada pela Comunidade Económica dos Estados da África Central na RCA (MICOPAX).

6.4. ÁFRICA AUSTRAL

6.4.1. ÁFRICA DO SUL A quarta cimeira anual UE-África do Sul realizada em setembro de 2011 assinalou um aprofundamento da Parceria Estratégica, tendo havido avanços úteis nas negociações comerciais do Acordo de Parceria Económica UE-SADC, na questão do Zimbabué e no estabelecimento de melhor compreensão mútua sobre a Líbia. A Cimeira fez um balanço e felicitou-se com os progressos alcançados na aplicação da Parceria por meio do Plano de Ação Comum, bem como com os diálogos políticos de alto nível havidos durante o ano, nomeadamente a terceira reunião com a África do Sul a nível do CPS, que teve lugar em Pretória em junho.

6.4.2. ZIMBABUÉ No que respeita ao Zimbabué⁶⁰, a UE desempenhou um papel de primeiro plano para alcançar um consenso entre os membros do Processo de Kimberley quanto à exploração dos diamantes de Marange, e em novembro de 2011 conseguiu alcançar um acordo sobre os respetivos princípios e objetivos. A Alta Representante emitiu uma declaração em que se congratulava com este resultado positivo, não só para o Processo de Kimberley como também para o povo do Zimbabué, pois isso reforça a transparência de modo a que a população possa beneficiar dos rendimentos gerados pela exportação de recursos naturais. No âmbito do processo de reatamento da relação com o Zimbabué, a UE retirou 35 pessoas da lista de proibição de vistos e congelamento de bens, em reação aos significativos progressos registados na resolução da crise económica e na melhoria da prestação de serviços sociais básicos. A UE manifestou a sua vontade de rever as restantes medidas, à luz dos avanços concretos que se registarem na aplicação do Acordo Político Global e na preparação de eleições credíveis.

6.4.3. ZÂMBIA Na Zâmbia, as eleições presidenciais e legislativas foram organizadas de forma transparente e credível, de que resultou uma serena transição de poder que constituiu um exemplo positivo para toda a região. A UE acompanhou as eleições com uma Missão de Observação Eleitoral.

7. AMÉRICAS

7.1. AMÉRICA DO NORTE

7.1.1. ESTADOS UNIDOS (EUA) Os EUA continuam a ser um parceiro essencial para a UE. Ao longo do ano de 2011, foi reforçada a Parceria Estratégica entre a UE e os Estados Unidos. Foram mantidos contactos frequentes e estreitos entre a Alta Representante e a Secretária de Estado, Hillary Clinton. A Alta Representante também teve encontros regulares com o Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Tom Donilon.

⁶⁰ O Parlamento Europeu adotou em 7 de abril de 2011 uma resolução sobre o Zimbabué (P7_TA-PROV(2011)0159).

A Cimeira UE-EUA⁶¹ que teve lugar em Washington a 28 de novembro centrou-se nos temas do emprego e crescimento, desafios mundiais, segurança dos nossos cidadãos e política externa. A cimeira destacou o crescimento e o emprego como sendo um dos grandes desafios económicos e uma área essencial da cooperação UE-EUA na atual conjuntura económica, e criou um Grupo de Trabalho UE-EUA dedicado a esta questão. Saudou também os progressos realizados pelo Grupo de Trabalho UE-EUA sobre Cibersegurança e Cibercriminalidade. Realçou a importância do Conselho Económico Transatlântico, que se reuniu a 29 de novembro, e destacou o papel que desempenha no estímulo ao comércio e na criação de emprego. A Cimeira foi precedida de uma reunião ministerial do Conselho da Energia UE-EUA, copresidida pela Alta Representante e pela Secretária de Estado, Hillary Clinton, que decidiu intensificar a cooperação UE-EUA sobre segurança energética.

O ano foi marcado por uma forte e eficaz cooperação UE-EUA em matéria de política externa. O ponto focal foi a imediata vizinhança da UE e o Médio Oriente, onde a Alta Representante e o SEAE tiveram uma atividade muito intensa. A UE e os EUA coordenaram estreitamente os seus planos de assistência ao processo de reforma no Norte de África e no Médio Oriente, e a sua ação face à situação política e humanitária na Líbia, bem como quanto às medidas restritivas contra a Líbia, a Síria e o Irão. Além disso, houve um diálogo de fundo quanto às perspetivas de longo prazo para a região. Ambas as partes cooperaram de perto no Quarteto para o PPMO. Também estabeleceram conjuntamente contactos a alto nível na Ucrânia, na Bielorrússia e nos Balcãs. Foram realizadas reuniões a todos os níveis no âmbito de um diálogo político exaustivo.

⁶¹ O Parlamento Europeu adotou em 17 de novembro de 2011 uma resolução sobre a Cimeira UE-EUA e o Conselho Económico Transatlântico (T7-0510/2011).

A cooperação frutuosa que já existe para a gestão de crises foi ainda alargada em 2011 com a assinatura de um Acordo-Quadro de Participação em 18 de maio de 2011, a fim de facilitar a participação dos EUA nas missões e operações PCSD. Os EUA tiveram uma participação ativa em operações PCSD de gestão de crises, em especial no Kosovo (EULEX) e na RDC (EUSEC e EUPOL RD Congo). É de salientar também a excelente colaboração entre forças navais no Oceano Índico (CTF 151 e Atalanta).

7.1.2. CANADÁ As relações UE-Canadá foram dominadas em 2011 por uma série de negociações de primeiro plano, em especial sobre a melhoria do Acordo-Quadro de 1976, que ambas as partes desejam ver concluídas em 2012, bem como um Acordo Geral de Comércio e Cooperação Económica⁶². O novo Acordo de Parceria Estratégica consagrará num instrumento jurídico vinculativo os diálogos políticos, os compromissos comuns e os valores comuns dos direitos humanos, democracia, Estado de direito, não proliferação, promoção do TPI e luta contra o terrorismo. Esse acordo também enquadrará a cooperação existente em questões de paz e segurança internacionais, além de outras áreas de cooperação.

Em 2011, a UE desenvolveu um programa completo de diálogo político com o Canadá. A Alta Representante teve várias reuniões com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá e manteve com ele contactos regulares. O Canadá continuou a contribuir para as missões PCSD da UE no Afeganistão e nos Territórios Palestinos, e participou nas Missões de Observação Eleitoral da UE na Tunísia, RD Congo, Níger e Sudão⁶³. Também houve uma forte cooperação em questões como as sanções contra o Irão e a Síria, assim como uma coordenação eficaz na sequência da "Primavera Árabe" na Tunísia, Egito e Líbia. Foi desenvolvido um programa completo de reuniões de diálogo político.

⁶² O Parlamento Europeu adotou em 8 de junho de 2011 uma resolução sobre as relações comerciais UE-Canadá (P7_TA-PROV(2011)0257).

⁶³ A UE, o Canadá e o Governo Belga organizaram em conjunto uma conferência realizada em fevereiro de 2011, em Bruxelas, com o tema "Haiti, um ano após o terramoto", que refletiu a estreita coordenação no terreno e debateu a forma de avançar no futuro.

7.2. AMÉRICA DO SUL

VERTENTE MULTILATERAL

7.2.1. AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS (ALC) As relações políticas com a América Latina e as Caraíbas continuaram a intensificar-se em 2011. Registaram-se progressos na aplicação dos resultados da Cimeira de Madrid de 2010: foram rubricados o Acordo de Associação com a América Central e o Acordo Comercial com a Colômbia e o Peru. Houve quatro rondas de negociação com vista ao Acordo de Associação UE-Mercosul, que registaram avanços consideráveis. A sede da Fundação UE-ALC em Hamburgo foi inaugurada em novembro de 2011; a Facilidade de Investimento para a América Latina mostrou ser um instrumento particularmente eficaz em apoio do investimento na região. Prosseguiu a implementação do Plano de Ação de Madrid.

Foram iniciados em 2011 os **preparativos da próxima cimeira UE-ALC**, que deverá ter lugar em Santiago do Chile em janeiro de 2013. O tema da cimeira "*Aliança para o desenvolvimento sustentável: promover investimentos com qualidade social e ambiental*" é especialmente pertinente. Realizaram-se três reuniões UE-ALC a nível de altos funcionários, em janeiro, abril e outubro de 2011, para preparar esta cimeira.

A segurança continuou a ser uma importante questão para a região ALC. Foram lançados diálogos "ad hoc" sobre segurança com o México e a América Central. A UE deu um forte apoio político à Estratégia de Segurança Centro-Americana apresentada na Conferência Internacional da Guatemala em junho de 2011. A UE empenhou-se ativamente no seguimento desta através do mecanismo do chamado "Grupo de Amigos". Realizaram-se várias reuniões do Mecanismo UE-ALC sobre Droga. As questões de segurança foram também tópicos prioritários nas consultas políticas sobre a ALC havidas com a Rússia, o Canadá e os Estados Unidos. O diálogo estruturado UE-ALC sobre migração foi prosseguido com reuniões a alto nível e outras de natureza técnica.

7.2.2. ASSEMBLEIA PARLAMENTAR EURO-LATINO-AMERICANA (EUROLAT) A

EUROLAT contribuiu de modo significativo para a definição de políticas para a região e o seguimento da evolução registada. Em abril de 2011, a Mesa Executiva da Assembleia reuniu-se em Cartagena das Índias (Colômbia), principalmente para preparar a V Assembleia Plenária da EUROLAT, a realizar em Montevideu em maio de 2011. Houve reuniões da Mesa e das Comissões EUROLAT em maio (consecutivas ao plenário) e em novembro (em Bruxelas). A Alta Representante usou da palavra nesta última reunião, intervenção essa muito apreciada pela assembleia.

7.2.3. CARIFORUM As relações com a **Região das Caraíbas** durante o ano de 2011

caracterizaram-se pela continuação de uma série de iniciativas lançadas em 2010. Continuou a ser prioritário prosseguir e reforçar o diálogo com a região (está planeado para 2012 um diálogo político UE-Cariforum a nível de altos funcionários). Foi preparada uma versão final da Estratégia Comum UE-Caraíbas lançada na Cimeira UE-CARIFORUM de 2010, para tramitação institucional, esperando-se que fique concluída em 2012⁶⁴.

VERTENTE BILATERAL

7.2.4. BRASIL A 5.^a Cimeira UE-Brasil, realizada em outubro em Bruxelas, confirmou a solidez da relação estratégica UE-Brasil e foi dedicada às relações UE-Brasil⁶⁵, situação económica internacional, alterações climáticas, energia e negociações entre a UE e o Mercosul para um Acordo de Associação.

⁶⁴ Nas áreas do comércio e da cooperação, foi acelerada a aplicação do Acordo de Parceria Económica (APE) com o estabelecimento do Comité do Comércio e Desenvolvimento, a criação de unidades de aplicação do APE e uma consulta aos Estados-Membros da UE sobre a otimização do impacto do APE. O processo de revisão intercalar regional confirmou que é importante manter a integração regional como ponto focal, e comprovou que a região das Caraíbas lidera as regiões ACP em termos de taxas de autorização ao abrigo da dotação regional do 10.º FED. Por último, o tão esperado Fundo Fiduciário para as Infraestruturas nas Caraíbas foi aprovado pelo Comité do FED sob a forma de uma Facilidade de Investimento para as Caraíbas, a lançar em 2012.

⁶⁵ O Parlamento Europeu adotou em 20 de janeiro de 2011 uma resolução sobre o Brasil: extradição de Cesare Battisti (P7_TA(2011)0027).

Entre os resultados tangíveis de especial importância contam-se um acordo de empréstimo de 500 milhões de euros entre o Banco Europeu de Investimento (BEI) e o *Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social* (BNDES) para projetos de energia renovável e eficiência energética, a assinatura do Programa Comum de Cultura 2011-2014, a assinatura de três Cartas de Intenção com vista a facilitar os fluxos turísticos entre a UE e o Brasil, o estabelecimento de um diálogo estruturado de política espacial e o reforço da cooperação científica entre o Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil.

Foi estabelecido um diálogo político a nível de diretores políticos, a fim de reforçar a cooperação em questões bilaterais e internacionais; a primeira reunião teve lugar em Bruxelas em maio de 2011.

7.2.5. MÉXICO As relações com o México, que é um dos nossos parceiros estratégicos, foram aprofundadas em 2011. O ano registou um aumento da coordenação com vista a fomentar posições conjuntas sobre questões como as alterações climáticas e o alargamento da democracia. A segunda sessão do diálogo bilateral a alto nível em matéria de direitos humanos realizou-se em março de 2011, tendo sido dada especial atenção à situação interna no México e às reformas lançadas pelo Governo federal em cumprimento das suas obrigações internacionais. Houve uma reunião do Comité Misto para o México em outubro de 2011, que focou a aplicação do Acordo Global e da Parceria Estratégica.

7.2.6. CUBA Em 23 de fevereiro, realizou-se em Bruxelas a sexta sessão do diálogo político UE-Cuba. Foram abordadas questões de direitos humanos, bem como temas da agenda internacional como as alterações climáticas. Prosseguiu a reflexão lançada pelo Conselho em 25 de outubro de 2010 sobre o futuro das relações UE-Cuba.

7.2.6. HAITI Em 2011, a UE continuou a prestar uma assistência humanitária crucial e uma ajuda à cooperação a favor da reconstrução do Haiti⁶⁶. A designação do Primeiro Ministro Garry Conille e a formação do novo Governo no terceiro trimestre de 2011 pôs termo a um longo período de crise política e permitiu reavivar o diálogo político bilateral UE-Haiti. No que respeita aos direitos humanos, a UE deu um importante contributo para a preparação da primeira Revisão Periódica Universal do Haiti pelo Conselho dos Direitos do Homem da ONU.

7.2.7. PAÍSES ANDINOS Quanto aos países andinos, o 5.º Conselho de Associação com o **Chile** (7 de outubro de 2011) confirmou que continua a ser aplicado com êxito o Acordo de Associação. Foram lançadas negociações com vista a um acordo que enquadre a participação do Chile nas operações UE de gestão de crises. Após ter sido rubricado o Acordo de Comércio da UE com o **Peru** e a **Colômbia**, em março, foi lançado o processo de aprovação deste acordo. Na Colômbia, as oportunidades económicas abertas pelo acordo deverão contribuir para quebrar o estrangulamento que as drogas ilegais exercem sobre a economia e apoiar a agenda de paz do Presidente Juan Manuel Santos. No Peru, ao promover um desenvolvimento económico sustentável, este acordo ajudará a combater a droga e a reforçar os mecanismos de prevenção e gestão de conflitos. A UE continuou a combater o tráfico de droga em toda a região andina, tendo levantado esta questão essencial em reuniões com a Colômbia (dezembro), o Peru (março e dezembro) e a **Bolívia** (setembro). Além disso, a UE contribuiu para os esforços de estabilização na fronteira da Colômbia com o **Equador**.

⁶⁶ Resolução do Parlamento Europeu, de 19 de janeiro de 2011, sobre a situação no Haiti um ano após o sismo: ajuda humanitária e reconstrução (P7_TA(2011)0018).

B. ENFRENTAR AMEAÇAS E DESAFIOS GLOBAIS

1. PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO MACIÇA (ADM) E RESPETIVOS VETORES / ARMAS CONVENCIONAIS

1.1. NÃO PROLIFERAÇÃO DE ADM

A não proliferação e o desarmamento continuaram a ser parte integrante da política externa da UE em 2011⁶⁷.

Com base nas novas oportunidades oferecidas pelo Tratado de Lisboa, foram desenvolvidos esforços para reforçar a coordenação entre as Instituições da UE e os Estados-Membros. Foi dada prioridade à conjugação de todos os instrumentos ao dispor da UE para assegurar uma implementação eficaz e coerente. Concretamente, a UE continuou a apoiar a adesão universal aos tratados e instrumentos internacionais pertinentes e a integral aplicação dos mesmos. A UE continuou também a promover a inclusão de cláusulas de não proliferação (tanto de AMD como de armas ligeiras e de pequeno calibre (ALPC)) nos acordos com países terceiros. Em 2011, foram conduzidas negociações sobre cláusulas AMD e ALPC com a Arménia, a Austrália, o Canadá, a Geórgia, a Malásia e o MERCOSUL.

1.1.1. Tratado de Não Proliferação (TNP) Em 2011, a UE concentrou os seus esforços em prosseguir ativamente a implementação do Plano de Ação aprovado pela Conferência de Análise do TNP em 2010. A UE organizou com êxito em julho de 2011 um seminário sobre uma zona livre de AMD no Médio Oriente, que conseguiu reunir quase 200 académicos e representantes dos Governos da UE, de todos os países da região, de países terceiros e das organizações internacionais pertinentes, e contribuiu para a preparação da Conferência de 2012 a organizar pela ONU.

⁶⁷ O empenhamento da UE em toda a gama de atividades neste domínio assentou numa série de documentos estratégicos: a Estratégia Europeia de Segurança, de 2003; a Estratégia da UE contra a Proliferação de Armas de Destruição Maciça (ADM), de 2003, e as Novas Linhas de Ação para Combater a Proliferação de ADM e seus Vetores, de 2008; a Estratégia para a luta contra a acumulação ilícita e o tráfico de armas ligeiras e de pequeno calibre (ALPC), de 2005, e a Posição Comum sobre a exportação de armas convencionais, de 2008.

Os esforços empreendidos pela UE face ao Irão e à RPDC são focados no respetivo capítulo da Secção A do presente relatório.

1.1.2. Tratado de Proibição Total de Ensaio Nucleares (TPTE) A UE continuou a promover a entrada em vigor do TPTE, pondo em prática a decisão do Conselho de julho de 2010, a fim de prosseguir o apoio às atividades da Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Proibição Total de Ensaio Nucleares (OTPTE). Essa ação foi complementada com diligências diplomáticas⁶⁸. A ratificação do tratado pela Indonésia em dezembro de 2011 (na altura, um dos 9 Estados do Anexo II que faltavam ratificar o TPTE) foi calorosamente saudada pela Alta Representante como mais um passo para o objetivo de eliminar em todo o mundo os ensaios nucleares explosivos.

1.1.3. Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA) A UE também continuou a dar apoio à AIEA, sediada em Viena⁶⁹. Em 2011, contribuiu de forma substancial para o projeto de Banco de Urânio Ligeiramente Enriquecido da AIEA, com 10 milhões de euros veiculados pelo Instrumento de Estabilidade, e anunciou que está pronta continuar a apoiar o projeto com montantes significativos do IE e do orçamento da PESC. A UE também contribuiu com 5 milhões de euros para a modernização do laboratório de salvaguardas da AIEA em Seibersdorf (Áustria). O objetivo é assegurar que sejam mantidos os mais altos padrões de segurança e salvaguardas nucleares quando são desenvolvidas atividades nucleares por países terceiros. Assim, a UE e os seus Estados-Membros também contribuem para as atividades de "utilização pacífica" nos setores energético e não-energético com cerca de 150 milhões de euros anuais, em parte através da AIEA.

⁶⁸ Diálogos políticos, diligências, declarações feitas na reunião informal do plenário da AGNU comemorativa do Dia Internacional contra os Ensaio Nucleares e na Conferência do Artigo XIV, em setembro de 2011, em Nova Iorque.

⁶⁹ A UE continua a ser um dos principais doadores para o Fundo de Segurança Nuclear da AIEA, que beneficia mais de 50 países da África, Médio Oriente, América Latina e Ásia, tendo contribuído com mais de 30 milhões de euros desde 2004.

1.1.4. Convenção sobre as Armas Químicas (CAQ) A UE prosseguiu os seus esforços para promover a adesão universal e a implementação da CAQ. O Conselho iniciou os trabalhos sobre um projeto de decisão que desenvolve as experiências positivas de cooperação entre a UE e a Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ). Além disso, a UE começou os trabalhos com vista a definir a sua posição quanto ao futuro da OPAQ.

1.1.5. Armas biológicas A UE continuou os seus esforços de prevenção da ameaça das armas biológicas, motivo de crescente preocupação em todo o mundo⁷⁰. A UE empenhou-se ativamente no processo conducente à **7.ª Conferência de Revisão da CABT** (dezembro de 2011), negociando uma posição comum adotada pelo Conselho em julho de 2011. Esta determinou as prioridades da UE (confiança no cumprimento, implementação a nível nacional e universalização da convenção) com vista a um bom resultado da Conferência. Assim, a UE efetuou consultas bilaterais com os principais parceiros e contribuiu para que fosse alcançado um resultado globalmente positivo, se bem que limitado.

1.1.6. Controlo das exportações No que respeita aos processos de controlo das exportações, em 2011 a UE continuou a apoiar a aplicação das Resoluções 1540, 1673 e 1810 do CSNU através de uma Ação Comum do Conselho de 2008 que visa o reforço das competências e capacidades dos funcionários públicos de países terceiros.

⁷⁰ Este trabalho compõe-se de duas Ações Comuns: uma em apoio da Convenção sobre as Armas Biológicas (CABT) e uma em apoio da Organização Mundial da Saúde (OMS) para as atividades no domínio da biossegurança que põem em prática o Regulamento Sanitário Internacional, em reconhecimento da importância que têm para a segurança internacional as medidas preventivas no domínio da biossegurança. O GNUAD realizou em 2011 quatro seminários regionais e sete visitas nacionais de assistência. A OMS organizou três seminários regionais e quatro visitas de assistência e concluiu um projeto-piloto em Omã sobre a biossegurança. As duas ações comuns acima referidas terminaram em 31 de dezembro de 2011, abrindo o caminho para o lançamento de negociações internas sobre novas decisões do Conselho em apoio da CABT e da OMS no domínio da biossegurança.

1.1.7 A UE prosseguiu a implementação de uma decisão do Conselho de 2008 que visa apoiar o **Código de Conduta da Haia**, que é o instrumento internacional que aborda a problemática dos mísseis, principal vetor das ADM (sensibilização dos Estados não signatários).

1.1.8 Ao abrigo do Instrumento de Estabilidade, na sua componente de redução dos riscos QBRN (químicos, biológicos, radiológicos e nucleares), avançou a bom ritmo a criação de **Centros de Excelência QBRN** em determinadas regiões, estando em lançamento os primeiros centros na Jordânia, Filipinas, Geórgia, Marrocos e Argélia. A sua missão é reforçar a cooperação regional e internacional a respeito de todos os riscos químicos, biológicos, radiológicos e nucleares, seja qual for a sua origem⁷¹.

1.1.9 A UE continuou também a seguir em 2011 o debate internacional sobre o **urânio empobrecido** e a eventual regulamentação do seu uso e produção⁷².

1.1.10 A UE continuou a trabalhar num projeto de Código de Conduta Internacional que reforça a confiança e a transparência nas **atividades desenvolvidas no espaço exterior**, em consulta com países terceiros.

⁷¹ O Conselho de Segurança das Nações Unidas saudou recentemente a criação destes centros (Declaração da Presidência do CSNU, 19 de abril de 2012).

⁷² Depois de o Parlamento Europeu ter adotado em 2008 uma resolução sobre o uso do urânio empobrecido e em 2010 recomendações ao Conselho sobre a 65.ª sessão da AGNU, foi prosseguido em 2011 o diálogo entre o Parlamento Europeu, o Conselho e o SEAE, nomeadamente através de uma audição específica da Comissão SEDE sobre esta questão, em 6 de outubro de 2011, na qual participou o SEAE.

1.2. ARMAS CONVENCIONAIS

1.2.1. Controlo das exportações As políticas dos Estados-Membros em matéria de controlo das exportações de armas convencionais continuam a ser regidas pela Posição Comum do Conselho de dezembro de 2008, que define regras comuns aplicáveis ao controlo das exportações de tecnologia e equipamento militares. Nos últimos meses de 2011, o Grupo da Exportação da Armas Convencionais (COARM) começou a preparar o processo de revisão que terá lugar em 2012. O Conselho e o SEAE continuaram a desenvolver em 2011 um diálogo aprofundado com o PE sobre a política de controlo das exportações⁷³.

Em 2011, a UE esteve particularmente ativa, promovendo iniciativas de sensibilização, financiamento e apoio destinadas a intensificar a implementação de **controles eficazes da exportação de armas** por parte de países terceiros, mediante seminários e visitas de estudo em vários Estados-Membros⁷⁴. A UE continuou plenamente envolvida na negociação de um **Tratado sobre o Comércio de Armas (TCA)**, tendo participado nas sessões de março e julho de 2011 do Comité Preparatório do TCA; além disso, a UE desenvolveu esforços muito intensos de sensibilização em todo o mundo⁷⁵.

1.2.2. Armas ligeiras e de pequeno calibre (ALPC) De acordo com a sua Estratégia de 2005 sobre esta questão, a UE continuou a incentivar o estrito controlo das ALPC em todas as instâncias multilaterais e no âmbito do seu diálogo político com países terceiros. Em 2011, a UE continuou a financiar o desenvolvimento de instrumentos de prevenção do comércio ilegal e a prestar assistência à gestão das reservas e à recolha, registo e informação sobre a transferência de armas e a destruição dos excedentes nos Balcãs Ocidentais.

⁷³ O Parlamento Europeu adotou em 13 de outubro de 2011 uma resolução legislativa sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que aplica o artigo 10.º do Protocolo das Nações Unidas relativo às armas de fogo e estabelece medidas de autorização de exportação, importação e trânsito para as armas de fogo, suas partes, componentes e munições (P7_TA-PROV(2011)0440).

⁷⁴ No âmbito da execução da Decisão do Conselho de 2009 sobre a sensibilização no domínio da exportação de armas convencionais, foram organizados dois seminários de sensibilização destinados a promover os princípios e critérios da Posição Comum de 2008. Além disso, a Hungria, Portugal, a Polónia e a República Checa organizaram quatro visitas de estudo para funcionários de países candidatos responsáveis pelos controlos de exportação de armas na Croácia, na antiga República jugoslava da Macedónia e no Montenegro.

⁷⁵ Após a adoção de uma nova Decisão do Conselho em 2010 de apoio ao processo de negociação do TCA, foram organizados em colaboração com o Instituto das Nações Unidas para a Investigação do Desarmamento quatro seminários regionais para países da Ásia Meridional e Central (no Nepal, novembro de 2010), da África Ocidental, Setentrional e Central (em Marrocos, fevereiro de 2011), das Américas e Caraíbas (no Uruguai, abril de 2011) e da Ásia Oriental e Pacífico (na Indonésia, junho de 2011).

A UE teve participação ativa nas consultas informais de preparação da Conferência de Revisão, em 2011, do Programa de Ação para Prevenir, Combater e Erradicar o Comércio Ilícito de ALPC, e adotou uma nova decisão do Conselho em apoio da atividade do GNUAD para executar esse programa. A UE considera que este programa de ação é essencial para tratar a problemática segurança/desenvolvimento e alcançar soluções com vista a prevenir e reduzir a insegurança e promover os direitos humanos.

1.2.3. Minas terrestres antipessoal e munições de fragmentação A UE continuou a promover a universalização e a plena implementação da **Convenção de Otava sobre as Minas Terrestres Antipessoal** e da **Convenção sobre Munições de Fragmentação**, em diversas conferências e reuniões ao longo de 2011⁷⁶.

2. TERRORISMO E CRIMINALIDADE ORGANIZADA

2.1. TERRORISMO

Durante o ano de 2011, a UE combateu a ameaça terrorista no quadro das Nações Unidas e no das suas relações com países terceiros e organizações internacionais. Em termos temáticos, foi dada prioridade à prevenção, ao combate à radicalização e ao recrutamento, bem como ao financiamento do terrorismo na UE e fora dela. Por outro lado, a UE assegurou que as sanções da ONU contra a Al-Qaida e os Talibã continuassem a ser devidamente atualizadas e aplicadas pela UE.

⁷⁶ Em 2011, a UE participou como observador na segunda Conferência das Partes na Convenção de Oslo sobre Munições de Fragmentação (Beirute, 11-16 de setembro). Participou ainda na 11.ª reunião das Partes na Convenção sobre as Minas Terrestres Antipessoal (Phnom Penh, 28 de novembro – 2 de dezembro) e seguiu de perto as negociações para um eventual protocolo sobre munições de fragmentação no quadro da Convenção das Nações Unidas sobre Certas Armas Convencionais (CCAC), bem como a 4.ª Conferência de Revisão da CCAC. O Parlamento Europeu adotou em 17 de novembro de 2011 uma resolução sobre a proibição das munições de fragmentação (P7_TA-PROV(2011)0512) e em 7 de julho de 2011 uma resolução sobre os progressos registados nas ações de luta contra as minas (P7_TA-PROV(2011)0339).

A UE exprimiu a sua solidariedade para com as vítimas do terrorismo e reconheceu a necessidade de respeitar os direitos destas últimas. A UE reconheceu que importa prestar assistência e apoio a todos aqueles que sofrem com o terrorismo.

Quanto às prioridades geográficas e em matéria de combate ao terrorismo, a UE continuou a privilegiar a Ásia, a África e o Médio Oriente, centrando-se em particular nos países e regiões de que advém para a Europa a maior ameaça, nomeadamente o Paquistão, o Afeganistão, o Corno de África, o Sael e o Iémen⁷⁷. O principal instrumento financeiro de apoio aos esforços envidados pelos países terceiros no sentido de prevenir e combater o terrorismo continuou a ser o Instrumento de Estabilidade.

A UE apoiou firmemente o lançamento do Fórum Mundial Contra o Terrorismo, que decorreu em setembro de 2011 em Nova Iorque. Este fórum representa uma valiosa oportunidade para promover a cooperação multilateral de alçada civil na luta contra o terrorismo e na criação de capacidades em Estados "vulneráveis ao terrorismo"⁷⁸. A UE está fortemente empenhada nas atividades do Fórum Mundial Contra o Terrorismo e copreside com a Turquia o grupo de trabalho para o Corno de África. O empenhamento ativo da UE na luta contra o terrorismo no Corno de África orienta-se pelo Quadro Estratégico que adotou em 2011.

⁷⁷ A UE também intensificou o diálogo político e a cooperação com Estados terceiros a respeito do desenvolvimento de capacidades no domínio da luta contra o terrorismo. Foram realizados diálogos com os EUA, a Turquia e a Arábia Saudita.

⁷⁸ O Fórum Mundial contra o Terrorismo promove a plena aplicação da Estratégia Mundial das Nações Unidas contra o Terrorismo. Os seus principais objetivos são a coordenação com os parceiros internacionais e a promoção de um efetivo multilateralismo. Pretende-se fazer face ao terrorismo como umas principais causas de instabilidade e em simultâneo promover a criação de capacidades. A UE continua a ser um dos mais firmes proponentes da Estratégia Mundial das Nações Unidas contra o Terrorismo e da abordagem geral que esta comporta. Os esforços conjuntos da UE e da ONU na Ásia Central conduziram ao aumento real da cooperação regional na luta contra o terrorismo. Neste contexto, foi adotado um plano de ação para pôr em prática a Estratégia Mundial das Nações Unidas contra o Terrorismo.

A luta contra o terrorismo na **região do Sael** é parte integrante da Estratégia da UE para a Segurança e o Desenvolvimento do Sael, que constitui um passo importante para conjugar os aspetos do desenvolvimento e da segurança na ação que a UE desenvolve nesta região. Neste contexto, a assistência da UE à luta contra o terrorismo no Mali e na Mauritânia foi alargada ao Níger em 2011, e centrada na ação policial, justiça penal e Estado de direito, no pleno respeito dos direitos humanos. Foi feito um esforço especial para assegurar a devida coordenação com outros instrumentos europeus de desenvolvimento e com os esforços dos Estados-Membros. A larga proliferação de armas em resultado da crise líbia veio trazer novos desafios a esta situação já de si complexa, afetando ainda mais a estabilidade na região.

2.2. CRIMINALIDADE ORGANIZADA

Em 2011, a UE continuou a combater o tráfico de droga e outros tipos de contrabando pela "rota da heroína" e pela "rota da cocaína", nomeadamente através da criação de capacidades em determinados países e da promoção do intercâmbio (trans)regional de informações. Estas ações visam ainda complementar o Ciclo Político da UE para a criminalidade internacional grave e organizada 2011-13, novo planeamento político e processo de implementação dentro da UE.

3. PREVENÇÃO DE CONFLITOS E MEDIAÇÃO

O artigo 21.º do Tratado de Lisboa aponta como um dos objetivos centrais da ação externa da UE preservar a paz, prevenir conflitos e reforçar a segurança internacional.

O Conselho dos Negócios Estrangeiros concluiu em junho de 2011 que o Programa de Gotemburgo continua ser, dez anos após a sua adoção, uma base política em que deve continuar a assentar a ação política da UE em matéria de prevenção de conflitos. O Conselho registou que houve progressos substanciais na aplicação do Programa de Gotemburgo, e entendeu que há espaço para revigorar os esforços da UE, tendo salientado três aspetos: fortalecer a capacidade de alerta rápido e colmatar a diferença com a resposta rápida, fortalecer a capacidade mediadora da UE e os instrumentos de análise de conflitos, criar e intensificar parcerias com organizações internacionais e com organizações não estatais e outras instituições pertinentes.

4. SEGURANÇA ENERGÉTICA

A Comunicação da Comissão relativa à segurança do aprovisionamento energético e à cooperação internacional⁷⁹, à qual se associou a Alta Representante, foi publicada em setembro de 2011. Define uma estratégia global para as relações externas da UE em matéria de energia e segurança do abastecimento. A abordagem central reside numa maior coordenação entre os Estados-Membros para identificar e aplicar claras prioridades na política externa de energia. Em novembro, o Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) incumbiu o Conselho dos Negócios Estrangeiros de prosseguir o desenvolvimento desta política.

A relação da UE com a Rússia no domínio da energia continuou a caracterizar-se por uma forte interdependência, uma vez que a Rússia continua a ser o principal fornecedor externo da UE no plano energético, e a UE o maior consumidor externo de hidrocarbonetos russos. O mecanismo de alerta rápido no domínio da energia entre a UE e a Rússia, assinado em novembro de 2009, foi adaptado e reforçado em fevereiro de 2011⁸⁰.

⁷⁹ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões relativa à segurança do aprovisionamento energético e à cooperação internacional – "A política energética da UE: Estreitar os laços com parceiros para além das nossas fronteiras" (COM(2011)539 final, 7.9.2011).

⁸⁰ As cimeiras UE-Rússia de 9-10 de junho em Nijni Novogorod e de 14-15 de dezembro de 2011 em Bruxelas, bem como o Conselho Permanente da Parceria UE-Rússia de 17 de novembro de 2011 em Moscovo e o Conselho Permanente de Parceria UE-Rússia sobre energia de 1 de dezembro em Moscovo, constituíram boas oportunidades de tratar as questões da segurança energética, entre outras.

A **Ucrânia** aderiu à Comunidade da Energia em 1 de fevereiro de 2011. O mercado interno da UE no domínio da energia, baseado em regras, ficou assim alargado a um importante país de trânsito energético, o que contribui para fortalecer a segurança energética da UE. Em 2011, avançou o trabalho de integração dos mercados de energia da Ucrânia e da Moldávia com a UE.

Prosseguiram os debates bilaterais com outros países terceiros. Nomeadamente, foi assinado em janeiro de 2011 um Memorando de Entendimento com a **República do Uzbequistão** sobre a cooperação energética.

O reforço das ligações de transporte de energia continuou a ser um domínio importante da Estratégia da UE para a Ásia Central. Em setembro de 2011, a União Europeia aprovou o mandato de negociação de um tratado entre a UE, o **Azerbaijão**⁸¹ e o **Turquemenistão** que os vincule juridicamente para a construção de um **rede transcaspiana de gasodutos**. É esta a primeira vez que a UE propõe um tratado relativo a projeto de infraestrutura que contribui para a sua segurança energética.

A **Noruega** é o segundo maior exportador de petróleo e gás para a UE, o que representou em 2011 respetivamente 13% e 24% das importações da UE. A Noruega também faz parte do mercado interno de energia e aplica o correspondente acervo da UE. A Noruega continua a ser um forte parceiro em termos de segurança energética, havendo margem para desenvolver o seu papel no abastecimento de energia à UE. Além disso, prosseguiu o diálogo entre a UE e a Noruega em matéria de energia, tendo esta grande interesse no Roteiro da UE para a Energia até 2050, sobretudo no que respeita à composição do futuro cabaz energético da UE.

⁸¹ O Parlamento Europeu adotou em 12 de maio de 2011 uma resolução sobre o Azerbaijão (P7_TA-PROV(2011)0243). O Parlamento Europeu adotou em 15 de dezembro de 2011 uma resolução sobre o Azerbaijão, em especial o caso de Rafiq Tagi (P7_TA-PROV(2011)0590).

5. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E SEGURANÇA

Em 2011, a "diplomacia climática" da UE centrou-se na preparação da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, realizada em Durban, África do Sul, em dezembro de 2011⁸². A UE procurou a colaboração dos seus parceiros com vista à preparação destes eventos. Nomeadamente, organizou uma mesa redonda UE-África em que reuniu os negociadores das questões climáticas, a qual foi útil para alinhar posições.

A Conferência de Dublin foi um avanço importante nas negociações internacionais sobre o clima, ao aprovar um roteiro com vista a um futuro acordo abrangente à escala mundial. Segundo este roteiro, todos os países, e não só os países industrializados do Protocolo de Quioto, assumirão compromissos juridicamente vinculativos de limitação e redução de emissões. O novo acordo será negociado até 2015, para entrar em vigor o mais tardar em 2020.

Em julho de 2011, o Conselho dos Negócios Estrangeiros mandatou a Comissão e a Alta Representante a avançar em três vertentes: i) promover uma ambiciosa ação climática em países terceiros, nomeadamente através de um contínuo diálogo político, ii) facilitar a ação no domínio climático, em especial mediante a assistência financeira e a cooperação da UE e dos Estados-Membros, e iii) dar atenção aonexo entre alteração climática e segurança internacional, aumentando o conhecimento da ameaça decorrente da alteração climática e possibilitando medidas de alerta rápido e ação preventiva rápida⁸³.

⁸² O Parlamento Europeu adotou em 16 de novembro de 2011 uma resolução sobre a Conferência sobre as Alterações Climáticas em Durban (COP 17) (P7_TA-PROV(2011)0504).

⁸³ Está a ser dada especial atenção à sinergia dos contributos de todos os interessados na UE, por exemplo melhorando a Rede de Diplomacia Verde que reúne o SEAE, os serviços da Comissão e os Estados-Membros, tanto a nível centralizado como localmente, país a país.

C. CONTRIBUTO PARA UMA ORDEM MULTILATERAL MAIS EFETIVA

A UE manteve o seu apoio inequívoco ao multilateralismo, conforme reiterado no Tratado de Lisboa⁸⁴, reconhecendo que para fazer face a desafios globais há que encontrar soluções globais. O Conselho aprovou em 22 de outubro de 2011 o Regime Geral sobre a apresentação de declarações da UE nas organizações internacionais. A presença coerente da UE nas instâncias multilaterais continua a ser uma prioridade.

1. NAÇÕES UNIDAS

Uma das prioridades em 2011 foi fazer face às insuficiências impostas pelo estatuto de observador que a UE tem na ONU. A resolução 65/276 da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a participação da UE nas atividades da ONU, adotada em maio de 2011, foi um importante passo em frente e o resultado de uma campanha intensa e bem coordenada, dirigida pela Alta Representante e que implicou tanto as Instituições da UE como os Estados-Membros.

A resolução 65/276 abriu caminho à participação da UE na Assembleia Geral da ONU e seus comités e grupos de trabalho, nas reuniões e conferências internacionais convocadas sob os auspícios da Assembleia e nas conferências da ONU. A aplicação desta resolução deu azo a amplos debates dentro da ONU e deverá ainda ser posta em prática na íntegra.

Durante o ano de 2011, a implementação do princípio do Dever de Proteção continuou a ser uma das principais prioridades da UE no âmbito da ONU⁸⁵. A UE prosseguiu os debates e os trabalhos sobre a execução desse conceito nos instrumentos e políticas da UE.

⁸⁴ O Parlamento Europeu adotou em 11 de maio de 2011 uma resolução sobre a UE enquanto ator mundial: o seu papel nas organizações multilaterais (P7_TA-PROV(2011)0229).

⁸⁵ A UE reafirmou o seu compromisso de contribuir para os objetivos das Nações Unidas em matéria de gestão de crises e continuou empenhada em debater a forma de reforçar o apoio da UE às operações da ONU de manutenção da paz.

A UE continuou a apoiar a revisão das ações de manutenção da paz, segundo as linhas de força da iniciativa Novo Horizonte, e apoiou a ênfase dada à proteção dos civis.

A UE promoveu também a reforma do sistema das Nações Unidas. A UE continuou empenhada em assegurar que os recursos financeiros da ONU fossem geridos de forma eficaz, eficiente e consentânea com os princípios da disciplina orçamental e da coerência, e em conformidade com os mais elevados padrões internacionais.

Durante o ano de 2011, a UE trabalhou prioritariamente no sentido de criar uma nova metodologia para a escala de contribuições, que reflita uma distribuição mais justa e equilibrada das responsabilidades financeiras pelos Estados-Membros, segundo as respetivas capacidades de contribuição.

2. OSCE⁸⁶

Ao longo de 2011, a UE apoiou os esforços da OSCE em várias questões regionais e temáticas. A UE deu especial importância ao reforço da OSCE em todo o ciclo de conflito (desde o alerta rápido até à recuperação pós-crise), inclusive através da ação do Alto Comissário para as Minorias Nacionais e das missões da OSCE no terreno. A UE também atribuiu grande importância ao avanço na Dimensão Humana da OSCE, incluindo o Gabinete da OSCE para as Instituições Democráticas e os Direitos Humanos e o Representante para a Liberdade da Comunicação Social. Prosseguiu o desenvolvimento da cooperação com a OSCE nos domínios da liberdade da comunicação social, direitos humanos, gestão das fronteiras e segurança, e controlo da droga.

A UE continua a ter em grande conta o papel que as instituições OSCE autónomas têm no acompanhamento dos compromissos assumidos pelos Estados OSCE participantes e na assistência que lhes é prestada para melhorar o seu desempenho na matéria. Isso inclui a observação dos processos eleitorais em todo o espaço OSCE.

⁸⁶ Em 11 de novembro de 2010, o Parlamento Europeu adotou uma resolução sobre o reforço da OSCE – um papel da UE (P7_TA-PROV(2010)0399).

A UE continuou a contribuir ativamente para o diálogo sobre o futuro da segurança europeia, e para a ação da OSCE em prol do reforço e modernização do controlo do armamento e das medidas de criação de confiança e segurança. Um envolvimento ativo da UE no Fórum da OSCE de Cooperação para a Segurança permitiu a adoção do Documento de Viena 2011 sobre medidas de criação de confiança e segurança. A UE apoiou a OSCE na maior ênfase dada à necessidade de fazer face às ameaças transnacionais, nomeadamente através do combate ao terrorismo internacional, aos ataques contra a cibersegurança, ao tráfico de armas e de seres humanos e à proliferação de ADM. Neste contexto, a UE saudou a criação de um novo Departamento de Resposta às Ameaças Transnacionais no âmbito do Secretariado da OSCE.

No entanto, apesar dos grandes esforços da UE, não foi possível alcançar progressos em todas as três dimensões da OSCE, tendo a UE manifestado a sua profunda preocupação pela falta de progressos na dimensão humana, durante o Conselho Ministerial de Vilnius, em dezembro de 2011.

3. CONSELHO DA EUROPA

A UE prosseguiu a sua cooperação com o Conselho da Europa, na linha do Memorando de Entendimento entre as duas organizações, nomeadamente na área da PEV e nos Balcãs Ocidentais, nas questões relacionadas com a democracia, o Estado de direito e os direitos humanos. Em especial, teve uma boa cooperação com o Conselho da Europa em questões de justiça e assuntos internos. As perspetivas de cooperação de 2010 foram formalizadas em 2011, quando foi assinado com o Conselho de Europa uma programa comum de 4,8 milhões de euros para reforço das reformas democráticas nos países do Sul do Mediterrâneo. As duas organizações também acordaram em aumentar a sua cooperação na Ásia Central, com a tónica no Estado de direito. A UE prosseguiu as negociações para se tornar parte na Convenção Europeia dos Direitos do Homem, tendo concluído os trabalhos a nível do grupo informal 7+7 em julho de 2011 com um projeto de Acordo de Adesão, que posteriormente foi transmitido a grupos de ambas as organizações para ulterior discussão e negociação.

D. PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E ESTADO DE DIREITO

O trabalho da UE no domínio dos direitos humanos, da democracia e do Estado de direito foi marcado pelo facto de 2011 ter sido o primeiro ano completo de funcionamento do SEAE. O empenhamento da Alta Representante em todas essas questões refletiu-se na Comunicação Conjunta da Alta Representante e da Comissão Europeia, aprovada em 12 de dezembro e subordinada ao título "Os direitos humanos e a democracia no centro da ação externa da UE – Rumo a uma abordagem mais eficaz", que enunciava um conjunto de ideias para fazer avançar a estratégia da UE nesta matéria.

A **Primavera Árabe** representou um marco importante no primeiro ano de atividade do SEAE, pois foi um acontecimento que trouxe novas oportunidades de cooperação a nível regional e sub-regional. A UE teve a perceção do significado histórico das mudanças ocorridas na sua vizinhança meridional e manifestou a sua determinação em assegurar em tempo útil um apoio adequado a quem lutava pela democracia e por sociedades livres e abertas. Num espírito de responsabilização mútua, a UE incentivou os seus parceiros a continuarem os esforços de construção de uma sólida democracia, fortalecendo as liberdades de expressão, associação e reunião, criando fortes instituições democráticas e promovendo os direitos das mulheres e a igualdade entre os sexos. Para uma democracia sustentável, são também essenciais um aparelho judicial eficiente e independente, um esforço vigoroso de combate à corrupção e uma reforma do setor da segurança.

A Primavera Árabe revelou igualmente a importância das redes sociais e da Internet na **promoção das reformas e defesa dos direitos humanos**. A UE condenou inúmeras vezes as restrições ao **acesso à Internet**, bem como a detenção de bloguistas. Isso foi feito tanto no âmbito das relações bilaterais com países terceiros como em instâncias multilaterais. Em dezembro de 2011, a UE lançou a estratégia "Manter a ligação" (*No disconnect*) com o objetivo de desenvolver instrumentos que lhe permitissem ajudar as organizações da sociedade civil ou os próprios cidadãos a obter acesso às tecnologias de comunicação eletrónica, nomeadamente a Internet.

A abolição da **pena de morte** em todo o mundo continuou a ser o ponto fulcral da política da UE em matéria de direitos humanos. Com base nas suas Diretrizes sobre a Pena de Morte, a UE tem recorrido a todos os instrumentos de que dispõe. A questão da pena de morte é sistematicamente abordada em numerosos diálogos e consultas que a UE efetua com países terceiros. A UE, inclusive a Alta Representante, tem saudado todos os desenvolvimentos positivos em todo o mundo: emitiram declarações públicas em que se congratulavam com o facto de o Estado norte-americano do Illinois ter decidido em 2011 abolir a pena de morte, seguido pelo Estado do Connecticut em 2012, ao passo que outros países, como a Etiópia em 2011, deram passos no sentido de estabelecer uma moratória. Por outro lado, a UE efetuou diligências gerais nos países em que a situação ainda é fluida, e diligências específicas em casos de clara e comprovada violação das normas mínimas internacionais, como a execução de menores, pessoas deficientes, apedrejamento, e casos de violação do princípio dos delitos mais graves. Neste contexto, a UE, incluindo a Alta Representante, emitiu declarações ou efetuou diligências que registam preocupação com as execuções no Irão, Iraque, EUA, China, Japão, Arábia Saudita e Bielorrússia. No que respeita à Bielorrússia, a Alta Representante condenou firmemente em julho de 2011 a anunciada execução de Aleh Hyrshkawtsow e Andey Burdyka, e em dezembro de 2011 lamentou a condenação à morte de Dzmitry Kanavalaw e Uladzislaw Kavalyow pelo Supremo Tribunal. Em ambas as ocasiões, instou a Bielorrússia a aderir a uma moratória global sobre a pena de morte. Em fevereiro de 2011, a China adotou alterações ao Código Penal que reduzem o número de crimes sujeitos a pena de morte. Não obstante, cinquenta e cinco infrações continuam a ser puníveis com a pena capital.

Em 2011, a UE reagiu com firmeza ao aumento do número de atos de **intolerância e discriminação religiosa**⁸⁷ em todo o mundo. O Conselho dos Negócios Estrangeiros de fevereiro adotou conclusões em que reiterava a profunda preocupação e condenação da UE face a qualquer tipo de intolerância, discriminação ou violência⁸⁸. O relatório anual da UE sobre direitos humanos, publicado em setembro de 2011, focou em profundidade a liberdade de religião ou de convicção. A UE desenvolveu grandes esforços na ONU para consolidar o consenso em torno da necessidade de combater a intolerância religiosa e proteger a liberdade de religião ou de convicção. Obtiveram-se em 2011 progressos consideráveis neste sentido, tendo-se pela primeira vez chegado a um consenso, respetivamente em Genebra e Nova Iorque, em torno de resoluções respeitantes à liberdade de religião ou de convicção e à luta contra a intolerância religiosa, apresentadas pela UE e pela Organização da Cooperação Islâmica.

Em 2011, a UE continuou a desempenhar um papel preponderante **no sistema de direitos humanos das Nações Unidas**⁸⁹. Em fevereiro de 2011, a UE deu um contributo crucial para a convocação de uma sessão extraordinária do Conselho dos Direitos do Homem da ONU (CDH) consagrada à **Líbia**, durante a qual foi formulada a histórica recomendação de suspender a Líbia do CDH. A UE levantou por diversas vezes em 2011, tanto no Conselho dos Direitos do Homem da ONU como na Terceira Comissão da Assembleia Geral desta Organização, o problema da situação dos direitos humanos na **Síria**, forjando uma aliança entre países de todas as regiões, designadamente o mundo árabe. O papel desempenhado pela UE foi fundamental para a instituição da Comissão Independente de Inquérito sobre a situação dos direitos humanos na Síria. Em junho de 2011, a UE conseguiu que fosse adotada uma resolução do CDH sobre a situação dos direitos humanos na **Bielorrússia**. Além disso, continuou a promover a adoção de resoluções sobre a **Birmânia/Mianmar** e a **RPDC**, tanto no Conselho dos Direitos do Homem como na Assembleia Geral.

⁸⁷ O Parlamento Europeu adotou em 20 de janeiro de 2011 uma resolução sobre a situação dos cristãos no contexto da liberdade religiosa (P7_TA(2011)0021).

⁸⁸ Em fevereiro de 2011 foram enviadas mensagens-chave sobre a liberdade de religião ou de convicção às delegações da UE, tendo estas sido incumbidas de acompanhar atentamente a situação nos respetivos países de acreditação, em coordenação com as embaixadas dos Estados-Membros da UE.

⁸⁹ O Parlamento Europeu adotou em 10 de março de 2011 uma resolução sobre as prioridades para a 16.ª sessão do Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas e a revisão de 2011 (P7_TA(2011)0097).

Em março de 2011, quinze Estados-Membros da UE fizeram parte do grupo que elaborou a declaração sobre o "fim aos atos de violência e outras violações dos direitos humanos baseadas na orientação sexual e na identidade de género", aprovada por 85 países no Conselho dos Direitos do Homem da ONU. Além disso, a UE saudou a histórica resolução sobre **direitos humanos, orientação sexual e identidade de género**⁹⁰ que foi adotada pelo Conselho dos Direitos do Homem em junho de 2011, por iniciativa da África do Sul e com o apoio de Estados de todas as regiões.

A UE participou ativamente na primeira sessão, em maio de 2011, do grupo de trabalho do Conselho dos Direitos do Homem da ONU dedicado a um eventual quadro regulamentar internacional para **empresas privadas militares e de segurança**. A UE defende firmemente que estas empresas devem ser responsabilizadas pelas violações de direitos humanos que ocorram onde quer que conduzam as suas operações.

Em cooperação com o grupo de países latino-americanos, a UE conseguiu prolongar o mandato da Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para as **Crianças e os Conflitos Armados**, na Assembleia Geral da ONU⁹¹.

⁹⁰ O Parlamento Europeu adotou em 28 de setembro de 2011 uma resolução sobre direitos humanos, orientação sexual e identidade de género nas Nações Unidas (P7_TA-PROV(2011)0427).

⁹¹ Além disso, a UE atualizou a lista de países prioritários para a implementação das suas Diretrizes sobre as Crianças e os Conflitos Armados, em conformidade com a lista das Nações Unidas.

Em junho de 2011, a UE apoiou firmemente a aprovação dos princípios orientadores das Nações Unidas sobre as **empresas e os direitos humanos** pelo Conselho dos Direitos do Homem. Os referidos princípios orientadores foram igualmente incorporados no quadro das políticas da própria UE em matéria de responsabilidade social das empresas⁹².

A UE continuou a apoiar fortemente a **luta contra a impunidade** nos crimes mais graves⁹³. Conforme prometido na Conferência de Revisão de Kampala, a UE atualizou a sua Posição Comum 2003/444/PESC por meio da Decisão 2011/168/PESC do Conselho, adotada em 21 de março de 2011⁹⁴. Em 2011, a UE trabalhou continuamente em prol da mais ampla possível ratificação, aceitação, aprovação ou adesão ao Estatuto de Roma do **Tribunal Penal Internacional**. Esses trabalhos progrediram em 2012, ano em que a UE assinou três acordos internacionais que incluíam cláusulas relativas TPI, rubricou outros três e encetou negociações sobre mais quinze. A UE inclui também cláusulas relativas ao TPI em muitos dos seus Planos de Ação PEV.

No outono de 2011, a UE deu início à revisão das suas **Diretrizes para a Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças**, a fim de as adaptar à evolução da situação internacional e à determinação local das prioridades no domínio dos direitos humanos. No inverno de 2011, a UE lançou uma campanha temática de pressão (diligências) para apoiar a campanha mundial da ONU em prol da ratificação dos dois Protocolos Facultativos da Convenção sobre os Direitos da Criança. A UE continuará a promover a ratificação destes instrumentos e da Convenção 182 da OIT sobre as Piores Formas de Trabalho das Crianças, a nível local, por meio do diálogo político e de outras ações de sensibilização.

⁹² As comunicações "Responsabilidade social das empresas: uma nova estratégia da UE" e "Os direitos humanos e a democracia no centro da ação externa da UE", ambas de 2011, reconhecem os princípios orientadores da ONU como um conjunto de normas internacionais sobre empresas e direitos humanos que todas as empresas europeias devem respeitar. Ambos os documentos propõem ainda ações concretas para a aplicação dos princípios orientadores das Nações Unidas. O Parlamento Europeu adotou em 8 de junho de 2011 uma resolução sobre a dimensão externa da política social e a promoção de normas laborais e sociais e da responsabilidade social das empresas europeias (P7_TA-PROV(2011)0260).

⁹³ O Parlamento Europeu adotou em 17 de novembro de 2011 uma resolução sobre o apoio da UE ao TPI: problemas a resolver e dificuldades a superar (P7_TA-PROV(2011)0507).

⁹⁴ O objetivo da nova decisão do Conselho é fomentar o apoio universal ao Estatuto de Roma, promovendo uma participação tão vasta quanto possível neste mesmo Estatuto, preservar a sua integridade, apoiar a independência do Tribunal e o seu funcionamento efetivo e eficiente, apoiar a cooperação com o Tribunal e apoiar a aplicação do princípio da complementaridade.

Em 2011 foram realizados progressos a nível interno, de acordo com o empenhamento da UE na situação das **mulheres em relação à paz e à segurança**. Em maio de 2011, o Conselho adotou o relatório sobre os indicadores da UE para a abordagem global da implementação pela UE das Resoluções 1325 e 1820 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre as mulheres, a paz e a segurança. O próximo relatório deverá ser apresentado em 2013.

A União Europeia prosseguiu a sua política de inserir uma **cláusula de direitos humanos** em todos os acordos-quadro de natureza política que celebra com os países terceiros, como os acordos de associação e os acordos de parceria e cooperação⁹⁵. Em 2011, porém, não foram assinados nem entraram em vigor novos acordos com a cláusula de direitos humanos. A nível bilateral, a UE conduziu mais de 40 **diálogos sobre direitos humanos** com países terceiros, os quais constituíram muitas oportunidades de abordar efetivamente as preocupações da UE nesta matéria.

A UE deu início à formulação de **estratégias por país no domínio dos direitos humanos** para quase 160 países de todo o mundo; em 2011 foram formuladas 130 dessas estratégias⁹⁶.

A 8 e 9 de dezembro de 2011, o SEAE, em estreita cooperação com ONG parceiras, realizou o 13.º **Fórum Anual UE-ONG sobre Direitos Humanos**, subordinado a dois temas: "Impulsionar a implementação das Diretrizes da UE sobre o direito internacional humanitário" e "Análise da situação dos direitos humanos pela UE e o seu novo quadro financeiro plurianual – passar das recomendações à ação". O SEAE e os grupos competentes do Conselho terão na devida conta os resultados deste Fórum.

⁹⁵ A cláusula de direitos humanos determina que estes direitos, consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, inspiram as políticas internas e externas das partes e constituem um elemento essencial do acordo.

⁹⁶ Esta abordagem visa, no essencial: i) obter uma perceção mais exata e abrangente dos principais desafios em matéria de direitos humanos nos países parceiros; ii) concentrar a ação da UE nas prioridades essenciais nos países parceiros, tanto em termos de políticas como de assistência financeira, para que possamos adaptar melhor a nossa abordagem à situação de cada país e ter uma atuação mais eficaz, como solicitado pela Alta Representante; iii) facilitar e racionalizar as atividades pertinentes dos Estados-Membros e das missões diplomáticas da UE no terreno; e iv) dar um contributo mais abrangente e pertinente para as diversas estratégias por país e por região.

A comunicação conjunta da PEV "Uma nova estratégia para uma vizinhança em mutação" incluía uma proposta de criar um **Fundo Europeu para a Democracia**. O objetivo será criar o Fundo Europeu para a Democracia como organismo autónomo com personalidade jurídica segundo a lei de um Estado-Membro, com a missão de complementar os instrumentos já existentes na UE, nomeadamente o Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos. Esse Fundo consagraria num primeiro momento atenção especial – mas não exclusiva – aos países da vizinhança europeia e seria um novo meio de facilitar o apoio europeu aos intervenientes políticos em processos de transição democrática ou de luta pacífica pela democracia.

A UE continuou a desempenhar um papel essencial no apoio à transição para a democracia em todo o mundo. Em 2011, a UE empreendeu 10 **missões de observação eleitoral** (MOE). Cinco dessas MOE acompanharam e deram mais credibilidade a grandes mudanças (mudança de regime na Tunísia, criação de um novo país no Sudão do Sul, transição de um regime militar para um regime civil no Níger, mudança há muito esperada para a oposição política no Peru e na Zâmbia); três delas acompanharam a reeleição relativamente pacífica de autoridades em exercício (Nigéria, Chade e Uganda); duas foram conduzidas em conjunturas eleitorais muito problemáticas (Nicarágua e RDC). A UE destacou também missões de peritos eleitorais ao Benim, Libéria, Costa do Marfim, Marrocos, Guatemala, Tailândia, República Centro-Africana e Gâmbia.

Em 2011, a UE continuou a abordar questões relacionadas com o **Estado de direito**, nomeadamente nos seus diálogos sobre direitos humanos com os países da vizinhança europeia, pondo a tónica na reforma do sistema judicial: a necessidade de fortalecer a independência do poder judicial (nomeadamente mediante a criação de Conselhos Nacionais do Poder Judicial), de melhorar a imparcialidade e eficiência do sistema judicial e de assegurar a responsabilização dos agentes policiais. Neste contexto, a UE deu especial atenção ao papel e às funções dos advogados de defesa, exortou os parceiros a respeitar a independência da advocacia e manifestou preocupação com certas notícias de assédio a advogados.

A UE debateu com Marrocos a questão do funcionamento do Supremo Conselho Judicial e com a Argélia a criação de uma comissão para analisar o funcionamento do sistema judicial. A UE tem em curso um projeto de 20 milhões de euros de apoio ao funcionamento do sistema judicial na Tunísia.

A UE também levantou questões relativas à boa administração da justiça penal, como sejam as percentagens anormalmente baixas de absolvição e o uso excessivo de negociação da culpa. A UE pôs em prática projetos substanciais de assistência técnica em apoio da reforma judicial em vários países da PEV e destacou para vários países missões de observação de julgamentos. A UE abordou ainda questões relativas ao funcionamento do sistema prisional, incluindo as medidas de detenção administrativa.

Em 2011, a UE confirmou e aumentou o seu empenho em reforçar o Estado de direito por meio das suas missões PCSD, em especial as missões EULEX Kosovo, EUPOL Afeganistão, EUJUST Lex Iraque e EUPOL COPPS (território palestino ocupado). No Kosovo, a missão tem por objetivo prestar assistência e apoio às autoridades do Kosovo no domínio do Estado de direito, em especial o aparelho judicial. Exerce também competências executivas em domínios como os crimes de guerra, a criminalidade organizada e a corrupção.

Em 2011, a EUPOL Afeganistão obteve progressos substanciais na realização dos seus três objetivos estratégicos em matéria de Estado de direito – combater a corrupção na Polícia Afegã, reforçar a cooperação entre a polícia e a justiça, e fortalecer as estruturas de direitos humanos no âmbito do Ministério do Interior. A missão orienta e treina os agentes afegãos e presta apoio na criação de estruturas que sustentam a sua ação. Em 2011, a missão apoiou a Comissão Afegã Independente para os Direitos Humanos na criação de um provedor da polícia afegã, e organizou uma Conferência sobre os Direitos da Mulher na qual participaram seis ministérios do Afeganistão, numerosas instituições estatais e organizações locais e internacionais. A missão continuou também o seu trabalho progressivo de apoio à Procuradoria-Geral e ao Ministério do Interior no sentido de melhorar a colaboração entre si e a luta contra a corrupção.

No território palestino ocupado, a EUPOL COPPS prestou apoio ao desenvolvimento de uma estratégia global para o setor da justiça penal na Palestina, em estreita coordenação com os parceiros palestinos e os mecanismos de coordenação existentes. A EUPOL COPPS aconselha e apoia o funcionamento do setor da justiça penal na Palestina, através da sua ação com a Polícia Civil Palestiniana, o Ministério da Justiça, a Procuradoria-Geral, os tribunais, o Alto Conselho Judicial, a associação dos advogados, o sistema prisional e a sociedade civil.

A EUJUST LEX Iraque é a primeira missão integrada da UE no domínio do Estado de direito. Após o seu destacamento para o Iraque em 2011 e apesar de um clima de segurança muito difícil, pode-se considerar que houve resultados satisfatórios em projetos que envolvem todos os ramos do sistema de justiça penal do Iraque e que estão em curso em três cidades (Bagdade, Basra e Erbil). Ministrando cursos especializados a altos e médios funcionários do sistema de justiça penal iraquiano, a EUJUST LEX continua a reforçar o Estado de direito e a promover uma cultura de respeito pelos direitos humanos no Iraque.

No total, as missões PCSD mobilizam 450 pessoas no setor do Estado de direito (justiça, fronteiras, penitenciárias, direitos humanos).

E. RESPOSTA A SITUAÇÕES DE CRISE

À luz da experiência com o Haiti em 2010 e face à evolução da Primavera Árabe, o SEAE criou um Sistema de Resposta a Situações de Crise (SRSC) com o objetivo de mobilizar imediatamente os recursos da UE para enfrentar as consequências de crises provocadas por conflitos políticos ou armados, incidentes tecnológicos e catástrofes naturais ou provocadas pelo homem, bem como de facilitar a tomada de decisões políticas face a graves situações de crise e assegurar a coordenação das atividades do SEAE, quer internamente quer com outros intervenientes. O SRSC do SEAE consiste em procedimentos organizativos e padronizados para uma ação eficaz no âmbito da resposta da União a situações de crise.

Os principais instrumentos de resposta a situações de crise são os seguintes:

Conselho de Gestão de Crises

Presidido pela AR ou pelo Secretário-Geral Executivo (SGE), o Conselho de Gestão de Crises foi criado como entidade permanente que trata dos aspetos horizontais da resposta do SEAE a situações de crise. Reúne-se com regularidade a fim de assegurar a coordenação das medidas da UE em matéria de prevenção de crises, estado de preparação e capacidades de resposta a situações de crise.

Plataforma de Crise

Esta instância facilita a partilha de informações entre os participantes – tanto os serviços pertinentes do SEAE como os serviços pertinentes da Comissão e do Secretariado-Geral do Conselho – e fornece aos serviços do SEAE um claro objetivo político ou estratégico para a gestão de uma determinada crise.

Durante o auge da crise da Líbia, por exemplo, a Plataforma de Crise da Líbia foi convocada 14 vezes. Estas reuniões, bem como os relatórios daí decorrentes, ajudaram a manter o fluxo de informações e decisões de gestão entre os vários departamentos que faziam face à crise. A plataforma abarcava as questões políticas, a situação militar, as preocupações humanitárias e a segurança.

Sala de Situação da UE

Inaugurada em julho de 2011, a Sala de Situação da UE é uma capacidade renovada no âmbito do sistema da UE e a única que funciona 24 horas por dia e sete dias por semana, como charneira de informações entre o SEAE e a Comissão, canalizando as informações sobre crises obtidas de todo o tipo de fontes (fontes abertas, Delegações da UE, Estados-Membros, operações e missões PCSD da UE, equipas dos REUE e organizações internacionais) e destinadas às instâncias decisoras. Assegura uma informação exata e atualizada sobre a situação política e securitária em todo o mundo.

Fornece à Plataforma de Crise uma panorâmica da situação e dá o alerta rápido, e além disso complementa o trabalho analítico do INTCEN. O objetivo principal da "Sala de Situação da UE" é agilizar o fluxo de informações sobre crises, em tempo real. Combina estruturas militares e civis numa única entidade, prestando assim um melhor apoio e mais rápida informação que as anteriores estruturas separadas (o que é especialmente importante para as missões PCSD e as Delegações da UE em países terceiros, em caso de crise).

A Sala de Situação da UE fornece panorâmicas da situação política mundial e revistas de imprensa duas vezes por dia (em 2011, foram produzidas mais de 700 em cada categoria). Além das tarefas normais, são também elaborados relatórios ad hoc sobre certos tópicos de interesse político para as cimeiras e as visitas da AR a países terceiros.

Missões exploratórias e inter-serviços de resposta a situações de crise

As missões exploratórias são lançadas pelo SEAE com celeridade, a pedido da Alta Representante ou do SGE. Estas missões destinam-se a avaliar rapidamente a situação no terreno, estabelecer contactos com os interlocutores locais e ajudar a planear a subsequente ação da UE. Estas missões dão ao SEAE uma capacidade de resposta rápida a crises externas. O Departamento de Resposta a Situações de Crise é responsável por lançar missões exploratórias e é capaz de lançar uma missão no prazo de 24 horas. Em 2011, o SEAE enviou 5 missões exploratórias à Líbia, a primeira das quais em março, logo após o início da revolução. Estas missões forneceram informações valiosas que ajudaram a determinar as prioridades do apoio da UE.

As missões inter-serviços reúnem peritos oriundos de diferentes serviços. Podem ser destacadas no prazo de 3-4 dias. As missões inter-serviços destinam-se a fornecer análises pormenorizadas e apoiar o planeamento da subsequente ação da UE. As equipas são compostas de pessoal do SEAE e da Comissão capaz de lançar projetos com rápido impacto e apoiar uma rápida (re)programação para a área de crise. Em 2011, o SEAE enviou duas missões inter-serviços à Líbia e uma à Costa do Marfim.

Lista de Peritos em matéria de Resposta a Situações de Crise

O SEAE estabeleceu uma lista de peritos internos em matéria de resposta a situações de crise, que estão a ser treinados em procedimentos de resposta a situações de crise e são destacáveis para quaisquer áreas de crise em todo o mundo.

Grupo de Prevenção de Conflitos

Em estreita cooperação com o INTCEN, o Grupo de Prevenção de Conflitos tem por tarefa recolher e rever continuamente as informações de alerta rápido sobre países e regiões com risco potencial de conflito e crise. Identifica as opções de resposta/ação rápida a tratar pela DGC ou pela PC, conforme apropriado. O GPC assegura as necessárias ligações e sinergias com os instrumentos não associados à crise de que a UE dispõe a curto, médio e longo prazo e com as ações relacionadas com a prevenção de conflitos e a consolidação da paz.

Desde que foi criado em outubro de 2011, este grupo já se reuniu quatro vezes. Até agora, o GPC tem contribuído para o desenvolvimento de sistemas e instrumentos que permitam colmatar a lacuna entre o alerta rápido e a ação rápida. Além disso, debateu as formas de integrar a prevenção de conflitos na ação externa da UE, e aprovou projetos de diretrizes para abordagens que tenham em conta as situações de conflito, as quais serão aplicáveis ao novo ciclo de programação da ajuda externa.

Resposta do SEAE à crise na Líbia

A crise na Líbia eclodiu em fevereiro de 2011, apenas poucas semanas depois da criação do SEAE. A crise na Líbia veio testar os mecanismos do SEAE de resposta a situações de crise, à medida que estes iam sendo criados. Guiado pela Plataforma de Crise e apoiando-se na informação obtida em primeira mão com rápidas missões de exploração, o SEAE foi capaz de reagir à crise de forma coerente e eficaz, nomeadamente com a rápida abertura de um gabinete da UE em Bengazi e posteriormente de uma Delegação da UE em Trípoli, e o lançamento de uma série de programas de apoio à transição democrática.

F. MAIS CAPACIDADE, EFICÁCIA E COERÊNCIA NA GESTÃO DE CRISES COM A PCSD

Em 2011, a Alta Representante presidiu a duas reuniões do Conselho dos Negócios Estrangeiros na formação de Ministros da Defesa. Na reunião de 23 de maio de 2011, os Ministros da Defesa passaram em revista a evolução registada na Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) e fizeram o balanço dos progressos verificados no seguimento das Conclusões do Conselho de dezembro de 2010 e janeiro de 2011 em matéria de PCSD. Fizeram também o ponto da situação das operações militares da UE no domínio da PCSD e refletiram sobre a via a seguir para o futuro. Entre estas operações contam-se a operação Althea na Bósnia-Herzegovina, a operação EUNAVFOR Atalanta de luta contra a pirataria ao largo da costa da Somália e a Missão da UE para a Formação das Forças Somalis. O Conselho adotou conclusões sobre mutualização e partilha de capacidades militares, que exigem uma abordagem de longo prazo estruturada e ambiciosa, aplicável a uma vasta gama de capacidades e conducente a resultados concretos.

No Conselho dos Negócios Estrangeiros de julho, a Alta Representante apresentou um circunstanciado relatório sobre os aspetos civis e militares da PCSD e orientou um debate sobre as iniciativas do domínio da PCSD. O relatório aborda as capacidades militares (mutualização e partilha), a cooperação estruturada permanente, as capacidades civis, as sinergias civilo-militares no domínio do desenvolvimento de capacidades, a melhoria do desempenho da UE em matéria de gestão de crises (capacidade de planeamento e condução de missões civis e militares, agrupamentos táticos da UE), e a cooperação com os parceiros (OTAN, ONU, países terceiros).

A Alta Representante também presidiu em 30 de novembro à reunião dos Ministros da Defesa, que passou em revista a evolução e adotou conclusões sobre a PCSD. Os ministros também debateram a situação das operações militares da UE no domínio da PCSD e refletiram sobre a via a seguir para o futuro. A AR informou os ministros das suas diligências no sentido de reforçar a cooperação UE-NATO em matéria de gestão de crises, nos termos do mandato do Conselho Europeu de setembro de 2010, relativo à cooperação UE-ONU, bem como dos seus contactos com parceiros estratégicos no âmbito da PCSD. O Conselho fixou também o orçamento da Agência Europeia de Defesa para 2012.

Em dezembro, o Conselho adotou conclusões ambiciosas e prospetivas sobre a PCSD. O Conselho reiterou que continua a ser necessária uma abordagem abrangente que mobilize cada vez mais os diferentes instrumentos ao dispor da UE, no âmbito de uma estratégia coerente e eficaz que permita realizar os objetivos da União, e salientou a importância da PCSD como elemento essencial dessa abordagem abrangente.

O Conselho saudou o trabalho efetuado pela Alta Representante e pelo SEAE em sintonia com as Conclusões do Conselho sobre a PCSD de janeiro e março de 2011 e no seguimento da iniciativa de Weimar a que se associaram a Itália e a Espanha, do relatório da Alta Representante sobre a PCSD de 11 de julho de 2011 e dos contributos posteriormente prestados pelos Estados-Membros. O Conselho congratulou-se também com as iniciativas bilaterais e multilaterais lançadas entre os Estados-Membros, como a cooperação estabelecida entre a França e o Reino Unido e as inúmeras outras iniciativas regionais emergentes e em curso, que, através de métodos inovadores de mutualização e partilha, contribuem para melhorar as capacidades militares de uma forma geral.

As conclusões abarcam as várias dimensões da PCSD. Nomeadamente, o Conselho:

- salientou que estava plenamente empenhado em manter o atual envolvimento nas missões e operações PCSD em curso, levando ao mesmo tempo por diante os trabalhos relativos a potenciais novas missões no Corno de África, Sael, Sudão e Conselho da Líbia;
- sublinhou a importância de desenvolver mais capacidades civis e militares para a PCSD enquanto objetivo essencial para dar resposta às lacunas existentes e às necessidades crescentes neste domínio;
- apontou a necessidade de melhorar o desempenho da UE no planeamento e na condução das missões e operações, nomeadamente através de um planeamento com maior antecedência e eficácia e de uma revisão dos procedimentos da UE em matéria de gestão de crises. O Conselho decidiu acelerar o planeamento com vista à ativação do Centro de Operações para o Corno de África;
- salientou a importância das parcerias com a OTAN e a ONU e os preciosos contributos práticos e o apoio político às missões e operações da PCSD prestados pelos países parceiros. O Conselho apelou ao desenvolvimento, caso a caso, da cooperação com os parceiros da Europa Oriental e do Mediterrâneo.

A Alta Representante traçou a evolução da PCSD num discurso pronunciado no Parlamento em 13 de dezembro.

1. MAIS CAPACIDADE

1.1. CAPACIDADES CIVIS E MILITARES⁹⁷

Foram prosseguidos os esforços para colmatar as lacunas nas capacidades civis da PCSD e melhorar o desempenho por meio de formação, ensinamentos colhidos e melhor abastecimento.

⁹⁷ O Parlamento Europeu adotou em 11 de maio de 2011 uma resolução sobre o desenvolvimento da Política Comum de Segurança e Defesa na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa (P7_TA-PROV(2011)0228).

Em julho de 2011, realizou-se um seminário de alto nível consagrado ao modo de facilitar o destacamento de pessoal civil para as missões PCSD, em que participaram partes interessadas dos Estados-Membros.

No seguimento das Conclusões do Conselho de dezembro de 2011, o CPS aprovou um programa plurianual para o desenvolvimento de capacidades civis apresentado pelo SEAE⁹⁸.

Com base na Decisão do Conselho de dezembro de 2010, prosseguiram em 2011 os trabalhos sobre as capacidades militares, que se centraram na solução a dar às lacunas existentes nas capacidades dos Estados-Membros e às crescentes necessidades em matéria de operações PCSD (ver também a mutualização e partilha).

Houve progressos no planeamento militar geral da UE ("conceitos"), nomeadamente para as operações aéreas de apoio à PCSD (força aérea projetável), ensinamentos militares colhidos, apoio logístico e resgate de pessoal.

1.2. MUTUALIZAÇÃO E PARTILHA DE CAPACIDADES MILITARES

O Conselho salientou ao longo do ano a necessidade de reforçar a cooperação europeia no domínio do desenvolvimento de capacidades militares para apoio e consolidação da PCSD, a fim de melhorar a eficácia operacional no contexto de um orçamento da defesa sujeito a restrições⁹⁹.

⁹⁸ O SEAE tem em curso a elaboração deste programa, que apresentará em 2012.

⁹⁹ O Parlamento Europeu adotou em 14 de dezembro de 2011 uma resolução sobre o impacto da crise financeira no setor da defesa nos Estados-Membros da UE (P7_TA-PROV(2011)0574).

Em 30 de novembro, os Estados-Membros aprovaram, no Comité Diretor da Agência Europeia de Defesa, certas oportunidades de mutualização e partilha e anunciaram vários compromissos em projetos concretos propiciados pela Agência. Esses compromissos dizem respeito aos seguintes domínios: reabastecimento em voo; munições inteligentes; formação de tripulações aéreas; formação e logística naval; nós de transporte europeus; informações, vigilância e reconhecimento, incluindo o conhecimento da situação no espaço; assistência médica, comunicações militares por satélite, bem como o desenvolvimento de outros projetos de mutualização com base em iniciativas existentes, como a vigilância marítima, a formação de tripulações de helicópteros e a comunicação por satélite.

1.3. ENSINAMENTOS COLHIDOS E BOAS PRÁTICAS NO DOMÍNIO DA PCSD

As Conclusões do Conselho de dezembro de 2011 exigiam a contínua melhoria das missões mediante processos de avaliação, padrões de referência, avaliações de impacto, ensinamentos colhidos e boas práticas.

Registaram-se em 2011 progressos na conjugação dos ensinamentos colhidos e boas práticas, tanto civis como militares, decorrentes de operações PCSD. Está a ser criada uma base de dados comum para ensinamentos colhidos e boas práticas, que deverá estar operacional em abril de 2012¹⁰⁰.

¹⁰⁰ No âmbito do desenvolvimento de um novo conceito UE para a rápida projeção na PCSD, foi concluído um relatório sobre missões de polícia do tipo substituição/executivo, com base na experiência adquirida com o projeto Formação da Polícia (EUPFT) 2008-2010, financiado pela Comissão.

1.4. FORMAÇÃO E EXERCÍCIOS

Em 2011, foram prosseguidos esforços significativos para atingir os objetivos gerais de formação no domínio da PCSD, principalmente no intuito de dotar os Estados-Membros e as instituições da UE de pessoal qualificado (diplomático, militar e civil – incluindo a polícia e outros setores de aplicação da lei), capaz de trabalhar com eficiência em todas as áreas da PCSD e disponível para missões e operações PCSD¹⁰¹.

2. MAIS EFICÁCIA

2.1. COOPERAÇÃO COM OS PARCEIROS NA GESTÃO DE CRISES

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Em conformidade com as Conclusões do Conselho de dezembro de 2011, foram prosseguidos os trabalhos com países terceiros e outras organizações internacionais a fim de reforçar as capacidades e facilitar o envolvimento nas missões e operações da UE no domínio da gestão de crises.

¹⁰¹ O MILEX 11 decorreu de 16 a 27 de maio de 2011, sendo a DG EUMS o Oficial Coordenador do Exercício (OCE). O objetivo do MILEX 11 era treinar e avaliar aspetos militares da gestão de crises por parte da UE, a nível estratégico e especialmente a nível operacional, com base no cenário de uma prevista operação militar liderada pela UE, sem recurso a meios e capacidades da OTAN. Foram atingidos todos os objetivos do exercício. O Exercício UE de Gestão de Crise (CME 11) decorreu de 18 de novembro de 2011 a 6 de dezembro de 2011. Com base na nova "abordagem global" da resposta a situações de crise, este exercício tinha por objetivo avaliar e melhorar a capacidade da UE para gerir crises, incluindo os processos de decisão e planeamento da UE e do SEAE, num ambiente em rápida evolução. O exercício utilizou instrumentos civis e militares e mobilizou a coordenação a vários níveis da UE. A participação de 5 Delegações da UE neste exercício, bem como a aplicação dos novos procedimentos internos do SEAE em matéria de resposta a situações de crise são duas das mais importantes novidades introduzidas neste exercício de gestão de crises em virtude do Tratado de Lisboa.

2.1.1. COOPERAÇÃO UE-ONU

Em 2011 foi iniciado um especial esforço para aumentar a capacidade da UE de prestar apoio às operações de manutenção da paz conduzidas pela ONU, em resposta a muitos apelos da ONU a nível político. O SEAE definiu uma série de ações práticas para o efeito, com a participação ativa do Departamento de Operações de Manutenção da Paz, do Departamento de Apoio às Missões e do Departamento dos Assuntos Políticos da ONU. Essas ações começarão a ser postas em prática em 2012, assim que forem acordadas as modalidades técnicas. Uma vez postas em prática, tais ações facilitarão substancialmente a cooperação com a ONU nas operações e atividades de gestão de crises e manutenção da paz, tanto no que respeita às operações militares como às missões civis.

No final de 2011, a UE e a ONU chegaram a acordo para revitalizar o Comité Diretor UE-ONU sobre Gestão de Crises, que tinha sido suspenso em 2010 na pendência da reestruturação da UE pós-Tratado de Lisboa, e para lançar os fundamentos de uma maior cooperação UE-ONU com vista a desenvolver as capacidades civis.

2.1.2. UE-OTAN

Em 2011, foi prosseguida a cooperação UE-OTAN no quadro dos acordos de "Berlim Mais" para a operação EUFOR Althea na Bósnia-Herzegovina.

Foram apreciadas pelo Conselho as propostas concretas feitas pela Alta Representante em fevereiro para uma abordagem gradual e pragmática na implementação do mandato dado pelo Conselho Europeu de setembro de 2010.

Várias destas propostas foram concretizadas com êxito em 2011:

- Foram ativamente procurados os contactos interpessoais, a fim de aumentar o conhecimento recíproco das atividades de cada um e de possibilitar o reforço da cooperação em teatros de operações onde ambas as organizações atuam. O Conselho foi regularmente informado das principais linhas de evolução (nomeadamente no domínio da cibersegurança).
- As primeiras reuniões de informação mútua do Comité de Política e Planeamento de Defesa e do Grupo Político-Militar tiveram lugar em dezembro de 2011.

O Conselho também exortou a Alta Representante a continuar a envidar esforços para que se desenvolva entre a UE e a OTAN uma cooperação eficaz e eficiente, especialmente nas áreas em que ambas as organizações atuam lado a lado.

Foi estabelecida uma estreita cooperação entre o pessoal da UE e da OTAN em torno das iniciativas de mutualização, partilha e defesa inteligente/abordagens multinacionais, a fim de garantir que entre elas haja coerência, que se reforcem mutuamente e que não haja duplicações de esforços. Neste contexto, o Conselho incentivou a continuação dos contactos estreitos entre o pessoal de ambas as organizações.

A UE e a OTAN propuseram, em conjunto, formas de reforçar a cooperação prática no domínio da defesa contra os riscos QBRN (químicos, biológicos, radiológicos e nucleares), cujo resultado será transmitido a todos os Estados-Membros. Estas propostas receberam o apoio dos Estados-Membros.

No âmbito do Grupo UE-OTAN sobre Capacidades, tiveram lugar trocas de informações sobre uma série de domínios de interesse comum em que as necessidades coincidem – nomeadamente a assistência médica, a luta contra os engenhos explosivos improvisados e os riscos QBRN.

Tal como indicado em relatórios anteriores, a participação dos 27 Estados-Membros da UE tornaria ainda mais fácil o intercâmbio de informações no domínio das capacidades militares.

2.1.3. UE-UA

A UE e a União Africana deram continuação ao seu diálogo político e ao diálogo sobre questões de segurança, inclusive através de reuniões regulares entre os Comités de Paz e Segurança da UE e da UA. Foi novamente disponibilizado um apoio financeiro (40 milhões de euros) para os esforços africanos de instauração da Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA). A UE reagiu favoravelmente aos pedidos da UA no sentido de prestar apoio à formação através dos Centros de Formação Africanos, que são um elemento essencial da APSA. O Fundo de Apoio à Paz em África continuou a financiar duas operações africanas de apoio à paz: a AMISOM na Somália e a MICOPAX na República Centro-Africana. A UE saudou o êxito com que foi concluído o primeiro ciclo de formação estratégica para a Força Africana de Alerta (Amani).

COOPERAÇÃO COM PAÍSES TERCEIROS

Foram intensificados os esforços no sentido de conduzir de forma substancial o diálogo e a cooperação com países terceiros, em especial os parceiros estratégicos, e de desenvolver relações com novos parceiros. A UE continuou a dialogar regularmente com os países europeus membros da NATO não pertencentes à UE, com outros países candidatos à adesão à UE e com vários outros parceiros importantes, como os EUA, o Canadá, a China, o Japão, a Rússia e a Ucrânia. O Conselho também se debruçou sobre a possibilidade de maior interação com os vizinhos do Leste e do Sul; esta linha de ação será prosseguida caso a caso, com vista a contribuir para aumentar a segurança e a estabilidade regionais.

Doze países (Albânia, ARJM, Canadá, Chile, Croácia, EUA, Montenegro, Noruega, Nova Zelândia, Suíça, Turquia e Ucrânia) participam em sete das missões e operações em curso no quadro da PCSD (EUFOR ALTHEA, EULEX Kosovo, EUPM BiH, EUPOL COPPS, EUPOL Afeganistão, EUNAVFOR ATALANTA e EUSEC RD Congo). No final de 2011, a UE aceitou o oferecimento da Sérvia de contribuir para a EUTM Somália e a EUTM Atalanta. No âmbito das ações antipirataria, continuou a desenvolver-se uma interação bastante profícua com diversos outros parceiros.

No seguimento da decisão do Conselho de 26 de abril de 2010, que autoriza a Alta Representante a abrir negociações com mais vinte países, foram negociados e concluídos com os EUA, o Montenegro e a Sérvia acordos com vista a instituir um quadro para a sua participação em operações de gestão de crises conduzidas pela UE ("Acordos-Quadro de Participação"). Estão em curso negociações com um grande número de parceiros no sentido de concluir acordos deste tipo (Albânia, Austrália, Bósnia-Herzegovina, Brasil, Chile, antiga República jugoslava da Macedónia, Nova Zelândia, e Rússia).

2.2. Centro de Satélites da UE (CSUE)

O ano de 2011 veio confirmar a tendência de uma crescente participação do CSUE nas operações e missões da UE e no processo de decisão do SEAE, que reflete o maior número de tarefas atribuídas ao centro. Registou-se um pico desta atividade com o surgimento de novas áreas de crise no Norte de África e no Médio Oriente. No total, o CSUE desempenhou 119 novas tarefas e foram analisados 464 locais de interesse. Ao fornecer análise de imagens de satélite, o CSUE desempenha um papel cada vez mais importante de apoio ao processo de decisão no âmbito da PCSD.

Mais concretamente:

– O acompanhamento da crise na Líbia (bem como na Tunísia e no Egito) representou, por si só, a maior carga de trabalho do Centro. Sob a direção operacional da AR e com a aprovação do CPS, todos os produtos do Centro de Satélites da União Europeia (CSUE) foram também disponibilizados à OTAN/SHAPE no quadro da operação Protetor Unificado na Líbia.

– Continuou a ser dado apoio ao quartel-general de Northwood (RU) no quadro da operação EUNAVFOR Atlanta. Isso incluiu o fornecimento de informações geoespaciais (GEOINT) sobre a atividade de piratas, necessárias para as operações dos navios posicionados ao largo da costa da Somália. O CSUE prestou ainda apoio *in loco* com o destacamento de um analista de imagem.

– A EUMM Geórgia tem sido um grande utilizador de produtos do CSUE. As tarefas executadas pelo CSUE incluem a análise de imagens relativas a importantes infraestruturas e atividades na região.

– Foram obtidos resultados significativos no fornecimento de apoio GEOINT, com a permanente vigilância da eventual proliferação de armas de destruição maciça e do desenvolvimento da tecnologia nuclear em vários países. Neste contexto, o Centro analisou instalações suspeitas em países onde poderão estar a ser desenvolvidos mísseis balísticos e instalações de ensaio e lançamento. No entanto, estes trabalhos foram afetados, com consequências desconhecidas, pelas exigências associadas ao acompanhamento da crise.

3. MAIS COERÊNCIA

Passar de uma abordagem global a uma ação global continua a ser uma das principais prioridades da UE, em que os instrumentos da PCSD fazem parte integrante das ferramentas de que a UE se serve para apoiar os seus objetivos políticos mais vastos, nomeadamente a necessidade de combater as causas profundas de um dado conflito. O Alto Representante tem um papel especial a desempenhar enquanto presidente das diferentes formações do Conselho dos Negócios Estrangeiros, cabendo-lhe reforçar a coerência da política externa da UE.

Para isso continua a ser essencial procurar alcançar uma maior coerência e sinergia entre a prevenção de conflitos, a resposta a situações de crise e sua gestão e o desenvolvimento e resolução de conflitos.

No âmbito de um esforço mais vasto de desenvolver sinergias entre as dimensões interna e externa da segurança, foram prosseguidos os trabalhos de reforço das ligações entre a PCSD e o espaço de liberdade, segurança e justiça¹⁰².

Além disso, foram iniciados os trabalhos sobre a aplicação da cláusula de solidariedade.

Foi também dada continuação aos trabalhos sobre as **sinergias civilo-militares** no desenvolvimento de capacidades da UE.

PARTE II: NA PERSPETIVA DE 2012

No início do seu mandato, a Alta Representante estabeleceu três prioridades para a política externa comum da UE: em primeiro lugar, a criação de um Serviço Europeu de Ação Externa; em segundo lugar, a promoção da democracia, da estabilidade e da prosperidade com os vizinhos da Europa; e em terceiro, o estabelecimento de sólidas parcerias estratégicas com os atores existentes e emergentes a nível mundial. Essas três prioridades continuarão a orientar a ação da UE em 2012-13, com o objetivo de assegurar a consistência e a coerência da política externa da UE, tal como estabelecida no Tratado de Lisboa.

Esse trabalho assentará nos resultados da política externa da UE alcançados no primeiro ano do SEAE. A UE continuará a trabalhar com os seus parceiros para tentar resolver os desafios regionais e globais, promovendo os interesses e valores da UE a fim de ajudar a realizar um mundo mais seguro e próspero para os seus cidadãos.

¹⁰² Neste contexto, o Comité Político e de Segurança tomou conhecimento em 13 de maio de 2011 do documento de trabalho conjunto "Reforço das ligações entre a PCSD e os intervenientes LSJ – propostas para a ação futura", que explora as ligações entre a PCSD e os intervenientes do espaço de liberdade, segurança e justiça. Posteriormente, foi estabelecido um roteiro com vista a fazer avançar os trabalhos. O documento identificou 27 linhas de ação, com vista a alcançar resultados concretos de reforço da cooperação nestes domínios. Os Estados-Membros foram convidados a uma participação ativa no processo de definir estas linhas de ação. Será apresentado um relatório sobre os progressos alcançados aos pertinentes órgãos decisores em meados de julho de 2012.

O apoio à evolução democrática nos países vizinhos, especialmente **no Médio Oriente e no Norte de África** continua a ser uma prioridade máxima para a União Europeia. O processo de transição na Tunísia, no Egito, na Líbia, no Iémen e noutros países do Médio Oriente e do Norte de África requer que sejam prosseguidos o nosso apoio e a nossa atenção. A UE continuará a intensificar os seus esforços na Síria no sentido de fazer cessar a repressão violenta e de incentivar uma transição realmente democrática. Continuaremos a agir em estreita colaboração com os nossos parceiros internacionais, em particular com a Liga dos Estados Árabes e com as Nações Unidas a fim de alcançar tal resultado.

A vaga de mudança em todo o mundo árabe realçou a necessidade urgente de fazer avançar o **Processo de Paz no Médio Oriente**. O objetivo continua a ser o de chegar a uma resolução negociada, justa e duradoura do conflito israelo-palestiniano, com base numa solução assente na coexistência de dois Estados. A UE continuará a trabalhar ativamente com as partes e no âmbito do Quarteto para o reatar de negociações substanciais.

Na **Vizinhança Oriental**, é igualmente crucial que continue o empenhamento da UE, nomeadamente através da Parceria Oriental. A Alta Representante e o SEAE continuarão a acompanhar de perto a situação na Ucrânia e na Bielorrússia, nomeadamente as eleições legislativas a realizar em 2012 nestes países, bem como na Arménia e na Geórgia, eleições que serão todas elas essenciais para o futuro desenvolvimento das relações com a UE. Os conflitos na Transnístria, na Geórgia e no Alto-Carabaque continuarão em destaque na agenda da UE.

A UE continuará a desempenhar um papel central nos **Balcãs Ocidentais**, onde a perspectiva europeia dos países da região continua a funcionar como uma força catalisadora tanto para a reforma interna como para a cooperação regional. Continuaremos a trabalhar no sentido de facilitar o diálogo entre Belgrado e Pristina, assim como de apoiar o processo de reforma na Bósnia-Herzegovina. A UE acompanhou de perto os resultados das eleições parlamentares na Sérvia em maio de 2012. Em junho de 2012 terminou o atual mandato da MPUE na BH, que deveriam confiar as suas restantes tarefas ao REUE. A Operação EUFOR Althea será reconfigurada durante o ano de 2012. A EULEX Kosovo continuará a assistir e apoiar as autoridades do Kosovo no domínio do Estado de direito.

Em consonância com os princípios estabelecidos no quadro de negociação, a UE incentiva a **Turquia** a desenvolver a sua política externa em complementaridade e em coordenação com a UE, e a alinhar-se progressivamente pelas políticas e posições da UE, espera poder reforçar ainda mais o seu diálogo com a Turquia, com vista a alcançar objetivos comuns, inclusivamente nas regiões vizinhas da Turquia, em que este país desempenha um papel importante.

O aprofundamento das relações com os **Parceiros Estratégicos da UE**¹⁰³ continua também a ser uma prioridade essencial. O objetivo global visado é tornar essas parcerias mais operacionais, centrando a atenção em questões específicas e atuais, com base em interesses e valores partilhados.

Uma estreita consulta e cooperação com os **EUA** continua a ser uma peça fundamental da nossa abordagem relativamente a áreas de interesse comum, como os Balcãs Ocidentais, a Vizinhança Meridional e a região Ásia-Pacífico, assim como a questões globais tais como o contraterrorismo, as alterações climáticas, o desenvolvimento internacional e a não-proliferação.

¹⁰³ Os Parceiros Estratégicos são o Brasil, o Canadá, a China, a Índia, o Japão, a República da Coreia, o México, a Rússia, a África do Sul e os EUA.

Tanto por se tratar de um parceiro estratégico como de um país vizinho, **continua a ser importante a cooperação da Rússia com a Europa sobre questões de política externa quer regional quer global.** É fundamental trabalhar com a Rússia para resolver os conflitos prolongados na nossa vizinhança comum, bem como a fim de planear uma resposta internacional em relação a outras questões tais como o Irão, a Síria, ou o Processo de Paz no Médio Oriente. A UE continuará a dialogar com a Rússia através da Parceria para a Modernização e da Dimensão Setentrional.

Continuará a ser dada ênfase ao reforço e à expansão da cooperação com a **China** e a **Índia**, especialmente em relação a desafios de âmbito mundial e regional, incluindo as questões de segurança, tais como a luta contra a pirataria e o terrorismo, e a cibersegurança.

De igual modo, a UE continuará a reforçar a sua cooperação com os nossos parceiros no Brasil, na África do Sul, no Japão e na Coreia do Sul.

As negociações E3+3 sobre o **programa nuclear iraniano**, que visam responder às preocupações da comunidade internacional quanto ao carácter exclusivamente pacífico do programa, continuarão a constituir uma prioridade essencial para os esforços e a atenção da UE. Com base nas reuniões realizadas em Istambul, Bagdade e Moscovo, a AR, atuando em nome do Grupo E3 + 3, permanecerá plenamente empenhada.

Os **desafios globais**, tais como as alterações climáticas, a energia, o terrorismo e a criminalidade internacional, a pirataria, a proliferação de ADM, o desarmamento e as ameaças contra a cibersegurança também serão fundamentais para a agenda de assuntos externos da UE.

A UE vai trabalhar no sentido da implementação da comunicação intitulada "*Um novo rumo para a UE em matéria de direitos humanos e de democracia – uma abordagem mais eficaz*", que expõe uma visão sobre o modo como a UE e os seus Estados-Membros ampliarão, aprofundarão e estruturarão a sua **promoção e proteção dos direitos humanos e da democracia** nos próximos anos. A UE continuará igualmente a prestar a maior atenção à situação dos direitos humanos nos países parceiros, assim como a prestar apoio através dos instrumentos e políticas da UE, nomeadamente do conceito "mais por mais" nos países abrangidos pela Política Europeia de Vizinhança.

O Quadro Estratégico da UE para os **Direitos Humanos e a Democracia** orientará a atuação da UE nesta área nos próximos anos. A nomeação de um REUE para os Direitos Humanos, primeiro REUE temático, reforçará a eficácia e a visibilidade da política da UE em matéria de direitos humanos. Nessa área, a UE trabalhará em estreita colaboração com parceiros, fóruns multilaterais e organizações internacionais na área dos direitos humanos e da democracia.

A UE continuará a centrar a sua atenção na evolução da situação **no Afeganistão e no Paquistão**. As mudanças previstas na presença militar internacional terão implicações para a EUPOL Afeganistão assim como para a nossa cooperação alargada. Relativamente ao Afeganistão, o centro das atenções será a governação, o policiamento e o Estado de direito – nomeadamente através de enquadramento e de formação pela EUPOL Afeganistão, na perspetiva de 2014. Relativamente ao Paquistão, a UE procurará desenvolver uma relação mais ampla com o Governo civil e as instituições democráticas do país, através da implementação do Plano Quinquenal de Empenhamento.

O apoio à recente evolução positiva da situação na **Birmânia/Mianmar** será uma prioridade. Juntamente com parceiros internacionais, a UE apoiará plenamente a transição em curso para a democracia.

Enquanto parte integrante do seu empenhamento reforçado na Ásia, a UE reforçará a sua cooperação com a ASEAN em conformidade com o plano de ação adotado na reunião ministerial UE-ASEAN realizada no Brunei.

A consolidação das relações estratégicas com a **África**, assentes na Estratégia Conjunta África-UE, continuará a constituir um centro de atenção para a UE. O desenvolvimento do relacionamento da UE com a União Africana será fulcral, inclusive no que diz respeito ao empenhamento continuado no que se refere às questões relacionadas com a paz e a segurança subsarianas na África.

O desenvolvimento de relações, e o apoio a uma dinâmica positiva, com o **Corno de África** (Jibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão e Uganda), em conformidade com a estratégia de novembro de 2011, continuam a estar em destaque na agenda da AR e do SEAE. É componente relevante desse aspeto o reforço dos setores judiciário e marítimo na Somália e no Corno de África através de uma missão civil da PCSD com qualificações militares. A UE continuará a centrar também a sua atenção na **Somália** e na luta contra a pirataria (EUNAVFOR Atalanta), bem como no reforço do apoio ao setor da segurança na Somália (EUTM Somália).

A UE está empenhada em ajudar o novo Estado independente do **Sudão do Sul** a enfrentar os graves desafios com que se depara e a consolidar a sua soberania. Paralelamente, a UE vai reforçar o seu empenho junto do Governo do Sudão (Cartum). O objetivo da UE é apoiar a coexistência e o desenvolvimento económico de dois Estados pacíficos. Todos os esforços tendentes a garantir uma solução política inclusiva e abrangente para o Darfur serão apoiados.

A implementação da Estratégia da UE para a Segurança e o Desenvolvimento **no Sael** será igualmente uma prioridade. A crescente instabilidade no Mali e na região circundante, incluindo a Nigéria, constitui uma fonte de preocupação. Será mobilizada, inicialmente no Níger, uma ação civil PCSD destinada a apoiar o aperfeiçoamento da coordenação, formação e habilitação na área da segurança. A UE permanecerá empenhada em encontrar uma solução duradoura para os problemas da Guiné-Bissau (recentemente, um golpe de Estado), bem como do Zimbabué e de outros países em que se verificam ameaças à estabilidade. Continuarão a constituir uma prioridade os processos eleitorais e a observância dos direitos humanos, bem como o reforço das instituições de defesa dos direitos humanos.

A UE prosseguirá os seus esforços no sentido de promover a paz e a democracia na **Região dos Grandes Lagos**. A UE colaborará com os parceiros africanos e internacionais na região para dar uma resposta global aos problemas intrincados que aí se colocam. A evolução da situação na região continuará a ser objeto de uma análise rigorosa.

As relações com a **América Latina** no contexto da próxima Cimeira UE-ALC, agendada para o início de 2013 no Chile, revestem-se de importância significativa. A Cimeira de 2013 visará o reforço continuado da relação UE-ALC.

Prosseguirá a ação de luta contra as **ameaças globais e transregionais**, tais como a pirataria (e outras ameaças à segurança marítima), o terrorismo, as ameaças à cibersegurança e outras ameaças globais emergentes. A UE está a intensificar a luta contra a criminalidade organizada através do seu ciclo de definição de políticas para a criminalidade organizada e as formas graves de criminalidade internacional (2011-13) e da ação externa correspondente, reforçando assim a ligação entre a segurança interna e externa.

A **prevenção dos conflitos e a consolidação da paz** serão integradas em toda a ação externa da UE, reforçando e integrando ainda mais as capacidades de prevenção de crises da União, nomeadamente nas áreas do alerta rápido e da ação rápida. Na sequência das conclusões do Conselho de junho de 2011 sobre a prevenção de conflitos, serão empreendidos trabalhos no sentido de reforçar a capacidade de mediação da UE, enquanto instrumento eficaz, inclusivamente do ponto de vista dos custos, a utilizar em todas as fases do ciclo de conflito.

Baseando-se nas conclusões da PCSD de dezembro de 2011, a UE tenciona voltar novamente a sua atenção para as potencialidades das **missões e operações PCSD**. A atenção manter-se-á concentrada no reforço das capacidades, tanto militares quanto civis. Nesse contexto, o reforço das capacidades de resposta rápida da UE continuam a constituir uma prioridade. Prosseguirá o recurso a meios de cooperação eficazes, inclusivamente do ponto de vista dos custos, tais como a mutualização e partilha das capacidades. Estão em curso trabalhos para melhorar de forma significativa o desempenho da UE no planeamento e na condução de missões civis e operações militares no âmbito da PCSD, nomeadamente através de uma melhor integração das dimensões civil e militar, e para permitir um planeamento com maior antecedência e eficácia. A Alta Representante iniciou um reexame dos procedimentos da UE em matéria de gestão de crises, os quais datam de 2003.

ANEXO I: Orçamento da PESC – Autorizações em 2011

19.030101 Missão de Observação na Geórgia	€
2011/452/PESC EUMM Geórgia	23 900 000,00
Subtotal	23 900 000,00
19.030102 EULEX Kosovo	
2010/619/PESC EULEX Kosovo	87 323 600,00
2011/687/PESC EULEX Kosovo	0,00
2011/752/PESC EULEX Kosovo	72 800 000,00
Subtotal	160 123 600,00
19.030103 EUPOL Afeganistão	
2011/298/PESC EUPOL Afeganistão	0,00
2011/473/PESC EUPOL Afeganistão	60 500 000,00
Subtotal	60 500 000,00
19.030104 Outras operações e medidas de gestão de crises	
2010/755/PESC MPUE Bósnia-Herzegovina	1 300 000,00
2010/755/PESC MPUE Bósnia-Herzegovina	7 629 324,00
2010/312/PESC EUBAM Rafa	1 400 000,00
2011/170/PESC EUJUST LEX IRAQUE	250 000,00
2011/380/PESC EUJUST LEX IRAQUE	27 250 000,00
2011/537/PESC EUPOL RD Congo	7 150 000,00
2011/538/PESC EUSEC RD Congo	13 600 000,00
2011/781/PESC MPUE Bósnia-Herzegovina	5 250 000,00
2011/858/PESC EUPOL COPPS	4 750 000,00
2011/857/PESC EUBAM RAFA	970 000,00
Subtotal	69 549 324,00

19.0302 Não-proliferação e desarmamento

2010/799/PESC Processo de reforço de confiança – zona livre de ADM	
Consórcio para a Não-Proliferação	347 700,00
2011/428/PESC – Atividades desenvolvidas pelo Gabinete das Nações Unidas para os Assuntos de Desarmamento a fim de apoiar o Programa de Ação das Nações Unidas relativo às Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre	2 150 000,00
Subtotal	2 497 700,00

19.0304 Medidas de emergência **0,00****19.0305 Ações preparatórias e de acompanhamento**

Serviços jurídicos	12 800,00
Auditorias externas (5 missões de auditoria)	119 316,00
Equipamento para ações preparatórias	74,00
Subtotal	132 190,00

19.0306 Representantes Especiais da União Europeia

2011/119/PESC REUE no Kosovo	0,00
2011/203/PESC REUE para a Crise na Geórgia	304 000,00
2011/270/PESC REUE no Kosovo	690 000,00
2011/424/PESC REUE para o Sul do Mediterrâneo	855 000,00
2011/425/PESC REUE para a Ásia Central	924 850,00
2011/426/PESC REUE na Bósnia-Herzegovina	3 740 000,00
2011/427/PESC REUE no Afeganistão	3 560 000,00
2011/478/PESC REUE no Kosovo	0,00
2011/499/PESC REUE para a República do Sudão e a República do Sudão do Sul	955 000,00
2011/518/PESC REUE para o Cáucaso do Sul e a Crise na Geórgia	1 758 000,00
2011/621/PESC REUE para a União Africana	715 000,00
2011/691/PESC REUE no Kosovo	770 000,00
2011/819/PESC REUE para o Corno de África	670 000,00
Subtotal	14 941 850,00

Total **€331 644 664,00**

ANEXO II

Panorama das decisões sancionatórias tomadas em 2011¹

Afeganistão / Talibãs

Decisão 2011/486/PESC do Conselho (JO L 199 de 2.8.2011, p. 57)²

Decisão de Execução 2011/639/PESC do Conselho (JO L 257 de 1.10.2011, p. 24)

Decisão de Execução 2011/698/PESC do Conselho (JO L 276 de 21.10.2011, p. 47)

Bielorrússia

Decisão 2011/69/PESC do Conselho (JO L 28 de 2.2.2011, p. 40)

Decisão de Execução 2011/174/PESC do Conselho (JO L 76 de 22.3.2011, p. 72)

Decisão de Execução 2011/301/PESC do Conselho (JO L 136 de 24.5.2011, p. 87)

Decisão 2011/357/PESC do Conselho (JO L 161 de 21.6.2011, p. 25)

Decisão 2011/666/PESC do Conselho (JO L 265 de 11.10.2011, p. 17)

Decisão de Execução 2011/847/PESC do Conselho (JO L 335 de 17.12.2011, p. 81)

Bósnia-Herzegovina

Decisão 2011/173/PESC do Conselho (JO L 76 de 22.3.2011, p. 68)

¹ A lista diz respeito exclusivamente a decisões PESC que impõem medidas restritivas. A implementação das medidas abrangidas pelo âmbito de aplicação do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia requerem igualmente a preparação de um regulamento do Conselho ou, se apropriado, de um regulamento de execução do Conselho.

² Esta decisão diz respeito igualmente aos grupos terroristas / Al Qaida.

República Democrática do Congo

Decisão de Execução 2011/699/PESC do Conselho (JO L 276 de 21.10.2011, p. 50)

Decisão de Execução 2011/848/PESC do Conselho (JO L 335 de 17.12.2011, p. 83)

Costa do Marfim

Decisão 2011/17/PESC do Conselho (JO L 11 de 15.1.2011, p. 31)

Decisão 2011/18/PESC do Conselho (JO L 11 de 15.1.2011, p. 36)

Decisão 2011/71/PESC do Conselho (JO L 28 de 2.2.2011, p. 60)

Decisão 2011/221/PESC do Conselho (JO L 93 de 7.4.2011, p. 20)

Decisão de Execução 2011/230/PESC do Conselho (JO L 97 de 12.4.2011, p. 46)

Decisão de Execução 2011/261/PESC do Conselho (JO L 111 de 30.4.2011, p. 17)

Decisão de Execução 2011/376/PESC do Conselho (JO L 168 de 28.6.2011, p. 11)

Decisão 2011/412/PESC do Conselho (JO L 183 de 13.7.2011, p. 27)

Decisão de Execução 2011/627/PESC do Conselho (JO L 247 de 24.9.2011, p. 15)

Egito

Decisão 2011/172/PESC do Conselho (JO L 76 de 22.3.2011, p. 63)

República da Guiné (Conacri)

Decisão 2011/169/PESC do Conselho (JO L 76 de 22.3.2011, p. 59)

Decisão 2011/706/PESC do Conselho (JO L 281 de 28.10.2011, p. 28)

Tribunal Penal Internacional para a antiga Jugoslávia (TPIJ)

Decisão 2011/146/PESC do Conselho (JO L 61 de 8.3.2011, p. 21)

Decisão de Execução 2011/421/PESC do Conselho (JO L 188 de 19.7.2011, p. 12)

Decisão 2011/705/PESC do Conselho (JO L 281 de 28.10.2011, p. 27).

Irão (Regime em matéria de ADM)

Decisão 2011/299/PESC do Conselho (JO L 136 de 24.5.2011, p. 65)

Decisão 2011/783/PESC do Conselho (JO L 319 de 2.12.2011, p. 71)

Irão (Regime em matéria de direitos humanos)

Decisão 2011/235/PESC do Conselho (JO L 100 de 14.4.2011, p. 51)

Decisão de Execução 2011/670/PESC do Conselho (JO L 267 de 12.10.2011, p. 13)

Iraque

Decisão 2011/100/PESC do Conselho (JO L 41 de 15.2.2011, p. 9)

Coreia do Norte (República Democrática da Coreia do Norte)

Decisão 2011/860/PESC do Conselho (JO L 338 de 21.12.2011, p. 56)

Líbia

Decisão 2011/137/PESC do Conselho (JO L 58 de 3.3.2011, p. 53)

Decisão 2011/178/PESC do Conselho (JO L 78 de 24.3.2011, p. 24)

Decisão de Execução 2011/300/PESC do Conselho (JO L 136 de 24.5.2011, p. 85)

Decisão 2011/332/PESC do Conselho (JO L 149 de 8.6.2011, p. 10)

Decisão de Execução 2011/345/PESC do Conselho (JO L 159 de 17.6.2011, p. 93)

Decisão de Execução 2011/500/PESC do Conselho (JO L 206 de 11.8.2011, p. 53)

Decisão de Execução 2011/521/PESC do Conselho (JO L 227 de 2.9.2011, p. 15)

Decisão de Execução 2011/543/PESC do Conselho (JO L 241 de 17.9.2011, p. 30)

Decisão 2011/625/PESC do Conselho (JO L 246 de 23.9.2011, p. 30)

Decisão 2011/729/PESC do Conselho (JO L 293 de 11.11.2011, p. 35)

Decisão 2011/867/PESC do Conselho (JO L 341 de 22.12.2011, p. 56)

Moldávia

Decisão 2011/171/PESC do Conselho (JO L 076 de 22.3.2011, p. 62)

Decisão 2011/641/PESC do Conselho (JO L 254 de 30.9.2011, p. 18)

Birmânia/Mianmar

Decisão 2011/239/PESC do Conselho (JO L 101 de 15.4.2011, p. 24)

Decisão 2011/504/PESC do Conselho (JO L 212 de 18.8.2011, p. 1)

Decisão 2011/859/PESC do Conselho (JO L 338 de 21.12.2011, p. 55)

Somália

Decisão 2011/635/PESC do Conselho (JO L 249 de 27.9.2011, p. 12)

Sudão do Sul / Sudão

Decisão 2011/423/PESC do Conselho (JO L 188 de 19.7.2011, p. 20)

Síria

Decisão 2011/273/PESC do Conselho (JO L 121 de 10.5.2011, p. 11)

Decisão de Execução 2011/302/PESC do Conselho (JO L 136 de 24.5.2011, p. 91)

Decisão de Execução 2011/367/PESC do Conselho (JO L 164 de 24.6.2011, p. 14)

Decisão de Execução 2011/488/PESC do Conselho (JO L 199 de 2.8.2011, p. 74)

Decisão de Execução 2011/515/PESC do Conselho (JO L 218 de 24.8.2011, p. 20)

Decisão 2011/522/PESC do Conselho (JO L 228 de 3.9.2011, p. 16)

Decisão 2011/628/PESC do Conselho (JO L 247 de 24.9.2011, p. 17)

Decisão 2011/684/PESC do Conselho (JO L 269 de 14.10.2011, p. 33)

Decisão 2011/735/PESC do Conselho (JO L 296 de 15.11.2011, p. 53)

Decisão de Execução 2011/736/PESC do Conselho (JO L 296 de 15.11.2011, p. 55)

Decisão 2011/782/PESC do Conselho (JO L 319 de 2.12.2011, p. 56)

Grupos terroristas / Al Qaida

Decisão 2011/487/PESC do Conselho (JO L 199 de 2.8.2011, p. 73)³

³ Esta decisão diz respeito igualmente ao Afeganistão / aos Talibãs.

Posição Comum 2001/931/PESC

Decisão 2011/70/PESC do Conselho (JO L 28 de 2.2.2011, p. 57)

Decisão 2011/430/PESC do Conselho (JO L 188 de 19.7.2011, p. 47)

Decisão 2011/701/PESC do Conselho (JO L 277 de 22.10.2011, p. 18)

Decisão 2011/872/PESC do Conselho (JO L 343 de 23.12.2011, p. 54)

Tunísia

Decisão 2011/72/PESC do Conselho (JO L 28 de 2.2.2011, p. 62)

Decisão de Execução 2011/79/PESC do Conselho (JO L 31 de 5.2.2011, p. 40)

Zimbabué

Decisão 2011/101/PESC do Conselho (JO L 42 de 16.2.2011, p. 6)

ANEXO III
Declarações em 2011

Foram emitidas **593** declarações em 2011, repartidas em quatro categorias:

- **Declarações da AR em nome da UE:** refletem a posição oficial da UE e são emitidas sob a autoridade da AR mediante consulta prévia aos Estados-Membros. Quando não existe uma posição oficial, essas declarações são acordadas pelos Estados-Membros no âmbito do Conselho. Os países terceiros podem aderir a essas declarações sempre que a tal sejam convidados.
- **Declarações da AR:** utilizadas para reagir de imediato a eventos que exijam uma resposta rápida, sempre que o conteúdo da resposta seja incontestado ou siga uma orientação previamente acordada. Estas declarações são emitidas sob a autoridade da AR, sem consulta formal dos Estados-Membros.
- **Declarações emitidas pelo porta-voz da AR:** podem ser utilizadas sempre que o envolvimento pessoal da AR não seja necessariamente exigido. Podem ser emitidas muito rapidamente.
- **Declarações locais da UE:** utilizadas para declarações relativas a uma questão local/regional específica. Os Chefes de Missão da UE presentes em determinado país forjam um consenso em torno do texto.

O número de declarações **por categoria** foi o seguinte:

Categoria	2011
Declarações da AR em nome da UE	86
Declarações da AR	328
Declarações emitidas pelo porta-voz	128
Declarações locais	51
Total	593

Apresenta-se seguidamente uma repartição dessas declarações por **região geográfica**:

Região	2011
África	18%
Ásia	11%
Europa Oriental / Balcãs Ocidentais	18%
América Latina	3%
Norte de África	22%
Médio Oriente/Golfo	20%
Declarações multilaterais	5%
América do Norte	3%

A repartição por **assunto / questões temáticas** foi a seguinte:

Assunto	2011
Direitos humanos	132
Eleições / Reforma	84
Conflito / Processos de estabilização	158
Incidentes de segurança	82
Mensagens de felicitações / de condolências	25
Não-proliferação	3
Outras (resultados das reuniões de alto nível / medidas restritivas, etc.)	109
Total	593

A Alta Representante emite igualmente **declarações conjuntas** sobre determinadas questões com o Presidente do Conselho Europeu, o Presidente da Comissão ou outros membros da Comissão. Foram emitidas ao todo 36 declarações conjuntas em 2011, com a seguinte repartição:

Presidentes Van Rompuy / Barroso	4
Comissário Stefan Füle	23
Comissário Andris Piebalgs	7
Comissária Viviane Reding	2
Total	36

Todas as declarações estão disponíveis nos seguintes sítios Web:

Serviço Europeu para a Ação Externa http://eeas.europa.eu/media/index_pt.htm
Conselho da União Europeia <http://consilium.europa.eu/press?lang=pt>
Sala de Imprensa (Comunicados de Imprensa RAPID) http://europa.eu/newsroom/index_en.htm

ANEXO IV: Presença da AR/VP Catherine Ashton no Parlamento Europeu – 2011

Data	Reunião	Assunto	Presença da AR/VP Catherine Ashton	Observações
18/1	EP Election Observation Group, Strasbourg	EU EOMs planning	HR/VP Ashton	DSG Popowski present
19/1	Plenary, Strasbourg	Freedom of religion/Christians;	HR/VP Ashton	DSG Popowski present
19/1	Plenary, Strasbourg	Belarus	HR/VP Ashton	DSG Popowski present
19/1	Plenary, Strasbourg	Sahel region	HR/VP Ashton	DSG Popowski present
2/2	Mini-Plenary, Brussels	Situation in Tunisia and Egypt	HR/VP Ashton	Cssr Barnier took part of the Sudan debate on behalf of HR/VP
2/2	Mini-Plenary, Brussels	South Sudan referendum	HR/VP Ashton	Cssr Barnier took part of the Sudan debate on behalf of HR/VP
2/3	EP Conference of Presidents (in camera), Brussels	Update on the situation in North Africa	HR/VP Ashton	DSG Popowski present
9/3	Plenary, Strasbourg	Southern Neighbourhood, and Libya in particular, including humanitarian aspects	HR/VP Ashton	DSG Popowski present
9/3	Plenary, Strasbourg	EU's approach towards Iran	HR/VP Ashton	DSG Popowski present
9/3	Plenary, Strasbourg	16th session of the Human Rights Council (Geneva,28/2-25/3)	HR/VP Ashton	DSG Popowski present
9/3	Plenary, Strasbourg	State of play of the peace process for the Middle East	HR/VP Ashton	DSG Popowski present
22/3	AFET, Brussels	Exchange of views (incl. FAC debrief)	HR/VP Ashton	SG Vimont present

11/5	Plenary, Strasbourg	Joint debate: – Statement on main aspects and basic choices of CFSP and CSDP (art. 36 TEU) – Situation in Syria, in Camp Ashraf, and the situation of the Coptic Christian community of Egypt – Annual report from the Council CFSP – Development of CSDP following the entry into force of the Lisbon Treaty – EU as global actor: its role in multilateral organisations report	HR/VP Ashton	SG Vimont and DSG Popowski present
5/7	EP Special Committee (under 2002 IIA), Strasbourg (closed meeting)		HR/VP Ashton	Oral briefing; DSG Popowski present
5/7	EP President Buzek + Heads of the Delegations to Third States/Regions		HR/VP Ashton	DSG Popowski present
6/7	Plenary, Strasbourg	Situation in the Arab world and North Africa, Syria and Yemen	HR/VP Ashton	DSG Popowski present
6/7	Plenary, Strasbourg	EU external policies in favour of Democratisation	HR/VP Ashton	DSG Popowski present
6/7	Plenary, Strasbourg	Situation in Nagorno-Karabakh	HR/VP Ashton	DSG Popowski present
6/7	Plenary, Strasbourg	Preparations for the Russian State Duma elections in December	HR/VP Ashton	DSG Popowski present

4/9	Warsaw	COFACC Conference of Foreign Affairs Committee Chairs	HR/VP Ashton	DSG Popowski present
27/9	Plenary, Strasbourg	Ministerial week's activity at the UN General Assembly, in particular the Middle East peace process and North Africa	HR/VP Ashton	DSG Popowski present
27/9	Plenary, Strasbourg	Eastern partnership summit (Warsaw, 29 September)	HR/VP Ashton	DSG Popowski present
27/9	Plenary, Strasbourg	Sexual orientation and gender identity at the UN Human Rights Council	HR/VP Ashton	DSG Popowski present
27/9	Plenary, Strasbourg	Tensions between Turkey and the Republic of Cyprus	HR/VP Ashton	Commissioner Füle took most of the debate on behalf of the HR/VP
28/9	<i>Plenary, Strasbourg</i>	<i>State of the Union – Statement by EC President Barroso (in the presence of all Commissioners)</i>	<i>HR/VP Ashton present – not in a speaking capacity</i>	
12/10	Mini-Plenary, Brussels	Situation in Yemen, Bahrain, Syria and Egypt	HR/VP Ashton	
12/10	Mini-Plenary, Brussels	Current developments in Ukraine	HR/VP Ashton	
23/11	EUROLAT Parliamentary Assembly Executive Bureau, Brussels		HR/VP Ashton	

12/12	AFET, Strasbourg	Exchange of views	HR/VP Ashton	EEAS SG Vimont, COO O'Sullivan, DSG Popowski present
13/12	Plenary, Strasbourg	Joint debate on CSDP (Article 36 TEU) and Lisek report on the Impact of the financial crisis on the defence sector	HR/VP Ashton	EEAS SG Vimont, DSG Popowski, MD Marinaki present
13/12	Plenary, Strasbourg	Human rights	HR/VP Ashton	EEAS SG Vimont, DSG Popowski present
13/12	Plenary, Strasbourg	EU-Russia summit	HR/VP Ashton	EEAS SG Vimont, DSG Popowski present
13/12	Plenary, Strasbourg	Situation in Syria	HR/VP Ashton	EEAS SG Vimont, DSG Popowski present
14/12	<i>Plenary, Strasbourg</i>	<i>Sakharov Prize 2011 ceremony</i>	<i>HR/VP Ashton present – not in a speaking capacity</i>	
14/12	EP Special Committee (under 2002 IIA), Strasbourg (closed meeting)		HR/VP Ashton	

ANEXO V: Presença de membros do Conselho de Administração e de Diretores-Gerais do SEAE, da Presidência do CPS e de REUE no Parlamento Europeu – 2011

Data	Reunião	Assunto	AR/VP C. Ashton + presença SEAE	Observações
11/1	EP Maghreb Delegation	Situation in Algeria and Tunisia	MD Mingarelli	
19/1	<i>Informal meetings with selected MEPs, Strasbourg</i>		<i>DSG Popowski</i>	
25/1	AFET enlarged bureau (in camera), Brussels	Various (incl. EEAS organigramme)	SG Vimont	
25/1	AFET, Brussels	Report on CFSP Annual report	DSG Popowski	
26/1	AFET, Brussels	Role of EUSRs under the Lisbon Treaty	DSG Popowski	
26/1	AFET, Brussels	Negotiations on EU-Russia Agreement	COO O'Sullivan	
27/1	BUDG, Brussels	EEAS building (debate)	COO O'Sullivan	
1/2	AFET (in camera), Brussels	FAC debriefing	SG Vimont	with Ccsr Füle on behalf of HR/VP
1/2	AFET (in camera), Brussels	Albania	MD Lajčák	
1/2	SURE (Special Committee on Policy Challenges and Budgetary Resources for a Sustainable EU after 2013), Brussels	Budgetary resources external relations	COO O'Sullivan	
7/2	BUDG, Brussels	EEAS building (debate and vote)	COO O'Sullivan	not asked to take the floor
7/2	AFET/DEVE, Brussels	Referendum – South Soudan	EUSR Marsden	

8/2	AFET / EP Maghreb Delegation, Brussels	Democratic awakening of Arab societies – lessons for the EU	MD Mingarelli	
9/2	AFET Working Group on the Western Balkans (in camera), Brussels	Albania, FYROM	MD Lajčák	
15/2	Plenary, Strasbourg	Albania	MD Lajčák (no active participation)	with C SSR Füle on behalf of HR/VP
15/2	<i>Informal meetings with selected MEPs, Strasbourg</i>		<i>MD Lajčák</i>	
15/2	<i>Informal meetings with selected MEPs, Strasbourg</i>	<i>Africa</i>	<i>MD Westcott</i>	
16/2	Plenary, Strasbourg	Situation in Egypt	SG Vimont (no active participation)	with C SSR Füle on behalf of HR/VP
16+17/2	<i>Informal meetings with selected MEPs, Strasbourg</i>	<i>Tunisia/Egypt</i>	<i>SG Vimont, MD Mingarelli</i>	
28/2	AFET (in camera), Brussels	FAC debriefing	SG Vimont	with C SSR Füle on behalf of HR/VP
28/2	SEDE, Brussels	Ongoing CSDP activities ((including debriefing on Informal FAC Defence in Budapest))	DSG Popowski	

1/3	LIBE, Brussels	North Africa, migration policy	SG Vimont	with Csr Malmström, Coreper Chair, Frontex Director
9/3	<i>Informal meetings with selected MEPs, Strasbourg</i>		<i>DSG Popowski</i>	
15/3	DROI, Brussels	Implications for EU Human Rights Policy of the events in the Arab World	DSG Popowski	
15/3	SEDE, Brussels	Situation in Libya: CSDP aspects	DSG Popowski	
16/3	AFET, Brussels	Annual CFSP report	DSG Popowski	did not take the floor
16/3	EP "monitoring group" (in camera), Brussels	Situation in the Southern Mediterranean	SG Vimont	
16/3	16th EU-Ukraine PCC in Brussels, Brussels	Ukraine	MD Lajcak	
17/3	EuroLat, Brussels	Situation on the various Association Agreements and Trade Agreements signed, or presently being negotiated, between the EU and the LAC	MD Leffler	
17/3	EP seminar on EU-China relations, Brussels	EU-China relations	MD Isticioaia-Budura	
22/3	AFET, Brussels	Bahrain	MD Mingarelli + Special Advisor Cooper	

24/3	Joint consultation meeting (regular meeting on CFSP budget under IIA 2006) (closed meeting)	EUSRs; EULEX Kosovo	PSC Chair Skoog	CivOpsCmdr Klompenhouwer also present
6/4	<i>Informal meetings with MEPs, Strasbourg</i>		<i>MD Mingarelli</i>	
6+7/4	<i>Informal meetings with MEPs, Strasbourg</i>		<i>MD Isticioaia-Budura</i>	
6/4	<i>Informal meetings with selected MEPs, Strasbourg</i>		<i>DSG Popowski (tbc)</i>	
6/4	Plenary, Strasbourg	Situation in Syria, Bahrain and Yemen	MD Mingarelli (no active participation)	with HU Minister of state for foreign affairs Németh on behalf of HR/VP
11/4	LIBE/AFET/SEDE, Brussels	EEAS and the AFSJ related policies: the role of SitCen	SG Vimont	SitCen Director Salmi also present
12/4	AFET/DEVE/SEDE, Brussels	Situation in the Ivory Coast and developments in Sudan	MD Westcott	
12/4	AFET WG on Western Balkan (in camera), Brussels	Kosovo	EUSR Feith	
13/4	AFET, Brussels	Situation in the Western Balkans	MD Lajčák	
13/4	AFET (in camera), Brussels	FAC debriefing	DSG Schmid	With C SSR Füle on behalf of the HR/VP

13/4	SEDE, Brussels	CSDP operation in Libya	DSG Popowski	
13/4	SEDE, Brussels	Exchange of views	MD Miozzo	
13/4	DEVE, Brussels	Hearing on the blurring of roles between humanitarian and military actors: state of play and perspectives	MD Miozzo	
13/4	EP Special Committee (under 2002 IIA) (closed meeting), Brussels	Access to sensitive information – EUFOR Libya	DSG Popowski	Took place in Council premises (JL). MEPs consulted the CMC.
19/4	EP "monitoring group" (in camera), Brussels	Situation in the Southern Neighbourhood	SG Vimont	
10+11/5	<i>Informal meetings with MEPs, Strasbourg</i>		<i>SG Vimont</i>	
10+11/5	<i>Informal meetings with MEPs, Strasbourg</i>		<i>DSG Popowski</i>	
11+12/5	<i>Informal meetings with MEPs, Strasbourg</i>		<i>MD Leffler</i>	
11+12/5	<i>Informal meetings with MEPs, Strasbourg</i>		<i>MD Lajčák</i>	
11/5	Delegation for relations with Canada, Strasbourg	EU relations with LAC and Canada and exchange of views on policy issues	MD Leffler	
11/5	Trilogue, Strasbourg	External financing instruments	MD Leffler	

12/5	Delegation for relations with the US, Strasbourg	Preparatory meeting for the 70 th EU-US IPM – exchange of views on EU relations	MD Leffler	
24/5	AFET, Brussels	Feedback on the visit to Jerusalem and the West Bank of the delegation for relations with the PLC	DSG Schmid	
25/5	AFET (in camera), Brussels	FAC debriefing (foreign affairs part)	SG Vimont	With Ccsr Füle on behalf of the HR/VP
25/5	<i>PSC informal working lunch, Brussels</i>	<i>With Chairs of AFET (acting), SEDE, DROI and CSDP rapporteur Gualtieri</i>	<i>PSC Chair Skoog</i>	<i>(+ 27 PSC Ambassadors)</i>
26/5	SEDE, Brussels	FAC debriefing (defence part)	DSG Popowski	With BE MoD De Crem on behalf of HR/VP Ashton
25/5	DEVE coordinators (in camera), Brussels	FAC debriefing (development part)	DSG Popowski	With Ccsr Piebalgs on behalf of HR/VP Ashton
30/5	Delegation for relations with the Mashreq countries, Brussels	Recent sanctions against Syria and the new border regime at Rafah crossing	MD Mingarelli	
30/5	Delegation for relations with the Palestinian Legislative Council, Brussels	Situation in the region	MD Mingarelli	
6/6	<i>Informal meetings with MEPs, Strasbourg</i>		<i>MD Miozzo</i>	

7/6	Monitoring group on the situation in the Southern Mediterranean (in camera), Strasbourg	Current situation in Libya	MD Miozzo	
8/6	<i>Informal meetings with MEPs, Strasbourg</i>		<i>DSG Schmid</i>	
8/6	<i>Informal meetings with MEPs, Strasbourg</i>		<i>MD Isticioaia-Budura</i>	
8/6	AFET Working Group on the Middle East, Strasbourg (in camera)	Exchange of views	DSG Schmid	
8/6	Delegation for relations with the People's Republic of China, Strasbourg	Exchange of views	MD Isticioaia-Budura	
15/6	AFET, Brussels	Hearing on the situation in Nagorno-Karabakh	MD Lajcak	
15/6	AFET, Brussels	Recommendation to the Council and Commission concerning the negotiations of the EU-Moldova Association Agreement	MD Lajcak	

15/6	AFET Monitoring Group on the situation in the Southern Mediterranean (in camera), Brussels	European Endowment for Democracy and the new task force on the Southern Mediterranean	SG Vimont	
15-16/6	13 th EU-Moldova PCC, Brussels	State of play of negotiations for an EU-Moldova Association Agreement and the launch of the DCFTA	MD Lajcak	
16/6	Delegation for relations with the Mercosur countries, Brussels	State of negotiations towards the EU-Mercosur Association Agreement	MD Leffler	
21/6	AFET+DEVE, Brussels	Situation in DR Congo and developments in Sudan/South Sudan	MD Westcott	

23/6	Joint consultation meeting (regular meeting on CFSP budget under IIA 2006) (closed meeting)	CSDP missions in the Palestinian Territories (EUPOL COPPS + EUBAM Rafah) and state of play of EUSRs	PSC Chair Skoog	CPCC HoD Deane also present
27/6	AFET (in camera), Brussels	FAC debriefing	SG Vimont	With C SSR Füle on behalf of HR/VP Ashton
5+6/7	<i>Informal meetings with MEPs, Strasbourg</i>		<i>MD Marinaki</i>	
5+6/7	<i>Informal meetings with MEPs, Strasbourg</i>		<i>MD Mingarelli</i>	
5+6/7	<i>Informal meetings with MEPs, Strasbourg</i>		<i>DSG Popowski</i>	
12/7	AFET, Brussels	The EU Foreign Policy towards the BRICS and other Emerging powers: objectives and strategies	MD Isticioaia-Budura	
13/7	Delegation for relations with India, Brussels	EU-India relations	MD Isticioaia-Budura	
13/7	Joint consultation meeting (regular meeting on CFSP budget under IIA 2006) (closed meeting), Brussels	EUPM BiH; EUMM Georgia	PSC Chair Skoog	Deputy CivOpsCmdr Janvier also present
31/8	AFET (in camera), Brussels	Exchange of views	HoD and EUSR BiH Sørensen	

31/8	AFET (in camera), Brussels	Exchange of views	EUSR for the Southern Mediterranean Region Léon	
8/9	Delegation for relations with the Mashreq countries, Brussels	Exchange of views	MD Mingarelli	
12/9	AFET, Strasbourg	Recommendations to the Council, the Commission and EEAS on the negotiations on EU-Ukraine AA	MD Lajcak	
12/9	AFET Jointly with SEDE and Maghreb delegation, Strasbourg	Exchange of views on the situation in Libya	MD Miozzo	
12/9	<i>Informal meetings with selected MEPs, Strasbourg</i>		<i>MD Lajčák</i>	
12-13/9	<i>Informal meetings with selected MEPs, Strasbourg</i>		<i>MD Miozzo</i>	
14/9	Plenary, Strasbourg	Situation in Lybia, Syria + State of play of the Middle East Peace Process	SG Vimont (no active participation)	with PL Europe Minister Dowgielewicz on behalf of HR/VP Ashton
14/9	<i>Informal meetings with selected MEPs, Strasbourg</i>		<i>SG Vimont</i>	

14/9	<i>Informal meetings with selected MEPs, Strasbourg</i>		<i>COO O'Sullivan</i>	
14/9	<i>Informal meetings with selected MEPs, Strasbourg</i>		<i>DSG Popowski (tbc)</i>	
14/9	Working lunch, Strasbourg	On EEAS	Corporate Board (members SG Vimont, COO O'Sullivan and DSG Popowski) and the EP rapporteurs on EEAS (MEPs Brok, Gualtieri and Verhofstadt)	
20/9	<i>Visit by selected MEPs to the Situation Room in the EEAS</i>	<i>Briefing in the Situation Room</i>	<i>MD Miozzo</i>	<i>General Van Osch, CPCC Director Haber and CMPD Director Stevens also briefed</i>
21/9	Joint consultation meeting (regular meeting on CFSP budget under IIA 2006) (closed meeting), Brussels	Situation in Libya	PSC Chair Skoog	CMPD Director Stevens also present
22/9	Delegation for relations with the Mercosur, Brussels	Exchange of views on the state of the negotiations of the AA EU-MERCOSUR	MD Leffler	

27-28/9	<i>Informal meetings with selected MEPs, Strasbourg</i>		<i>DSG Popowski</i>	
28/9	<i>Informal meetings with selected MEPs, Strasbourg</i>		<i>DSG Schmid</i>	
28/9	<i>Informal meetings with selected MEPs, Strasbourg</i>		<i>MD Leffler</i>	
3/10	DROI, Brussels	Exchange of views on the Annual Report and review of EU Human Rights policy	MD Marinaki	
3/10	SEDE, Brussels	Ongoing CSDP activities – Exchange of views ((including debriefing on Informal FAC Defence in Wroclaw))	DSG Popowski	
4/10	AFET Enlarged Bureau (in camera), Brussels	Debrief from UNGA ministerial week with focus on Middle East and Iran	DSG Schmid	
5/10	AFET Working Group on EU/UN relations (in camera), Brussels	Exchange of views	MD Marinaki	
11/10	INTA, Brussels	EU and China: Unbalanced Trade?	MD Isticioaia-Budura	

11/10	Delegation to the EU-Chile Joint Parliamentary Committee, Brussels	Exchange of views on the visit to Chile on 5-6/9	MD Leffler	
12/10	Joint consultation meeting (regular meeting on CFSP budget under IIA 2006) (closed meeting), Brussels	EUSR Horn of Africa and EU's strategic approach in the region	PSC Chair Skoog	CMPD Director Stevens and Acting Director Lester also present
19/10	AFET (in camera), Brussels	Exchange of views	HoD and EUSR BiH Quince	
15/11	Informal enlarged SEDE Bureau (in camera), Strasbourg	Informal exchange of views on CSDP (in preparation of the HR/VP debate on CSDP)	DSG Popowski	
15/11	<i>Informal meetings with selected MEPs, Strasbourg</i>		<i>DSG Popowski</i>	
15/11	<i>Informal meetings with selected MEPs, Strasbourg</i>		<i>MD Leffler</i>	
16/11	Plenary, Strasbourg	EU-US Summit	MD Leffler (no active participation)	with C SSR de Gucht on behalf of HR/VP Ashton
29/11	DROI, Brussels	Update on the Human Rights policy review and the establishment of EDD	DSG Popowski	

29/11	SEDE jointly with AFET, Brussels	Peace and security architecture in Africa – Exchange of views	MD Westcott	
6/12	AFET enlarged bureau (in camera), Brussels	Exchange of views on the Multiannual Financial Framework 2014-2020	COO O’Sullivan	
7/12	Joint consultation meeting (regular meeting on CFSP budget under IIA 2006) (closed meeting), Brussels	on EULEX Kosovo	PSC Chair Skoog	
12-13/12	<i>Informal meetings with selected MEPs, Strasbourg</i>		<i>SG Vimont</i>	
12-13/12	<i>Informal meetings with selected MEPs, Strasbourg</i>		<i>COO O’Sullivan</i>	
12-14/12	<i>Informal meetings with selected MEPs, Strasbourg</i>		<i>DSG Popowski</i>	
12-14/12	<i>Informal meetings with selected MEPs, Strasbourg</i>		<i>MD Marinaki</i>	

pm: Os membros do Conselho de Administração e os Diretores-Gerais do SEAE encontram-se também numa base informal e contínua, em Bruxelas, com determinados Deputados do Parlamento Europeu.
